

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL
DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO PROFISSIONAL**

ROBERTO MAGALHÃES DOS SANTOS

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM RELAÇÃO
ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR EM
UBERLÂNDIA-MG (2016-2017)**

**CATALÃO - GO
2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Roberto Magalhães dos Santos

Título do trabalho: O Processo de Construção da Consciência Histórica em Relação às Religiões de Matriz Africana no Ensino Religioso Escolar em Uberlândia-MG (2016-2017)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Roberto Magalhães dos Santos
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Luzia Marcia Resende Silva
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 25/06/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ROBERTO MAGALHÃES DOS SANTOS

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM RELAÇÃO
ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR EM
UBERLÂNDIA-MG (2016-2017)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional: História, Cultura e Formação de Professores da Universidade Federal de Goiás\Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Requisito Parcial Para a Obtenção do Título de Mestre.

Orientadora: Professora Dra. Luzia Márcia Resende Silva.

Pesquisa: História- Sociedades e práticas educativas.

**CATALÃO - GO
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Magalhães dos Santos, Roberto

O Processo de Construção da consciência histórica em relação às religiões de matriz Africana no ensino religioso escolar em Uberlândia MG (2016-2017) [manuscrito] / Roberto Magalhães dos Santos. - 2018. 182, f.

Orientador: Profa. Dra. Luzia Marcia Resende Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2018. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. Religião afro-brasileira. 2. história e consciência histórica. 3. respeito e tolerância. I. Resende Silva, Luzia Marcia, orient. II. Título.

CDU 94



Ata de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Mestrado

Defesa: nº 32

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito realizou-se, na sala do Laboratório de Audiovisual, localizada no Bloco Didático II, da Regional Catalão/UFG, a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Mestrado intitulado *O processo de Construção da consciência histórica em relação às religiões de matriz Africana no ensino religioso escolar em Uberlândia-MG (2016-2017)*, de autoria do mestrando **Roberto Magalhães dos Santos**. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em História – nível Mestrado Profissional, e composta pelos docentes Prof^ª. Dr^ª. Luzia Márcia Resende Silva, professora da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC; Prof. Dr. Maurício Viana de Araújo, professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio, professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/RC. A sessão teve início às nove horas, sendo presidida pela Professora Dra. Luzia Márcia Resende Silva (orientadora) que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, a Presidente da sessão passou a palavra ao discente que teve quinze minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, vinte e cinco minutos para expor suas questões e observações sobre o trabalho apresentado, tendo o mestrando quinze minutos para responder. Após o término da arguição, a Presidente da sessão solicitou que o candidato e o público presente que se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse proceder sua avaliação. Após a conclusão dos trabalhos de avaliação, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: Aprovado. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora. Regional Catalão, UFG, aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezoito.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Luzia Márcia Resende Silva (Orientador/a UFG/RC) _____

Prof. Dr. Maurício Viana de Araújo (UFU – Letras) _____

Prof. Dr. Paulo Cesar Inácio (UFG/RC) _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus nosso criador e Pai, por me fortalecer durante todos estes anos de estudo e abdicção, e sem dúvida me proporcionando a alegria de chegar a este momento tão significativo em minha vida.

Agradeço à minha esposa Maria Helena e ao meu filho Thiago Fillipe, pelo amor, carinho, apoio e compreensão, que devotaram a mim durante todo este tempo de estudo, sempre estando ao meu lado, dando-me força para continuar principalmente nos momentos em que eu até mesmo cheguei a pensar em desistir.

Agradeço também à minha mãe, D' Maria José, que sempre me motivou estando ao meu lado em todos os momentos, mesmo que à distância.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Luzia Marcia Resende Silva, por suas orientações e por sua profunda dedicação e apoio em toda minha caminhada nessa formação, sendo um exemplo de pessoa e de mulher guerreira.

Agradeço também aos Professores; Dr. Paulo Cesar Inácio, Dr. Luiz Carlos do Carmo, Dr.^a Jeane Silva e a Dr.^a Eliane Martins de Freitas, nossos professores (as) que juntamente com a Prof.^a Dr.^a Luzia foram nosso referencial em toda nossa caminhada de formação neste mestrado.

Também não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Cássio e o Prof. Dr. Maurício que juntamente com o Prof. Dr. Paulo aceitaram o convite para fazerem parte da banca de qualificação e defesa deste mestrado, e que nos acrescentaram importantes contribuições na conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço a toda minha família, irmãs e irmãos, que de alguma forma contribuíram para que este sonho se tornasse realidade em minha vida.

Se alguém supõe ser religioso, deixando de refrear a língua, antes, enganando o próprio coração, a sua religião é vã. A religião pura e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e a si mesmo guardar-se incontaminado do mundo. Meus irmãos, qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras? Pode, acaso, semelhante fé salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem carecidos de roupa e necessitados do alimento cotidiano, e qualquer dentre vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos, sem, contudo, lhes dar o necessário para o corpo, qual é o proveito disso? Assim, também a fé, se não tiver obras, por si só está morta.

Irmão Tiago o apóstolo.

RESUMO

Nesta dissertação nos propomos a realizar uma pesquisa refletindo sobre qual Consciência Histórica tem sido evocada nas escolas do município de Uberlândia, em relação às Regiões de Matriz Africana (doravante RMA), através da análise dos materiais didática de escolas do município uberlandense, além de analisar os cursos de formação de professores, buscando responder a pergunta: Qual o tratamento que as Religiões de Matriz Africana (RMA) têm recebido nos espaços dedicados a esse estudo, nas aulas, nos programas de formação de professores, nos materiais didáticos escolares na cidade de Uberlândia MG? Dessa forma, partindo da análise das leis 10.639 e 11.645, e estudando alguns conceitos relativos à história, e a temática das RMA começamos nosso caminho de construção deste texto. Seguimos, no primeiro capítulo fazendo uma reconstrução histórica sobre as Religiões de Matriz africana no Brasil, falando de sua origem no país, identificando seus ritos costumes e práticas, ressaltando sua diversidade criativa e sua história de perseguição e preconceitos. Seguimos em um segundo capítulo fazendo uma análise sobre essas religiões a partir dos Materiais recolhidos nas escolas, e dos programas de formação de professores, chegando a algumas conclusões após as análises realizadas nos diversos materiais obtidos em nossas parcerias, registrando que ainda existem muitos preconceitos e perseguições contra as RMA. Dessa forma, com o objetivo de superar os preconceitos, e desrespeitos contra as religiões afro-brasileiras, o que seria o último capítulo de nossa dissertação configurou-se em um material paradidático, como forma de fornecer informações aos professores e alunos da educação básica sobre tais religiões.

Palavras Chaves: Religião afro-brasileira, história e consciência histórica, respeito e tolerância.

ABSTRACT

In this dissertation we propose to carry out a research reflecting on which Historical Consciousness has been evoked in the schools of the city of Uberlândia, in relation to the Regions of African Matrix (RMA), through the analysis of didactic materials of schools of the Uberlandian municipality, besides analyzing the training course of teachers, seeking to answer the question: What treatment has the RMA (Regiões de Matriz Africana) received in the spaces dedicated to this study, in the classes, in the teacher training programs, in the school didactic materials in the city of Uberlândia MG? Thus, starting from the analysis of laws 10.639 and 11.645, and studying some concepts related to history and the theme of RMA, we started our way of constructing this text. We continue, in the first chapter making a historical reconstruction on the religions of African Matrix in Brazil, speaking of its origin in the country, identifying its rites customs and practices, highlighting its creative diversity and its history of persecution and prejudices. We proceeded in a second chapter analyzing these religions from the materials collected in the schools and from the teacher training programs, arriving at some conclusions after the analyzes carried out in the various materials obtained in our partnerships, noting that there are still many prejudices and the RMA (Religião de Matriz Africana). Thus, in order to overcome prejudices and disrespect for Afro-Brazilian religions, what would be the last chapter of our dissertation was formed in a paradigmatic material, as a way of providing information to teachers and students of basic education about such religions.

Key words: Afro-Brazilian religion, History and historical consciousness, respect and tolerance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Terreiro de Umbanda destruído	57
Fotografia 2 - Destruição de terreiro	58
Fotografia 3 - Destruição de terreiro	58
Fotografia 4 - Movimento pela paz	59
Gráfico 1 - Realidade das RMA no município de Uberlândia	116
Gráfico 2 – Formação docente e as RMA	118

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I - As religiões de Matriz africana no Brasil.....	21
1. Um olhar para as Religiões de Matriz Africana vistas de dentro.	33
2. A diversidade criativa nas RMA e sua história de perseguição e preconceito.	55
Capítulo II - Análise das RMA a partir dos Materiais recolhidos nas escolas, e dos programas de formação de professores.....	65
1. Angustias e dilemas para alcançar escolas parceiras.....	64
2. Analisando os planos de ensino.....	69
3. Analisando os livros didáticos das escolas parceiras.....	88
4. Analisando os cursos de formação docentes de Ensino Religioso Escolar.	104
5. Considerações sobre as análises realizadas nos diversos materiais obtidos em nossas parcerias.	118
Considerações finais.....	122
REFERÊNCIAS.....	124
Bibliográficas.....	124
Dicionário.....	127
Fontes de pesquisas.....	127
Anexos	129

INTRODUÇÃO

A realização de pesquisas históricas voltadas aos negros em nosso país tem se tornado uma realidade cada vez mais presente, o que vem nos possibilitando, realizar pesquisas como essa centrada no estudo “das Religiões de Matriz Africana no ensino religioso escolar”, ou seja, uma religiosidade expressa simbolicamente pelos negros em nossa atualidade brasileira, firmada em seus ritos, costumes e práticas muitas vezes ancestrais. E justamente falando em ancestralidade, é que pelo fato de ser negro estudante de teologia, que a princípio surgiu à disposição para tal pesquisa, uma vez que a teologia se preocupa com o estudo do sagrado em suas mais diversas vertentes. Deste modo, esse estudo voltado à religiosidade afro-brasileira surgiu em primeiro lugar como parte integrante de minha caminhada acadêmica ligada a minha primeira graduação em Teologia, buscando o conhecimento sobre a realidade vivencial dos negros em nossa sociedade frente a sua religiosidade. Vindo ainda, como uma proposta de estudos voltada a minha própria realidade vivencial, sendo negro, filho de pai pardo baiano e mãe negra mineira, oriundo de uma casa onde duas religiões se comunicavam, sendo de um lado a tradição católica de minha mãe e de meus avós maternos, e de outro lado à tradição afro-brasileira ligada ao Candomblé baiano de meu pai, mais especificamente de minha avó paterna. Nesta dinâmica de duas religiões que se comunicavam por meio de meus pais e avós, uma nova expressão religiosa surge em nosso lar, o protestantismo, onde por meio da conversão de um de meus irmãos mais velhos, boa parte da família que se encontrava dividida entre a religiosidade afro-brasileira e o catolicismo, adota como expressão de fé esta nova religião, ao menos para nós que até então tínhamos conhecimento dos *centros* (terreiros) e das igrejas católicas. Se bem que por influência de minha mãe nosso maior envolvimento era com o catolicismo, sendo que algumas vezes também participamos dos centros conhecidos como de linha branca. O que talvez pelo fato de ser muito pequeno não guardo muitas lembranças de minhas idas, mesmo com minha mãe para os passes e benzeções. A grande questão é que em meio à vivência das duas religiões de meu pai e de minha mãe, e com a chegada do protestantismo em nossa casa, comecei a participar ainda criança dos cultos protestantes, mas sem me desligar do catolicismo materno, contudo aos 14 anos passei a dedicar-me mais ao meio protestante o que culminou no despertar pelos estudos teológicos, que me levaram a formação pela UMESP, Universidade Metodista de São Paulo no curso de Bacharelado em Teologia, e conseqüentemente no estudo da História da Igreja, o qual me despertou o interesse

pela disciplina de História e como consequência o estudo de minha segunda graduação de licenciatura em história, e a busca pelo mestrado também em História.

Desta forma, trilhado esse caminho, quando no seletivo do Mestrado Profissional em História na UFG/RC, inquirido pela professora Doutora Luzia Márcia a cerca de minha proposta de pesquisa, veio à sugestão de um estudo voltado para a religiosidade afro-brasileira, dentro da questão educacional. Assim, entendendo que tal estudo vinha ao encontro tanto de minha vivência, como de minha formação acadêmica em Teologia, é que esse estudo se dá na busca de uma análise sobre o processo de construção da consciência histórica em relação às Religiões de Matriz Africana (RMA), principalmente no tocante ao que aparece registrado nos livros didáticos e planos de Ensino da disciplina de Ensino Religioso, em instituições confessionais e não confessionais, privadas, ou públicas, do município de Uberlândia, e ainda nos conteúdos dos programas de formação docente de Ensino Religioso Escolar. Sendo que, para a realização deste estudo, também contamos com um bom referencial teórico que nos ajuda a nortearmos nossa pesquisa.

Dessa forma, antes de tudo, se faz importante destacar o que de fato constituem-se as Religiões de Matriz Africana, (RMA), onde conforme aula do Professor Dr. Dagoberto José Fonseca, ministrada na UFG/RC, como disciplina transversal dos dias 17, 18, 19, 20, 21 de julho de 2017 – “África e Áfricas: ciências, culturas e diversidades: direitos sociais em questão”, em sua introdução a aula o Prof. Dr. Dagoberto, fazendo explanação de sua disciplina, nos fez pensar dentre muitos conceitos, o conceito de Religiões de Matriz Africana, destacando que tal conceituação é ampla, visto o fato de que quando falamos em RMA, podemos referenciar todas as expressões religiosas surgidas na África e que de lá vieram para o nosso país. Neste sentido, além das religiões tradicionalmente reconhecidas como de matriz africana, a saber; a Umbanda, a Quimbanda e o Candomblé, outras religiões que da África vieram para o Brasil como; o Islamismo dos negros Malês, e mesmo o cristianismo surgido no Brasil a partir das experiências dos negros, poderiam assim, ser descritas como RMA. Para tanto, nosso foco de estudos estará ligado as RMA, representadas pelas religiões mais diretamente relacionadas às práticas e costumes que se desenvolveram a partir de experiências tradicionais ligadas aos cultos tribais ou de entidades vinculadas especialmente aos afro-brasileiros. Assim, focaremos nas três principais religiões afro-brasileiras, normalmente identificadas por muitos autores como RMA, sendo o Candomblé, a Umbanda e a Quimbanda.

Desta maneira, baseados na temática proposta: “O processo de construção da consciência histórica em relação às religiões de matriz africana no ensino religioso escolar em Uberlândia MG-2016-2017”, e ainda partindo do pressuposto de que o ensino religioso é espaço de formação de consciência histórica sobre a religiosidade dos alunos, levantamos a questão que norteia este trabalho: *Qual o tratamento que as RMA têm recebido nos espaços dedicados a esse estudo, nas aulas, nos programas de formação de professores, nos materiais didáticos escolares na cidade de Uberlândia MG?* Assim, buscando responder esse questionamento, através de uma apurada investigação, observamos que o estudo do presente tema, se apresenta como uma pesquisa dentro de um contexto Histórico-Social e Educacional.

Assim, no tocante ao contexto mais propriamente histórico, a temática busca trazer uma visão de consciência histórica sobre as RMA construída progressivamente ao longo dos tempos no Brasil, até os dias atuais, observando a presença desta consciência nos diversos seguimentos educacionais do município uberlandense, tanto nas escolas confessionais e laicas, como nas privadas e públicas, utilizando-se dos livros didáticos de ensino religioso escolar, e dos planos de ensino dessas instituições, além de analisar os cursos de formação de professores de ensino religioso escolar presentes no Brasil, como elementos de conhecimento sobre tais realidades. Quanto ao contexto histórico-social, visto que como expressão religiosa, as RMA são um fenômeno ligado a um determinado grupo, no caso os afrodescendentes, apesar de haver adeptos de outras etnias, elas serão estudadas como um fenômeno histórico-social produtor de saberes sociais, vistos nos ritos, vestes, práticas, comidas e costumes ligados diretamente à vivência das mesmas. Já no tocante ao contexto educacional, o estudo se dará primeiro pelo fato das RMA serem portadoras e transmissoras de saberes sociais ligados as suas práticas e vivências próprias de sua expressão; segundo pelo fato da obrigatoriedade das leis 10.639 e 11.645, onde o estudo da cultura e história afro-brasileira e indígena tornou-se elemento necessário nos currículos escolares, sendo que esses temas devem permear todas as disciplinas, o que sem dúvida também se torna presente tanto na disciplina de história como de Ensino Religioso Escolar. Deste modo, essa pesquisa buscou dar subsídio na construção de conhecimentos sobre os pensamentos desenvolvidos historicamente em relação às Religiões de Matriz Africana, de maneira que tais conhecimentos pudessem ser usados como proposta de estudo e produção do material paradidático que contribuirá com o Ensino Religioso Escolar brasileiro, que atualmente se encontra em construção de materiais nos vários níveis e instâncias do ensino religioso de nosso país.

Desta forma, o objetivo geral de nossa pesquisa foi o de investigar como são vistas e apresentadas as RMA nos diversos seguimentos escolares do município de Uberlândia – MG. Fazendo um levantamento de como essas religiões tem sido vistas e compreendidas ao longo de sua história brasileira, além de verificar o impacto das novas leis como forma de valorização e permanência dessas religiões em nosso país.

Quanto aos objetivos específicos nós podemos enumerar: Em primeira instância a análise, das leis 10.639 e 11.645, destacando os registros históricos relacionados a essas leis bem como fazendo um levantamento bibliográfico sobre a questão da religião como parte integrante da cultura, revisitando a conceituação do que se trata a “consciência histórica sobre as RMA”, destacando os tipos de consciência que têm sido evocados em relação a estes movimentos religiosos, registrando as oposições, resistências, preconceitos e intolerâncias praticados contra tais movimentos; Verificar por meio das apostilas e livros didáticos de escolas públicas e particulares da cidade de Uberlândia-MG, o papel do ensino religioso nessas instituições e o lugar das RMA nesses espaços de educação religiosa principalmente pelo fato de que a educação escolar constitui-se espaço privilegiado de formação de consciência histórica e as aulas de ensino religioso lugar de discussão sobre as práticas religiosas principalmente centradas no ensino religioso escolar; Investigar ainda sobre a consciência histórica em relação à presença das RMA nos programas de formação de professores de ensino religioso escolar, examinando se de fato essa abordagem faz parte da grade curricular desses cursos, conferindo o lugar que é destinado a tais religiões. Por fim, tendo compreendido os impactos das novas leis, e bem como o que as demais ações afirmativas produziram de acordo com as diversas abordagens realizadas, desenvolvemos um material paradidático para auxiliar na continuidade do ensino sobre as Religiões de Matriz Africana no Brasil.

Todo esse estudo se deu firmado na realidade de exclusão e agressões sofridas pelos negros em nosso país, tanto em relação a sua cultura, como a sua religiosidade. Lembrando que mesmo o governo federal e o MEC, na coleção “Educação para Todos” volume seis, lançou um trabalho de pesquisa que culminou no livro “História da Educação do Negro e outras Histórias” sob a organização de Jeruse Romão e a colaboração de outros autores, os quais contribuíram na construção deste trabalho, que conforme descrito por Cavalleiro (2005, v.6, p.10), “[...] traz novos dados ao debate sobre a exclusão da população negra [...] bem como apresenta alternativas forjadas pelo movimento social negro para o enfrentamento das desigualdades”. Esses debates sobre a exclusão do negro na sociedade, e bem como a busca

pela reparação das perdas sofridas por eles, não surgiu simplesmente por bondade ou generosidade do governo, antes como descrito anteriormente, surgiu com ações do movimento social negro através de muitas lutas, que vem sendo travadas mesmo desde a chegada dos negros ao Brasil, e que se estendeu ao longo da história deste povo em nosso país, principalmente depois de constituído o movimento negro de forma organizada e institucional. Na verdade conforme Amílcar Araújo Pereira esse movimento negro em:

Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais de estratégias políticas de iniciativas educacionais etc. (PEREIRA, 2010, p.81)

Tal movimento de formação complexa e plural surgiu como resultado da resistência negra, demonstrando que de fato todas as ações do governo em busca pela reparação das perdas sofridas pelos negros ao longo de sua história em terras brasileiras, não se trata de atos de bondade, ou mesmo vontade política, antes, constitui-se fruto de muitas lutas travadas pelo movimento social negro na busca por melhores condições de vida, e superação de antigos preconceitos, e bem como a geração de oportunidades a este grupo marginalizado. É importante lembrar que na visão de autores como Pereira (2010), o termo movimento social negro pode ser mais bem compreendido como Movimento Negro, o qual no século XX passou a se destacar pela luta em prol de melhorias na condição de vida dos negros, levando em conta que tal movimento existe no Brasil desde a chegada dos negros em nosso país, uma vez que movimentos de resistência e busca por melhor qualidade de vida para os negros, sempre ocorreram a exemplo dos Quilombos, ou mesmo a revolta dos Malês.

Desta maneira, conforme Pereira (2010, p.82), tomando como referência Joel Rufino dos Santos, descreve que a fundação do movimento negro de maneira oficial se deu em 1931 com a criação da “Frente Negra Brasileira (FNB)”. Pereira (2010, 84), ainda citando Domingues (2005, p.12-13) nos aponta um dado importante sobre pesquisas voltadas à questão do negro no Brasil, lembrando que em 1941 a autora Virginia Leone Bicudo havia iniciado uma pesquisa científica sobre as relações raciais entre negros e brancos, uma tese de doutorado que de fato constituiu-se em uma das primeiras pesquisas científicas voltadas para as questões étnico-raciais, onde conforme essa tese a autora argumentou que o trabalho da FNB (Frente Negra Brasileira) tinha como objetivo demonstrar, por meio do enfrentamento dos negros contra os brancos, a situação de inferioridade social opressiva dos negros em relação aos dominantes, sendo que também em outro momento a FNB também dirigiu suas

ações ao combate do sentimento de inferioridade vista pelos próprios negros em relação aos brancos. Mas ainda conforme Pereira (2010, p.84), outro trabalho de extrema importância na questão da formação do movimento social negro no Brasil, foi o de Florestan Fernandes com o Título: “A Integração do Negro à Sociedade de Classes”, publicado em 1965, onde este autor defendia que a FNB não tinha como objetivo a busca pela modificação da ordem social estabelecida, antes seu objetivo era voltado para a absorção dos mesmos padrões de vida dos brancos para os negros, trabalhando para inversão negativa que rondavam em relação aos negros na sociedade. Neste sentido, os negros deveriam concorrer em pé de igualdade com os brancos em todos os âmbitos da sociedade, sendo estimulados a superar a barreira da cor de sua pele.

Seja como for a questão é que com a criação da FNB, identificamos um divisor de águas na história de luta dos negros por melhores condições de vida na sociedade brasileira. Contudo é importante lembrar que antes mesmo da criação da deste órgão, outros órgãos já vinham sendo criados em prol dos negros, órgãos como grêmios, e a imprensa negra em São Paulo, a qual contribuiu fortemente para a criação da FNB, e que acabou se expandindo por outras partes do país como o Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio grande do Sul. Quanto aos grêmios voltados às questões negras, Pereira afirma que:

O centro cívico Palmares merece um destaque, pois segundo George Andrews, esta organização teria sido um marco importante para a mobilização política dos negros em São Paulo, justamente durante o período que antecede a Revolução de 1930. Nesse sentido, o centro Cívico Palmares viria a contribuir significativamente para a criação mais tarde da FNB, também em São Paulo. (PEREIRA, 2010, p.86)

Dentro dessa mobilização política voltada as questões sociais dos negros, tanto a FNB, quanto o Centro Cívico Palmares, foram mobilizações essenciais na busca por maior atuação política e apresentação das demandas dos negros aos poderes públicos, podendo dessa forma os negros ocupar postos na sociedade que antes eram ocupados somente por brancos, como no caso da contratação para a guarda civil. Dessa maneira, na trajetória de lutas dos negros, outros movimentos surgiram como a União dos Homens de Cor fundada no ano de 1943 em Porto Alegre, o Teatro Experimental do Negro em 1944, a Associação dos Negros Brasileiros criada em 1945, e o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, além dos muitos Quilombos existentes ao longo da história em nosso país, e que resistem ainda hoje.

Dessa forma, falar em resistência negra no Brasil, e das conquistas que atualmente temos presenciado e experimentado, é falar de movimentos que lutaram no passado e ainda lutam no presente por melhores condições de vida aos negros brasileiros, o que neste sentido Pereira ainda afirma que:

É importante ressaltar que o surgimento do MNU em 1978 é considerado, tanto pelos próprios militantes quanto por muitos pesquisadores, como o principal marco contemporâneo no Brasil na década de 1970. Reconhecendo a criação do MNU como um marco fundamental na transformação do movimento negro brasileiro em meio a um contexto social de lutas [...] (PEREIRA, 2010, p.98)

Desta maneira, foi justamente com a carta de princípios do MNU de 1978, que a condição do negro no Brasil foi escancarada, trazendo uma clara definição do que vem a ser esse povo negro e seu movimento de lutas e resistências, e sua busca por melhores condições de vida, demonstrando a realidade de discriminação racial e desigualdade social a que se encontravam e ainda se encontram os negros em nosso país.

Assim, justamente mediante ações dos movimentos dos negros em nossa nação, que na busca pela reparação das desigualdades e preconceitos devotados aos negros e a sua cultura e religiosidade, é que foram instituídas mudanças da LDB nº 9.394 alterada pela lei nº 10.639 de 2003, e a lei 11.645 de 2008, as quais, procurando resgatar a história da contribuição do povo negro e indígena na construção do país, instituíram o ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas de ensino fundamental e de ensino médio, sejam elas públicas ou privadas (PLANALTO, 2008). O que já representou um avanço na luta contra o racismo e o preconceito aos afrodescendentes e aos índios, além de nos possibilitar estudos como o proposto, inclusive como forma de contribuição na construção histórica sobre as RMA, e como forma de inclusão em livros didáticos e paradidáticos do ensino religioso brasileiro.

Quanto à metodologia utilizada para alcançar os objetivos, a mesma foi pautada em pesquisas bibliográficas, com a utilização de artigos, livros, dissertações e teses, que a princípio nos auxiliam tanto no diálogo teórico em relação aos vários conceitos trabalhados em nosso texto a semelhança do conceito de “Consciência Histórica”, como na compreensão da história das RMA presentes atualmente no Brasil. Para este propósito destacamos autores que em primeiro lugar nos ajudam na compreensão de conceitos importantes em nossa reflexão como, Cultura, Consciência Histórica, identidade, e fontes históricas, a saber: Carlos Bacellar que em seu texto *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos*, nos ajuda a

compreender de maneira prática sobre a variedade de fontes que podemos encontrar em nossa trajetória de pesquisa. Jörn Rüsen, teórico do qual no Brasil todo trabalho discutindo consciência histórica emana, sendo ele a referência primeira, que em seu texto *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*, nos leva a entender que tal consciência acaba por estar inerente ao ser humano. Desta forma, conforme Rüsen (2010, p.56) “A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e porque ela é necessária”. Outro autor importante neste processo de compreensão do conceito de consciência histórica é Luís Fernando Cerri, que em seus textos *Ensino de História e Consciência Histórica, e Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História*, também nos ajuda a entender o significado do conceito de “consciência histórica”. Também seguem ainda autores como Isabel Barca no texto, *Educação e Consciência Histórica na Era de Globalização*, que faz uma releitura de Rüsen sobre a questão da Consciência Histórica.

Quanto à conceituação de cultura a autora, Maria Auxiliadora Schmidt em seu texto *A cultura como referência para investigação sobre consciência histórica: Diálogo entre Paulo Freire e Jörn Rüsen*, traz uma leitura interpretativa das teorias de Paulo Freire e Rüsen sobre a questão. O autor Edward Palmer Thompson, um dos principais nomes de referência quanto à questão da cultura, em seu livro *Costumes em comum*, nos dá suporte teórico sobre o conceito de cultura, por meio dos costumes, praticados comumente pela plebe e que em certo grau nos servem como referência na compreensão das práticas e costumes presentes nas RMA, e que podemos definir como sua cultura religiosa. Também autores como, Raquel Sousa Lima, que traz abordagem sobre o conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson, nos apresentando breves ideias de materialismo cultural e experiências vivenciais que também se definem como cultura.

Quanto ao referencial teórico que nos auxiliam na construção da história das RMA, podemos destacar autores como: O autor Nina Rodrigues que faz uma abordagem sobre a história dos Africanos no Brasil, destacando sua religiosidade, contudo dentro de uma perspectiva racista e preconceituosa em relação aos afro-brasileiros e africanos, tecendo uma visão eugenista em relação a este povo, demonstrando claramente uma postura voltada à concepção das elites brancas em relação aos negros e tudo que deles provém. Em contraponto a visão de Nina Rodrigues tem o autor Vilson Caetano de Sousa Junior com seu texto *Na Palma da Minha Mão: Temas afro-brasileiros e questões contemporâneas*, o qual de maneira bem profunda nos auxilia no conhecimento das RMA, destacando práticas, costumes, ritos e

mesmo os conhecimentos, técnicas, e alimentos presentes na cultura religiosa deste povo, e que hoje fazem parte de nosso cotidiano, e vieram até nós através dos afro-brasileiros. Outro autor que também utilizamos na abordagem sobre as RMA é o autor Roger Bastide que em seu livro *O Candomblé da Bahia*, faz uma reconstrução sobre o Candomblé baiano com seus ritos nagôs. Destacamos ainda os autores Juliana B Carvalho, e José Francisco M. H Bairrão, os quais por meio do texto, *Vida Branca do Feiticeiro Negro: Quimbanda em Ribeirão Preto nos auxiliam* na construção do conhecimento sobre a Quimbanda, juntamente com outros autores como, Mario Teixeira de Sá Junior, com seu texto *Do Kimbanda à Quimbanda: encontros e desencontros*, e a autora, Talita Bender Teixeira em sua Dissertação de Mestrado com tema, *Trapo formoso: O vestuário na Quimbanda*. Já quanto à abordagem sobre a Umbanda, destacamos autores como: Ademir Barbosa Junior, com seu texto *o Livro Essencial de Umbanda*, como principal fonte de conhecimento registrado neste trabalho sobre a Umbanda, o qual nos ajuda na compreensão do universo umbandista e sua história, com uma riqueza de detalhes que nos surpreende. Ainda em relação ao Candomblé e a Umbanda destacamos a autora Alessandra Amaral Soares Nascimento, que nos ajudou no conhecimento sobre o Candomblé e a Umbanda em seu texto, *Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil*. Assim, por meio da pesquisa bibliográfica tem sido possível identificar autores que já vem trabalhando sobre a questão das Religiões de Matriz Africana no Brasil.

No tocante à pesquisa com fontes documentais, podemos registrar o estudo dos manuais didáticos de Ensino Religioso escolar das escolas do município de Uberlândia, das instituições de ensino confessionais e laicas, particulares e públicas, tomando alguns exemplares das instituições de ensino e cadernos de referência de conteúdo dos cursos de formação docente para a disciplina de Ensino Religioso Escolar, e bem como a pesquisa dos planos de ensino da disciplina de Ensino religioso, e as grades curriculares dos cursos de formação pedagógica para docentes da disciplina, tudo isso para entender, conhecer e registrar a temática proposta, analisando os materiais didáticos com diferentes perfis, que ministrem ensino religioso, verificando se tratam ou não sobre as RMA, e quando abordam sobre elas, que tipo de tratamento tem dispensado, e que tipo de consciência histórica sobre as RMA buscam formar. Também de maneira direta buscamos fazer uma consulta aos documentos oficiais que abordam sobre a instituição e regulamentação do estudo das RMA como parte obrigatória dos currículos por meio das leis que instituíram a obrigatoriedade do estudo da cultura e história afro-brasileira e indígena, documentos como as próprias leis estabelecidas

pelo governo federal, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-racial etc.

Quanto à organização de nosso objeto de pesquisa, nossa dissertação está dividida em dois capítulos: No primeiro capítulo desenvolvemos uma abordagem histórica sobre as Religiões de Matriz africana, lembrando que em nossa pesquisa estamos nos limitando às três principais religiões presentes no Brasil, a Umbanda, a Quimbanda e o Candomblé, trabalhando sobre cada uma delas, mostrando seus princípios teológicos, e características e significados dentro da cosmologia dos Afro-brasileiros. Fazendo ainda uma abordagem da história de perseguição e preconceito sofrido pelas RMA, apontando os registros históricos, sobre as perseguições empreendidas contra essas religiões. No segundo capítulo procedemos à análise dos livros didáticos e planos de ensino nas escolas parceiras do município de Uberlândia, seguindo a análise dos cursos de formação de professores que foram encontrados mesmo que não sejam de Uberlândia, uma vez que muitos profissionais que atuam como docentes de Ensino Religioso não adquiriram sua formação em Uberlândia. Por fim, o que seria nosso terceiro e último capítulo, configurou-se na elaboração de um material paradidático para ser utilizado em aulas de ensino religioso, e também de história, visando trazer conhecimentos sobre as RMA, principalmente com o objetivo de se trabalhar o combate ao preconceito, e a violência devotadas a essas religiões.

Enfim, diante desta realidade, passando primeiramente pela análise das leis 10.639 e 11.645, seguiremos fazendo uma reflexão sobre a própria religiosidade afro-brasileira com os contrapontos das expressões religiosas de origem cristã, seguindo uma análise sobre como as Religiões de Matriz Africana estão sendo trabalhadas nos mais diversos seguimentos educacionais por meio de seus materiais didáticos, de seus planos de ensino, e dos cursos de formação de docentes para disciplina de Ensino Religioso Escolar.

CAPÍTULO I- AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL

Para iniciarmos nosso estudo sobre as Religiões de Matriz Africana no Brasil e o Ensino Religioso Escolar, faz-se necessário refletirmos primeiramente sobre as duas leis que foram promulgadas no Brasil com o objetivo de promover a valorização e o reconhecimento da história e da cultura africana e afro-brasileira em nosso país.

Conforme a Lei 10.639 de 2003, (PLANALTO, 2003), todos os estabelecimentos de ensino públicos ou privados passaram a ser obrigados a estudar sobre a cultura e história afro-brasileira, tanto nos níveis fundamental e médio. Assim, ficou determinado que:

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (PLANALTO, 2003)

Neste sentido, quando a lei declara a obrigação de estudos em todo currículo, isso já pressupõe o estudo voltado também para a área de Ensino Religioso Escolar, o qual também faz parte do currículo escolar do Ensino Fundamental. Contudo, é importante lembrar, que como já refletimos na introdução deste texto, mais do que uma ação de boa vontade do governo federal, as ações que culminaram na criação e estabelecimentos de leis que olhassem para a questão do negro, são resultados de anos de lutas dos movimentos que lutaram pela valorização dos negros, e da superação dos preconceitos e perdas sofridas pelos mesmos ao longo de sua história no país. Desta maneira, as ações do governo federal em promover o resgate das contribuições dos negros e africanos na construção histórica, cultural e social de nosso país, lançando a lei 10.639 de 2003, vêm como resposta às reivindicações desta classe social até então subalterna, e que começam a ver raios de esperança para mudança de sua realidade social em nossa nação.

Assim, falando sobre a reparação pelas perdas sofridas pelos negros ao longo de sua história em nosso país, conforme as Diretrizes Nacionais para as Relações Étnico-raciais, em sua apresentação, este documento reconhece que “O Brasil Colônia, Império e República teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje” (DCNERER, 2004, p.07). De acordo com esse documento, as próprias leis no passado estabeleciam a não aceitação de escravos nos bancos escolares, sendo que para os negros livres, várias restrições foram colocadas a fim de dificultar, e mesmo “impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares”. Na verdade, mesmo que ao longo dos tempos o acesso do negro a escola passasse por uma mudança, e o mesmo começasse a frequentá-las, somente com o estabelecimento da Constituição federal de 1988:

O Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas de preconceito racismo e discriminação aos afro-descendentes, que historicamente, enfrenta dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas. (DCNERER, 2004,p. 07).

Dessa forma, diante da realidade atual de exclusão e desigualdade entre negros e brancos é que ainda se faz necessário a busca por políticas que possam trabalhar para reversão deste quadro. E neste sentido o estabelecimento de leis como a 10.639/03 vem ao encontro desta busca democrática, uma vez que já nos bancos da escola a história e cultura do negro são apresentadas como forma de estudo. Assim podemos entender que como explicitado pelas diretrizes:

O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (DCNERER, 2004, p.08).

Tais atos descritos acima não dizem respeito apenas à criação das leis, antes também a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e também a instituição de políticas afirmativas que busquem promover a igualdade racial, em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no tocante a formação educacional, que normalmente abre portas para as demais áreas de atuação.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, fundamentadas na lei 10.639/03:

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do Século XX, aponta para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas a que tais conteúdos devem conduzir. (DCNERER, 2004, p.10).

Aqui podemos observar que de fato as ações políticas afirmativas, principalmente representadas na instituição da lei 10.639/03 vêm como consequência das lutas travadas pelo movimento negro em sua pluralidade, desta maneira, como afirmado pelas Diretrizes Curriculares, é que “tais políticas tem como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva seus pensamentos” (DCNERER, 2004, p.10).

Ainda conforme as diretrizes há uma busca pela garantia do direito aos negros de avançar nos estudos, cursando todos os níveis de ensino, com escolas preparadas e professores orientados. Contudo, a grande realidade tem sido bem diferente desta proposta. Hoje o que podemos ver é uma grande massa de negros pobres sem acesso a níveis mais elevados de ensino, sendo que muitos não chegam nem mesmo a concluir o ensino fundamental. Não são poucos os que, ou partem para criminalidade e abandonam a escola, ou começam a trabalhar tendo que ajudar no sustento de sua família. E quanto às escolas públicas em sua maioria estão sem estrutura, com professores mal pagos e desmotivados com a profissão. Tal realidade não significa a falta de políticas de ações afirmativas, antes, tanto com a instituição da lei 10.639, como com a lei das cotas, percebemos que algo está sendo feito, porém essas ações ainda estão bem aquém do que realmente é necessário.

Ainda nesta dinâmica de reflexão sobre a lei 10.639/03, analisando o documento BNCC (Base Nacional Comum Curricular), e buscando estabelecer uma relação da lei com a questão do ensino religioso, observamos que a BNCC relembrando a LDB 9.394/1996, lembra que no tocante ao Ensino Religioso Escolar a LDB, assim como outras determinações do CNE orienta que deve ser preservado:

O respeito à diversidade cultural e religiosa, sem proselitismo. Mais tarde, a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 9 anos. (BNCC, 2017, p.431).

Conforme a BNCC, o Ensino Religioso constitui-se como componente curricular obrigatório quanto a sua oferta nas escolas públicas de Ensino Fundamental, porém de matrícula facultativa, o que nos leva a entender que as escolas públicas tem o dever de oferecer a disciplina, contudo a matrícula e frequência dos alunos não são obrigatórias. Assim, nesta dinâmica, o Ensino Religioso acaba por carregar alguns objetivos como descritos pela BNCC:

Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos *conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;*
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;

c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;

d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BNCC, 2017, p.432)¹

Conforme o item “a”, o aprendizado a ser desenvolvido na disciplina de Ensino Religioso precisa proporcionar aos alunos conhecimentos religiosos, estéticos e culturais aliados à realidade percebida das manifestações religiosas dos educandos. Essa afirmação é de suma importância no contexto de implantação da lei 10.639/03, visto o fato de que principalmente nas escolas públicas, a diversidade religiosa é grande, estando normalmente presentes alunos que professem uma diversidade de expressões religiosas, e como a lei orienta sobre a obrigatoriedade de estudo da cultura e história africana e afro-brasileira, a questão religiosa estará necessariamente presente nesses estudos, desta forma, a valorização das manifestações religiosas dos alunos presentes em sala de aula poderá ser muito rica no sentido de construção, tanto do conhecimento do outro e sua cultura, história e religiosidade, como também será uma grande oportunidade prática de se trabalhar o respeito, a tolerância, a liberdade de expressão religiosa, e o combate aos preconceitos contra o negro e sua cultura, história e religião.

Quanto à construção dos conhecimentos a serem ministrados a BNCC afirma que essa construção se dá por meio das Ciências Humanas e Sociais, visto que nas Ciências da Religião, destaca-se o fato de que tais conhecimentos não privilegiem nenhuma “crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BNCC, 2017, p.432), o que sem sombra de dúvida acaba por constituir um compromisso da BNCC de inclusão das Religiões de Matriz Africanas, como parte integrante dos estudos do Ensino Religioso Escolar firmado na lei 10.639/03. Nesta perspectiva a interculturalidade religiosa e estética, são imprescindíveis na construção teórica e pedagógica dos conhecimentos que serão ministrados nesta disciplina, valorizando cada indivíduo na sociedade, especialmente os alunos, professores e profissionais da educação, levando em consideração tudo que os caracterizam como um ser social. Assim, quando isso ocorrer poderão ser desenvolvidas algumas competências nos alunos através do Ensino Religioso, como nos propõe a BNCC:

¹ Grifo nosso.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BNCC, 2017, p.433).

Podemos observar que dentre as competências a serem desenvolvidas nos alunos está a do cultivo do respeito à diversidade religiosa e ao conhecimento dos diversos aspectos das diferentes tradições religiosas, e dos diversos movimentos filosóficos de vida. Principalmente no tocante a visão que o outro tem de si mesmo e de sua expressão religiosa ou filosófica.

Também é importante destacar que na BNCC são apresentadas as propostas de estudos para cada nível no ensino fundamental voltado para a área do Ensino Religioso, apresentado suas unidades temáticas, com os objetivos de cada uma delas, sendo dessa forma bem superficial. E quanto aos conteúdos mais específicos de estudo, a BNCC aponta que se encontra em discussão no Conselho Nacional de Educação.

Assim, diante dessas ações o governo também lançou a lei 11.645 de 2008, que além de reforçar o estudo da cultura e história dos povos negros e africanos no Brasil, também instituiu a obrigatoriedade do estudo voltado aos indígenas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras'. (PLANALTO, 2008).

Em suma as mudanças restringiram basicamente na inserção do estudo voltado para a cultura e história não somente dos negros, mas também dos povos indígenas levando em consideração as diversas contribuições desses povos nas muitas áreas da sociedade brasileira, o que mais uma vez reforça as contribuições no campo religioso.

Dessa forma, quando a lei apresenta a obrigatoriedade do estudo em todo currículo escolar, isso já nos aponta o estudo também voltado para a área de Ensino Religioso. Uma vez que, quando se fala em estudar a cultura, e mesmo a história, ou as contribuições dos negros e africanos na formação do Brasil, não se pode ignorar sua Religiosidade. Pois, conforme Santos e Sanches (2013, p.138), religião e cultura mesmo que tenham suas diferenças, acabam por estabelecer certa relação, visto que “[...] o ser humano também aprende a crer em meio ao seu contexto cultural. Um exemplo interessante é o exemplo do povo Assírio, cujo qual adorava uma divindade que mostrava claramente a identidade de seu povo”. Portanto, quando se estuda a cultura de um povo, quase que necessariamente tal estudo passa também por sua religiosidade. Santos e Sanches (2013, p.138), ainda nos auxiliando na compreensão da relação entre cultura e religião, afirmam:

“[...] assim, a importância de reconhecer que é a partir da cultura que se formam os conceitos religiosos é fundamental para que se reconheçam os efeitos dessa relação na maneira de um povo que comunga da mesma fé para enfrentar os desafios de seu contexto”.

Para tanto, Thompson e Williams trabalhando sobre a questão da cultura nos auxiliam nessa reflexão com maior propriedade conceituando a cultura como algo muito além dos conceitos tradicionais. Assim, conforme Lima (2016) referenciando *Raymond Williams*, não

se pode estudar a definição de cultura sem primeiro analisá-la dentro de seu sentido na história. Deste modo Lima afirma que:

Williams recuperou a trajetória do termo que, até o século XVI era associado à ideia de cultivar alguma coisa (animais, colheitas, mentes, etc). Ele afirmou que, a partir do século XVIII, seu significado se ampliou, passando a significar também conhecimento erudito, relacionado ao desenvolvimento e progresso sociais. Williams afirma que isto se constituiu em um problema, uma vez que cultura passou a ser encarada como algo dado, distinto e fora da realidade social, como uma categoria estanque, assim como política, economia e sociedade. A cultura passou a ser vista por Williams como uma força produtiva, essencial na produção ‘de nós mesmos e nossas sociedades’. [...]Williams se apropriou também da noção antropológica de cultura como um *modo de vida*, com o objetivo de mostrar que *é algo comum a toda a sociedade*. Nesse sentido, ele estaria rompendo com a ideia de que a cultura era cultura de elite, ainda presente no contexto em que escrevia. (LIMA, 2016, p. s/n)²

Podemos observar que conforme a construção histórica do termo cultura descrita por Williams, o termo sai de um sentido voltado à produção agrícola pastoril até a construção de conhecimentos e requintes advindos da erudição das elites. Contudo na nova visão de Williams o termo volta próximo a suas origens voltando à construção social de um modo de vida comum de toda uma sociedade, o que não despreza as elites, contudo não fechando simplesmente nelas, antes as práticas vivenciais dos pobres e trabalhadores em geral também passam a ter o seu valor. Assim, mais uma vez podemos dizer que a religiosidade de um povo não pode ficar de fora de sua construção de vida em sociedade, visto que no modo vivencial de uma sociedade sempre estará presente suas práticas religiosas, o que neste sentido levamos a entender a importância de se estudar a religiosidade dos afrodescendentes como parte integrante de sua cultura e história.

Outro autor que nos auxilia nesse debate em torno da cultura é o inglês Edward P. Thompson, nascido em uma família protestante de missionários metodistas, desde pequeno estabeleceu contato com a religião, e com a diversidade cultural vivida pelas classes, principalmente a dos explorados. Por sua vivência dedicou-se a luta em favor dos menos favorecidos, e principalmente a escrever sobre essa classe. Apesar de adepto ao socialismo, teve conflitos com a ditadura socialista, principalmente a que acontecia na União Soviética, além de lutar contra o nazismo e o fascismo italiano. Sua grande busca era pela construção de um mundo mais justo, dando voz ao que não a tinham. Por isso acabou se tornando um grande

² Grifo nosso.

representante do que veio a ser chamado de “a história vista de baixo” (THOMPSON, 2018). Em seu livro “costumes em comuns” Thompson (1998), faz sua argumentação destacando que, com a chegada do capitalismo houve marcante dissensão cultural entre as classes. Um exemplo disso está na análise de dois costumes da sociedade europeia, sendo o da venda de esposas em leilões públicos, que consistiria dentro da visão cultural da plebe em uma forma de encerrar um casamento para iniciar outro, uma vez que o divórcio era dispendioso para essa classe pobre e a troca de parceiro acontecia por consentimento mútuo, todavia com a total desvalorização da mulher. Outro costume era o do "rough music", um tipo de teatro de rua muitas vezes realizados em procissões, para expor um escândalo. Assim, a partir destes dois exemplos Thompson constrói o conceito de costumes comum, o que para a cultura erudita constituía-se em uma grande ofensa, pois, estes tachavam o costume da plebe como "folclórico", de natureza animalesca, aparecendo desta forma como uma cultura inferior na compreensão da classe patricia. Contudo, a exemplo destas práticas, Thompson (1998), nos aponta que o costume exigia de um lado a aprovação da comunidade com seus termos, e por outro a não intromissão das autoridades religiosas e civis. O costume constitui-se como algo tão sério que acabavam por inventar sempre um rito. Neste aspecto podemos perceber que a formação cultural de vivência social das classes pobres se dava por meio desses costumes, que sempre estavam diretamente ligados ao respeito a certas normas estabelecidas pela comunidade, o que não significa que não havia leis que regiam a população naquela época, contudo muitas vezes o costume era colocado até mesmo acima das leis. É importante lembrar que os significados do costume são complexos, muitas vezes conservador, e reforçador de tradições machistas. Deste modo, Thompson sugere o conceito de "costume" como práticas habituais adotadas pelos pobres, e que pode representar as experiências, condutas, comportamentos, valores, costumes, ou mesmo a cultura construída também pelos negros no Brasil através de sua expressão religiosa, desta maneira, assim como a classe plebeia determinavam sua vivência constituída com sua cultura popular firmada nos costumes, os negros adeptos as RMA também construíram ou mesmo preservaram sua cultura por meio da vivência nos terreiros. Para tanto, tomando a visão thompsoniana, podemos refletir que o tratamento dado aos negros e sua cultura e religiosidade no passado e em nossos dias, pode não estar longe do tratamento que fora dado à cultura, ou costumes dos camponeses, plebeus ou proletariado na luta de classe, assim, os negros vistos como classe inferior em todas as suas ações, também contam com a rejeição preconceitos e desprezo de sua religiosidade, desta forma tanto para os negros em sua vivência social religiosa, como para a plebe analisada em

Thompson, os costumes são modos de viver que enfrentam processos de modernização e avanço do sistema capital, o qual promoveu em grau elevado a agressão à classe pobre, com a retirada dos direitos tradicionais desses povos. Dessa maneira, a vivência pautada pelos costumes, e que acaba constituindo a cultura dos negros ao longo de sua história em nosso país, constitui-se atualmente como forma de resistência e superação dos preconceitos devotados a este grupo, principalmente através da religiosidade negra.

Dentro desse aspecto, a cultura ligada à questão religiosa também pode ser entendida como dimensão construtiva do social, onde podemos destacar os conceitos de cultura vistos em outros autores como: Freire e Rüsen, onde segundo Schmidt (2011, p.29), o conceito de cultura desses autores presente na teoria de ambos sobre a consciência histórica é definido como, “um processo integral de vida de caráter social que precisa ser compreendido numa perspectiva relacional, com ênfase na interdependência entre todos os aspectos da realidade social e na devida dinâmica da mudança social”. Neste sentido para esses autores a produção da cultura se dá mediante um processo de vivência relacional, sendo uma condição humana de suas experiências, ou seja, a cultura faz parte da vida prática das ações humanas. Essa cultura se torna um fruto histórico vivenciado em determinada sociedade ou período, sendo um processo seletivo intencional da tradição de grupos, povos ou nações. Nessa perspectiva de cultura, aparece a visão de consciência histórica, onde como afirmado por Schmidt (2011, p.30) que, “Rüsen (1994) aponta a consciência histórica como uma realidade elementar e geral da explicação humana do mundo e de si mesmo [...]”. Dessa forma, tanto no tocante a cultura, como a própria questão da consciência histórica, estudar sobre as RMA é tanto conhecermos a vivência social deste grupo, como conhecermos a maneira como os adeptos das mesmas e bem como outros seguimentos da sociedade explicam as relações de vivência destas religiões, tanto vista por dentro como também vista por fora.

Assim, levando em consideração também o que nos diz Luiz Fernando Serri, (2001) que a identidade coletiva como produto de uma consciência histórica específica consiste em um importante elemento para qualquer grupo humano que busca a sua continuidade, pode-se perceber que as RMA e os grupos que a representam, buscam sua permanência, respeito e dignidade dentro do direito que lhes são atribuídos como cidadãos brasileiros dotados da liberdade de expressão religiosa, a semelhança dos demais movimentos religiosos em sua maioria oficializados. Sendo que, apesar das RMA não possuírem uma identidade única, ainda assim, através de seus ritos, práticas e estilo vivencial, estabelecem sua identidade coletiva que as diferenciam das demais religiões, dotados de uma consciência histórica sobre eles

mesmos que difere da consciência histórica dos demais movimentos religiosos. Neste sentido a obrigatoriedade de estudo da história e cultura africana e afro-brasileira se torna elemento essencial na construção deste trabalho, que visa contribuir com a construção de conhecimentos sobre essa relação entre Ensino Religioso Escolar e as Religiões de Matriz Africana.

Diante disso, a escolha do presente tema procura cooperar com a aquisição de conhecimentos sobre a consciência histórica construída progressivamente em relação às RMA no Brasil, mais especificamente no município de Uberlândia, no ambiente escolar, onde esse termo “Consciência Histórica” segundo Jörn Rüsen (2010) pode ser entendido como uma forma relacional do pensamento histórico, onde os sujeitos com suas experiências do passado interpretam-nas como história, de forma que possam orientar-se de maneira intencional a sua existência prática no tempo, o que sem dúvida também os levará a projetar o futuro. Rüsen também declara que a consciência histórica atua com “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RUSEN, 2010, p. 57), ou seja, ele define a consciência histórica como uma categoria que estabelece relação com o pensamento histórico, onde os sujeitos com suas experiências do passado o decodificam como história. Rüsen também afirma que:

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. (RUSEN, 2010, p.58).

Desta forma, estudar a construção histórica de consciência sobre as RMA nos ajuda a compreender como pensam os muitos seguimentos educacionais da sociedade sobre as RMA, nos apontando os fatores que culminaram nesse pensamento, além de contribuir para as projeções futuras em relação à existência, permanências, e/ou rupturas dessas religiões. Sendo assim, com base nas propostas de estudos indicadas pelo governo federal através da criação das leis, e pela urgência em se mudar o quadro de discriminação, preconceito, agressão e desrespeito aos afro-brasileiros, é que se constitui de fundamental importância o estudo da construção da consciência histórica sobre tais religiões, que assim como as demais religiões foram estabelecidas no Brasil e fizeram, e fazem parte da construção histórica de nosso país. Pois, como aponta Cruz (2005), ainda faltam muitos conhecimentos a respeito da historia

ligada a realidade dos afrodescendentes em nosso País. Por isso, pode-se entender que, a realização de tal pesquisa é igualmente relevante para o conhecimento histórico, social e religioso deste grupo no Brasil.

Assim, levando em consideração que o espaço escolar se torna um lugar de reflexão sobre os vários conhecimentos construídos em sociedade, sendo ainda espaço privilegiado de construção de consciência histórica em relação à sociedade e seus valores, também o ensino religioso constitui-se em um espaço de construção de conhecimento sobre os muitos povos e culturas expressos por sua religiosidade. Mas apesar desses fatos, Souza; Jesus e Cruz (2012) nos lembram de que:

O ambiente escolar é um espaço de inflexão de costumes e visões, como também de ratificação de preconceitos, situação cujas raízes estão ligadas a uma cultura de ignorância. Faltam a população, dentro e fora do sistema escolar, conhecimento, memória e referência. (SOUZA; JESUS; CRUZ, 2012, p.3).

Podemos perceber conforme a afirmação acima, que na escola mesmo como espaço de reflexão, ainda permanecem posturas rígidas de preconceito construídas em seu seio, formando consciências históricas com posturas tradicionalistas de superstição em relação às religiões e culturas afro-brasileiras. Dessa maneira, tal realidade frente ao ambiente escolar nos leva a entender que a instituição das leis que obrigam à reflexão histórica e cultural voltada à realidade dos negros, africanos e afro-brasileiros, se torna algo realmente importante, principalmente com o objetivo de tornar o espaço escolar um lugar de reflexão sobre a realidade em relação a esse grupo que historicamente tem sido marginalizado, ignorado, e sofrido com o preconceito no tocante a tudo que diz respeito a eles. Principalmente pelo fato de ter sido construído ao longo da história dos negros muitos estereótipos que não condizem com a realidade vivencial histórica destes indivíduos, sobretudo frente a sua cultura e religiosidade. Pois como afirmado por Souza; Jesus e Cruz,

O imaginário nacional propagado nas salas de aula está pautado na falta de conhecimento e/ou desinteresse, tanto de alunos quanto dos profissionais da educação, acerca da História e Cultura Afro-Brasileira. No Brasil o preconceito começa na infância, onde a criança é exposta a literatura infantil de referências eurocêntricas, onde em seus contos de fadas mais populares não existem princesas ou heróis negros. (SOUZA; JESUS; CRUZ, 2012, p.3-4).

Como vimos anteriormente à grande verdade é que os negros sempre foram apresentados em suas mais diversas formas de representação como seres inferiorizados tendo

sua cultura e religião sempre vistas como credence e rejeição. Assim conforme Souza; Jesus e Cruz citando Lopes (2013) ‘a Lei 10.639/03 do CNE vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais, sua trajetória na vida brasileira e na condição de sujeitos que contribuíram para a construção da (nossa) sociedade’. Ainda conforme Souza; Jesus e Cruz (2012), com a promulgação da lei 10.639 um espaço foi aberto para que as comunidades negras brasileiras passassem a compor as propostas curriculares que visam às diversidades culturais oriundas dos afro-brasileiros, devendo ser aplicado tais conhecimentos tanto nas redes públicas, como privadas. Assim, diante dessas informações iremos conhecer um pouco mais sobre as RMA, com um olhar visto de dentro, através dos registros históricos que apresentam aqueles que são parte destas religiões, e que em nosso trabalho são representados pelos movimentos religiosos do Candomblé, da Umbanda e da Quimbanda, além de refletirmos também sobre a visão das outras religiões de origens cristãs, em relação às RMA, levando em conta os preconceitos e violências sofridos por tais movimentos.

1- Um olhar para as Religiões de Matriz Africana vistas de dentro.

Para estudarmos sobre as RMA no Brasil, precisamos de subsídios de autores como *Wilson Caetano de Souza Junior*, que traz uma abordagem sobre as Religiões de Matriz Africana e seus saberes, observada de dentro desta realidade religiosa, expondo conhecimento sobre a população afro-brasileira, destacando sua religiosidade e suas contribuições na formação da sociedade brasileira, principalmente nos ajudando a entender que quando se fala do papel do afro-brasileiro em nossa sociedade, fala-se de pessoas que tem seu valor, seja na cultura, na política, na religião e em toda sua história vivenciada no Brasil. Assim, quanto a sua realidade histórica brasileira, as Religiões de Matriz Africana, têm sua existência datada desde a chegada dos africanos a este país, o que de fato nos leva a refletir sobre a importância deste estudo dentro de um contexto, histórico-social e educacional. Nesta perspectiva, *Junior* (2011) em seu texto *Na palma de minha mão*, aborda sobre as Religiões de Matriz Africana através de um olhar visto por aqueles que fazem parte dessas religiões, expondo profundidade de conhecimentos sobre as populações afro-brasileiras, com especial destaque para suas contribuições na formação sociocultural. Para tanto, *Junior* (2011) abordando sobre o real vivido pelas RMA, faz uma analogia sobre a consciência histórica desenvolvida pelas mesmas a cerca de si, consciência essa, que se difere em muito dos demais seguimentos religiosos, como a visão cristã sobre as RMA. Assim, esse autor vai desenvolver seu trabalho abordando

temas relativos aos afro-brasileiros, como a noção de cidadania nas RMA, a questão das ciências e tecnologias africanas, a própria questão da origem dos cultos africanos ligados às ancestralidades, a noção de oferendas e dos sacrifícios para essa religião etc. Neste sentido, de análise sobre as RMA, Junior (2011) nos aponta para uma gama de saberes construídos em torno de sua vivência. Esses saberes, presentes nas ciências e tecnologias africanas, muitas vezes vistas em suas expressões religiosas, podem ser entendidos como saberes sociais. Pois, conforme *Doriedson do Socorro Rodrigues* citando *Grzybowski*, “Saberes sociais seriam um ‘[...] conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes em situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses’.” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 50 apud RODRIGUES, 2012, p.40-41). Nessa dinâmica de habilidades, valores e conhecimentos produzidos pelos negros adeptos as RMA, existem saberes sociais antes restritos a religiosidade afro-brasileira, e que hoje já se encontram presentes nas comidas, métodos, vocabulários, expressões e práticas que na atualidade são utilizados por muitos grupos brasileiros que nem sempre estão diretamente ligadas as RMA, como as práticas ritualísticas religiosas de outras expressões religiosas cristãs, que se utiliza de elementos como o sal grosso, a arruda e outros mais, os quais anteriormente viam-se apenas nas RMA. Assim, podemos perceber que os saberes sociais das religiões de origem africana acabam transcendendo as mesmas, mesmo que muitas vezes vistos como não saberes, principalmente pelo fato de não terem vindo da educação formal, antes vindos da experiência, da práxis, uma vez que na religiosidade africana, conforme Junior (2011), todos esses saberes são carregados de sentido e reflexão, muitas vezes sacralizados, como o próprio uso do pilão, sendo que o tal se faz com o uso das mãos, não só na utilização do pilão, mas em tudo que se constrói nessas religiões. Assim, nos terreiros o uso das mãos por seus adeptos é de fundamental importância. Pois, nada se faz sem que se passe por elas, visto que a própria prática da tradição religiosa afro-brasileira acontece pelo uso das mãos, seja na realização dos rituais e sacrifícios, ou mesmo na preparação dos alimentos utilizado nestas religiões. Neste sentido de vivência social envolvida nos relacionamentos interdependentes dos adeptos das RMA, o uso das mãos por seus adeptos constitui-se como algo extremamente importante, uma vez que:

[...] para as Religiões de Matrizes Africanas, todos os caminhos se encontram na palma da mão para de lá partir [...] As mãos, com seus respectivos tracejados, são uma verdadeira encruzilhada que somente a entende quem as toma como ponto de partida. (JUNIOR, 2011, p.14)

Precisamos ressaltar que apesar do fato de que as RMA valorizam o uso das mãos como a parte do corpo de grande importância, isso não quer dizer que outras partes não sejam também entendidas como importantes na ritualística das RMA. Na verdade todo corpo tem seu valor, sendo desta forma instrumento de ação na prática religiosa afro-brasileira representada pelas religiões tradicionalmente entendidas como de raiz africana.

Outro fator que merece destaque está no fato de que conforme Edivaldo M. Boaventura (2011), firmado nesta construção de saberes sociais, praticados com o intenso uso das mãos, atualmente os terreiros foram reconhecidos como Patrimônio Cultural. Tal reconhecimento se dá devido à busca pela preservação da cultura e história afro-brasileira. O que nos faz voltar novamente ao conceito de cultura de Rüsén e Freire os quais trazem como afirmado por Schmidt:

[...] o conceito de cultura como “um processo integral de vida de caráter social que precisa ser compreendido numa perspectiva relacional, com ênfase na interdependência entre todos os aspectos da realidade social e na devida dinâmica da mudança social”. (SCHMIDT, 2011, p.29).

Entretanto, mesmo diante desta dinâmica de valorização das mãos no contexto social e ao mesmo tempo no crescente reconhecimento dos terreiros como patrimônio material e imaterial brasileiro, precisamos voltar um pouco nas origens dos cultos africanos, o que conforme Junior (2011) se dá há tempos bem remotos, centrado na ancestralidade cultuadas nas árvores, raios, pedras, rios, cachoeiras, trovões, vento, fogo, terra e astros. É dessa forma centrada na natureza e de maneira bem eclética assemelhando seus deuses ancestrais a natureza, que ainda é construída a vida de culto das Religiões de Matriz Africana. Assim, falar de rituais cúlticos afro-brasileiros é falar de ancestralidade, onde conforme o conceito descrito por Junior, para as RMA:

[...] a ancestralidade é a origem de um povo, desta maneira assemelha-se ao conceito grego de *arké*. Ela remete ao início de um determinado grupo não a qualquer início, mas aos primórdios, instante de fundamento, tempo mítico imemorial, perdido no tempo cronológico, revivido no rito que cria todos os tempos nos conduzindo a fazer uma experiência de um momento tão humano que só poderia ser divino. (JUNIOR, 2011, p.46).

Podemos observar a forte ligação do conceito de ancestralidade apresentado por Junior (2011), segundo o qual a noção e movimentação do sagrado nas RMA, acontecem em sentido contrário, pois, não são os humanos que procuram encontrar-se com o sagrado, antes, o sagrado é que vem ao encontro dos seres humanos. Essa expressão do sagrado aos homens

acontece, ainda conforme Junior (2011), através das velhas e dos velhos, chamados nas RMA de tios e tias.

Assim, diante desta realidade das Religiões de Matriz Africana até aqui apresentada, precisamos avançar no conhecimento sobre o início de suas manifestações em terras brasileiras. Neste sentido, Nascimento (2010), ao abordar sobre as RMA no Brasil, descreve que até por volta do século XVIII, o calundu, aparece como a expressão mais comum de religiosidade afro-brasileira, onde, “Os calundus foram, até o século XVIII a forma urbana de culto africano relativamente organizado, antecedendo às casas de candomblé do século XIX e aos atuais terreiros de candomblé [...]” (NASCIMENTO, 2010, p.930). Esse período de movimentação desta expressão religiosa do calundu permeava a questão da influência da religiosidade católica. Prova é que estes calundus estavam normalmente presentes em:

[...] regiões como Minas Gerais e Pernambuco [...], eram parcialmente organizados em torno de sacerdotes geralmente chamados de “calundu” ou “calundeiro”, “feiticeiros” ou “preta mestre”, e que em seus cultos englobavam uma grande variedade de cerimônias misturando os elementos africanos (atabaques, transe por possessão, adivinhação por meio de búzios, trajes rituais, sacrifício de animais, banhos de ervas, ídolos de pedra, etc.) aos elementos católicos (crucifixos, anjos católicos, sacramentos como casamentos) e ao espiritismo e superstições populares de origem europeia (adivinhação por meio de espelhos, almas que falam através dos objetos ou incorporando nos vivos, etc.). (NASCIMENTO, 2010, p.931).

Tudo isso demonstra que mesmo sendo um culto de origem africana, ainda assim não poderiam ver-se totalmente livres das influências da religião cristã, especialmente do catolicismo romano. Diante desta realidade o autor Nina Rodrigues (2010), o qual representando à visão das elites em relação aos negros no país, em sua visão de rejeição as práticas religiosas e culturais dos negros no Brasil, aponta que a concorrência dos credos mais importantes deste grupo se relaciona a realidade de influência de muitos destes credos sobre o catolicismo romano brasileiro, com suas práticas religiosas no tocante a toda sua forma, símbolos, expressões e mesmo ritos. O fato é que além da influência católica, as religiões de origens africanas também sofreram dentro de si influências umas das outras. Visto que ao contrário do que muitos imaginam, tais religiões também contavam e ainda contam com suas diversidades internas.

Dessa forma, a noção de movimento social e de cidadania destas religiões, tem sido pautada pela pluralidade que envolve as várias manifestações religiosas, mas que também

busca preservar na diversidade as particularidades de cada movimento religioso de matriz africana no Brasil. Essas RMA podem ser vistas divididas como afirma Junior:

[...] o Xambá e o Xangô do Recife, o Jaré da Chapada Diamantina; os candomblés nagôs do Recôncavo, o Batuque do Rio Grande do Sul, o Tambor de Mina do Maranhão, o Nagô Pernambucano, e o afamado candomblé baiano. (JUNIOR, 2011, p. 24).

Apesar dessa diversidade, o autor Rodrigues (2010), expondo uma visão preconceituosa descreve que no decurso da história das RMA no Brasil, transcorrido muitos anos pós-extinção do tráfico negreiro, a religiosidade africana constituiu-se, (ao menos na visão das narrativas tradicionais), em cultos reduzidos a lendas “gege-iorubana, Angolas, Guruncis, Minas, Haussás, etc” (RODRIGUES, 2010, p.241), que guardam suas divindades africanas, a semelhança dos negros, mulatos, caboclos e crioulos com seus fetiches, possuindo eles, à semelhança dos Nagôs, terreiros de candomblés recebendo os orixás iorubanos ao lado dos santos católicos, como um culto externo seguido à maneira das práticas nagôs. Aqui mais uma vez se faz importante ressaltar que na visão deste autor, as práticas cúlticas destes grupos não passam de lendas, ou seja, coisas sem valor. Neste sentido, Nina Rodrigues ignora todo sentido histórico, cultural e mesmo de movimento social que representava, e ainda representa para este grupo, onde suas expressões religiosas trazem para eles um aporte de lutas e resistências à dominação branca, e a luta pela superação de preconceitos, agressões e violências sofridas ao longo de sua trajetória no Brasil.

Para tanto, como já afirmado, não podemos falar em uma única forma de expressão religiosa de matriz africana, antes temos atualmente diante de nós uma diversidade de expressões para além dos terreiros de candomblé. Neste sentido, a autora Yá Comendadora Carmem S. Prisco (2012), auxiliando-nos no conhecimento dessa diversidade das RMA, declara que a religiosidade africana e sua visão de ancestralidade surgiram como fruto da diáspora africana, onde os povos africanos viram-se dispersos por meio da escravidão, ficando longe de seu povo e cultura. Segundo a autora, grupos como: Bantus, Iorubas, Jejes, são exemplos de antigos povos que hoje compõe o continente africano e que conseqüentemente vieram parar no Brasil. Tais grupos vieram para o Brasil trazendo sua diversidade de línguas, cultuando cada povo seus próprios deuses.

Desta maneira, podemos perceber que a religiosidade africana construída no Brasil não poderia ser então única, visto cada povo carregar em essência suas tradições e práticas

religiosas. Um exemplo que podemos apresentar está nos africanos vindos da Angola, como descrito por Prisco:

Os negros de Angola foram escravizados junto com os índios nas fazendas dos Jesuítas e de certos senhores de engenho. Eles receberam dos indígenas o segredo das plantas da terra e criaram os primeiros candomblés, chamados de calunduns. (PRISCO, 2012, p.3).

Esses escravizados criadores dos primeiros candomblés eram de origem bantu, assim os demais grupos como os djedjes, os nagôs que mesmo já tendo encontrado no Brasil o início da religiosidade africana, também deixaram suas marcas e contribuições na religiosidade afro-brasileira. Assim, mesmo que os djedjes tenham encontrado uma religiosidade africana com sua organização, eles não só herdaram muitos elementos, mas também trouxeram recursos que acabaram por criar uma segunda tradição de religiosidade africana. Para tanto, os nagôs também sendo os últimos a chegarem ao Brasil, vieram com tradições fortes, com muitas novidades que acabaram por influenciar a religião afro-brasileira do candomblé em suas variações.

Dessa maneira Roger Bastide (2001) em seu livro “O Candomblé da Bahia” falando sobre os terreiros existentes no Brasil nos lembra de que:

Os Candomblés pertencem a “nações” diversas e perpetuam, portanto, tradições diferentes: Angola, Congo, jeje (isto é euê), nagô (termo com que os franceses designavam todos os negros de fala ioruba, da costa dos Escravos) queto, ijexá. É possível distinguir essas “nações” umas das outras pela maneira de tocar o tambor (seja com a mão, seja com varetas), pelas vestes litúrgicas, algumas vezes pelos nomes das divindades e enfim por certos traços do ritual. (BASTIDE, 2001, p.29)

Como vimos, na verdade não se pode falar em Candomblé e sim em Candomblés, visto serem diferentes tradições dependendo de qual nação são oriundos. Contudo, mesmo diante das diferenças, tanto pode ser possível à distinção das nações de origem de determinado candomblé, como é possível encontrarmos influências de um no outro.

Apesar de o candomblé ter se firmado como uma das principais expressões da religiosidade de matriz africana, conforme Prisco (2012), os cultos étnicos ligados aos afrodescendentes espalharam-se pelo Brasil como RMA ligados aos vários povos africanos trazidos para o nosso país. Assim foram surgindo cultos como: o batuque no Rio Grande do Sul; o candomblé baiano, o qual veio com o surgimento dos primeiros terreiros; a cabula, religião com forte influência da cultura afro-brasileira, sendo vista como uma espécie de candomblé

de caboclo; o culto aos Egungum, considerado uma instituição de busca pela preservação e continuidade da civilização africana no Brasil; o catimbó-jurema que na verdade é um culto ligado não só a religiosidade afrodescendente, mas também a práticas indígenas e europeias; a Umbanda que como religião brasileira acabou por absorver e preservar elementos do catolicismo, do espiritismo kardecista, da própria religiosidade indígena, e enfim elementos das religiões africanas, sendo dessa forma a Umbanda uma religião de diversidades em sentido pleno; a Quimbanda que se constitui em uma religião de ramo da Umbanda, sendo atribuída por alguns autores a fundação a semelhança da Umbanda pelo médium Zélio Fernandino; o Xambá que é uma Religião de Matriz Africana em atividade em Olinda-PE, sendo que para alguns estudiosos tais cultos atualmente estejam beirando a extinção; o Omolocó que é um culto de origem carioca, que exercita o culto aos orixás, aceitando o culto aos caboclos, preto-velhos e demais entidades da Umbanda, sendo apontado como influenciador de formação da Umbanda e do Candomblé.

Atualmente, apesar da existência dessa variedade de manifestações religiosas de raízes africanas, as principais expressões religiosas afro-brasileiras que tem se firmado em nosso país, podem ser reconhecidas no Candomblé, na Umbanda e na Quimbanda. Assim, vamos nos ater de maneira mais direta ao estudo destas três expressões, que apesar de possuírem muitos pontos em comum, não deixam de carregar suas particularidades, tanto no tocante a sua história de fundação, como no tocante a seus princípios teológicos, e bem como as características e significados dentro da cosmologia das RMA dos Afro-brasileiros.

Por fim, uma informação que não podemos deixar de mencionar quanto à dinâmica das RMA em nossos dias atuais, está na permanência das tradições. Uma vez que conforme Junior (2011), mesmo que alguns estudiosos considerem a questão da tradição como um viver isolado, na verdade a modernidade já se encontra presente na religiosidade afro-brasileira, pois para os adeptos mais antigos, os novos “[...] ignorando o aspecto secreto e iniciáticos destas religiões, criam seus próprios modelos rituais, ignorando o tempo, mestre por excelência destas religiões [...]” (JUNIOR, 2011, p. 20). Tal afirmação nos faz refletir que a tradição dentro das RMAs sofre uma espécie de conflito temporal, visto que muitas das práticas e ritos acabam por sofrer alterações e mudanças diante da entrada de novos adeptos que muitas vezes propõe e promovem inovações ignorando o que vem sendo praticado há tempos atrás.

Desta maneira, além destes conflitos internos, quanto a suas tradições, as RMA ao longo de sua existência no Brasil, principalmente no século XIX e XX foram, e ainda

continuam sendo vítima de muitos preconceitos e violências, trazendo registro em sua história de criminalização e demonização, muitas vezes vistas não como religião, mas como seitas demoníacas, estabelecendo assim uma relação do racismo com a exclusão social dos negros no Brasil. O que ainda abordaremos mais a frente sobre essa questão.

1.1- O Candomblé

Segundo Prisco (2012, p.5), o termo “*Candomblé*” é uma palavra de origem bantu que significa: ca (ka)- *uso ou costume*; e ndomb- *negro ou preto*; e lé- *lugar, casa, terreiro*. Dessa forma, a junção dos três termos traz o significado de “*lugar de costumes dos negros ou pretos*”. Costumes que abarcam a religiosidade a qual incluem comidas, danças, músicas, idiomas e também toda uma organização social.

Abrindo aqui um paralelo sobre a conceituação do candomblé como esse “*lugar de costumes de negros*”, podemos comparar ao conceito Thompsiano de "costumes" como práticas habituais de determinado grupo, que em nosso caso é representado pelos afro-brasileiros, onde de acordo com Thompson (1998, p.86), “[...] os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns [...]”. Dessa forma, as práticas ritualísticas dos negros nos terreiros foram tomando forma de lei, especialmente nos ambientes ligados ao candomblé com seus costumes preservados das origens africanas, formando assim, para os negros, um “reduto de resistência”, visto que por muito tempo:

O modo africano de ser/viver/conhecer/saber está no dia a dia dos terreiros de candomblé e perpassa toda a cultura nacional, só que isso é camuflado e muitos de nós não aprendemos através da formação escolar. (PRISCO, 2012, p.6)

Nessa citação a autora tanto demonstra a questão da resistência negra na tradição religiosa do candomblé, como faz um desabafo sobre a omissão desse conhecimento pela escola. Visto que, na realidade além de estabelecer um “reduto de resistência”, o candomblé como afirmado por Nascimento, constituía-se nos:

[...] terreiros presentes nas cidades brasileiras desde o Brasil colônia, núcleos privilegiados de encontro, lazer e solidariedade para negros, mulatos e pobres em geral que encontravam ali espaço onde reconstituir suas heranças e experiências sociais, afirmando sua identidade cultural. (NASCIMENTO, 2010, p.930).

Neste processo de resistência, e reafirmação da identidade, o próprio fato de o candomblé possuir sua língua exclusiva já demonstra a preocupação com a preservação da cultura africana no Brasil. Pois, como discorrido por Prisco:

As casa de candomblé de congo-angola usam como língua veiculares segundo a opinião geral do povo-de-santo angoleiro, o Kimbundo ekikongo, línguas do grupo linguístico bantu, ambas faladas na República de Angola, a primeira pelos ambundos e a segunda pelos bakongos, povos que fazem limites geográficos entre si e dentre os quais foram trazidos milhares de pessoas escravizadas para o Brasil, entre os séculos XVI e XIX. (PRISCO, 2012, p.10).

Ao utilizar a língua bantu como forma de comunicação entre o povo-de-santo, podemos perceber, por parte dos adeptos do Candomblé, a busca por essa preservação afro-brasileira através da linguagem falada nos terreiros, promovendo de certa forma a procura pelo resgate às origens desse povo, e a luta pela preservação de sua cultura.

Para tanto, essa busca pela preservação cultural dentro dos terreiros de Candomblé, também acontece através da culinária. Pois, segundo Prisco (2012, p.16); “Na perspectiva da apropriação dos termos africanos na língua portuguesa, a culinária brasileira é um lugar onde uma vasta terminologia acabou se confirmando prática cotidiana”. Na verdade não só os termos ligados aos alimentos, mas antes, os próprios alimentos ligados à dieta brasileira com influência africana, encontram-se presente em nosso cotidiano, tanto no tocante ao preparo destes alimentos, como na própria introdução de ingredientes puramente africanos. Desta maneira, tanto o modo de preparo dos alimentos, como os novos alimentos compõe o arcabouço da cultura africana presente no Brasil, principalmente centrada na religiosidade de Matriz Africana. Esse arcabouço cultural tem sido preservado assim, tanto em nossa dieta alimentar, como principalmente nas comunidades terreiros. Alimentos e temperos como: leite de coco da Bahia, pimenta malagueta, o azeite de dendê, o feijão preto, sempre usado nas tradicionais feijoadas, os temperos verdes, os alimentos preparados conforme as tradições africanas como; caruru, acarajé, vatapá, mungunzá, além da própria carne seca que os negros chamavam de Jabá.

Outro ponto importante a ser relacionado, e que também tem a ver tanto com o Candomblé, e mesmo com a culinária praticada nesta religião, e que envolve normalmente todos os ramos da religiosidade afro-brasileira, está na questão de sua teologia que carrega seus ritos iniciáticos, bem como os sacrifícios e as oferendas ali praticadas. Onde, conforme o dicionário Houaiss (2007, p.2463), entende-se como *rito*; “1 Conjunto das cerimônias e das

regras cerimoniais que usualmente se pratica numa religião, numa seita etc [...] 4 qualquer processo de cunho sagrado ou simbólico susceptível de estabelecer e desenvolver costumes”. Já quanto ao *sacrifício* o dicionário traz a seguinte definição; “1 oferenda ritual a uma divindade que se caracteriza pela imolação real ou simbólica de uma vítima ou pela entrega da coisa ofertada(s.de animal) 2 pessoa ou coisa sacrificada” (HOUAISS, 2007, p.2494). Quanto à *oferenda* o dicionário define como; “coisa que se oferece presente, dádiva, oferta” (HOUAISS, 2007, p.2052). Assim, de acordo com essas definições podemos compreender que, tanto o sacrifício como a oferenda, (mesmo que distinta uma coisa da outra, principalmente pelo fato de que o sacrifício vai sempre envolver alguma vítima real ou simbólica), ambos são parte integrante da ritualística das religiões de matriz africana, e de muitas outras expressões religiosas. Desta maneira, tanto o Candomblé como as demais RMA constroem costumes que lhes são próprios, como também desenvolvem regras cerimoniais que muitas vezes lhes são de práticas exclusivas em seus momentos de culto. Deste modo, como parte da ritualística dos Candomblés encontram-se a presença dos sacrifícios que conforme Bastide (2001), apesar de não serem totalmente secretos, acaba ficando restrito a um pequeno número de pessoas que normalmente acompanham esses rituais. O sacrifício normalmente tem como vítima um animal, onde seu sangue é utilizado para a prática do ritual oferecido por oxogum, sacerdote especializado nesta prática, ou na falta deste, o Babalorixá, que é o sacerdote supremo que realiza o sacrifício. São dessa forma observados alguns critérios para essa prática como: o tipo e o sexo do animal a ser sacrificado dependendo de sua terminologia, (se de duas ou de quatro patas), ou mesmo a quem será ofertado o sacrifício, sendo que quanto ao sexo do animal o sacrifício deverá estar ligado ao sexo do deus a ser adorado. Para tanto, quanto a oferenda do animal sacrificado, a oferta é levada das mãos do sacerdote diretamente para as mãos da cozinheira que prepara o alimento ao deus para o qual é realizado o sacrifício, sendo que:

[...] o sangue, pertence de direito aos deuses; mas o restante do animal não é atirado fora, é cozido, e parte dele será posta em travessas ou em pratinhos diante das pedras ou dos pedaços de ferro pertencentes às divindades [...] Alimenta então sucessivamente as diferentes pedras sagradas. O restante do alimento será consumido no fim da cerimônia pelos fiéis, e até mesmo pelos simples visitantes. (BASTIDES, 2001, p.32).

Como pudemos perceber, existe uma íntima relação nos rituais do Candomblé e demais RMA entre os deuses com seus fiéis, sendo percebido esse fato nos atos de sacrifícios com o sangue derramado aos entendidos deuses e também com a comida que após preparada, ao

mesmo tempo em que são oferecidas as divindades, também servem de alimento aos que participam dos cultos, podendo ser aos fiéis da religião em questão, ou mesmo aos visitantes.

Quanto à organização social presente no Candomblé, conforme Prisco (2012) segue a seguinte estrutura: Primeiro vem os pais e mãe de santo, os ekedjes, os Ogãs, os filhos de santo e os abians. Os pais de santo também são conhecidos como “babalorixá ou Iyalorixá”, sendo esses as autoridades maiores dentro do Candomblé. Onde a escolha desses líderes acontece pelos orixás. A ascensão e desenvolvimento dos adeptos nesta expressão religiosa de raiz africana acontecem sempre seguindo seus critérios internos, visto que como afirmado por Prisco:

No candomblé não existe autodidata nem auto-iniciação. Para ser um filho (a) de santo um longo tempo de iniciação é indispensável, e se o interessado em candomblé pretende se utilizar do Oráculo africano, o jogo de Búzios, foco de interesse de muita gente, a religião se mostra ainda mais inacessível [...] o oráculo afro-brasileiro, o jogo de Búzios (Ifá) somente é confiável quando “operado” pelas mãos credenciadas dos Sacerdotes, o Babalorixá [Pai ou Zelador do Santo] ou Yalorixá [Mãe ou Zeladora de Santo]. (PRISCO, 2012, p.48).

Esse fato nos ajuda na compreensão de que ao menos no tocante a estrutura individual de cada terreiro de candomblé existe uma valorização das hierarquias internas. Tal realidade também reflete bem o fato de que historicamente essa estrutura presente nos terreiros traz a própria representação social dos ancestrais dos negros africanos trazidos cativos para o Brasil.

Dentro desta reflexão, e apesar da posição preconceituosa do autor Nina Rodrigues, ainda assim, existem algumas informações sobre os candomblés que podemos colher em seu texto, contudo não sem avaliarmos sua intencionalidade sobre essa temática. Esse autor falando sobre a organização social dos terreiros descreve que:

No Brasil, o culto gêge-iorubano não conserva, não possui esta organização superior do sacerdócio; os terreiros ou igrejas não guardam uma subordinação hierárquica, trabalhando por conta própria e em completa independência. Nos centros principais, como na capital da Bahia e nas suas cidades mais importantes, Cachoeira, Santo Amaro, São Gonçalo, Feira de Santana, etc., os terreiros se conhecem, se respeitam reciprocamente, se visitam em comissões por ocasião das grandes festas anuais. Alguns chefes ou diretores de candomblés chegam mesmo a falar na existência de certa subordinação e interdependência dos diferentes terreiros. Mas tudo isso não passa de um aparentar da organização africana: eles são, de fato, de todo livres e independentes. Quando se interroga aos chefes sobre qual o terreiro supremo a que se devem sujeitar todos os outros, eles indicam ora um, ora outro, conforme as suas simpatias ou preferências pessoais. (RODRIGUES, 2010, p. 261).

Assim, mesmo que no Brasil não haja uma organização hierárquica de subordinação de um terreiro de Candomblé para outro, ainda assim pode ser observada uma organização sociorreligiosa: Na primeira ordem aparecem os babalaôs, os sacerdotes de aroni e ochanim e por fim os sacerdotes de Obatalá e oduduá; na segunda ordem 1º Vem os sacerdotes de changô, 2º vem os dos demais Orixás como Ogum, Yemanjá, ochum, Ifá, Ochunmaré, etc; a terceira e última ordem seguem, os sacerdotes de okô.

Outra observação feita por Rodrigues no tocante à realidade organizacional das religiões afro-brasileiras em especial o candomblé é que:

O corpo de sacerdotisas muito se aproxima, porém, do que ele é na África. A denominação, geralmente adotada na Bahia, de “pai ou mãe de santo ou de terreiro”, é tomada à língua gêge. “Mãe de santo” é a tradução literal de Voduno, nome dado às sacerdotizas gêges do culto de Dãnh-gbi (Vodu, orichá ou santo e no, mãe). Por extensão vieram as denominações mãe-de-terreiro, pai-de-santo ou de terreiro. No entanto, entre nós as sacerdotisas não são chamadas, como no Dahomey, mulheres ou esposas de santo, mas sim, filhas de santo. (RODRIGUES, 2010, p.262).

Apesar destas informações fornecidas por Nina Rodrigues, e que de fato contribui em nosso conhecimento sobre o Candomblé, Rodrigues (2010), expõe algumas informações no tocante a questão do sacerdócio africano, que vem carregada de preconceito, pois segundo este autor, no Brasil existe algumas diferenças, como o fato de que na África as (sacerdotisas) filhas de santo passavam por um ritual organizado e regulamentado de prostituição sagrada, o que no Brasil não se encontra estabelecida tais práticas de forma regulamentar oficializado, o que não significa que não existam orgias nos grandes candomblés, antes com afirmado por Rodrigues:

Este conhecimento é mais do que transparente nos artigos e notícias da imprensa baiana, que sobre os candomblés mais adiante vão transcritos. E todo o mundo sabe que o culto fálico das mitologias gêge e iorubana admite, melhor autoriza a prostituição nas suas solenidades. A obediência passiva dos filiados ao chefe ou diretor do terreiro é tal que as filhas de santo não se animariam a resistir a uma ordem dos deuses ou orichás, intimada pelo pai de terreiro, a ele facilmente abandonando as filhas ou a si própria. (RODRIGUES, 2010, p. 262).

Podemos notar que apesar de trazer algumas informações sobre o candomblé, a citação acima, demonstra que o autor em seu conceito higienista, carregado de preconceitos, apresenta os rituais afro-brasileiros como cultos fálicos e mitológicos promotores de orgias sexuais, ainda fazendo uso dos noticiários que veiculavam as notícias sobre os Candomblés

recheados de racismo, preconceitos e em muitos casos apoiadores de violência contra os negros e sua religiosidade.

Enfim, mesmo diante desta realidade podemos perceber que, no Candomblé desde seu início em terras brasileiras, pode ser observada a presença das raízes mais fortes da religiosidade africana, principalmente pelo fato de que nesta expressão religiosa, vemos uma ligação quase que direta com a religiosidade oriunda dos territórios africanos firmadas em suas tradições. Além do fato de que as demais expressões religiosas africanas acabaram de uma forma ou de outra, também bebendo do Candomblé. É o que buscaremos também entender e conhecer estudando ainda outras expressões religiosas de matriz africana como a Umbanda e a Quimbanda, isso nos ajudará a fundamentar melhor a proposição acima argumentada.

1.2- A Umbanda

Depois de termos conhecido um pouco sobre o candomblé, agora precisamos nos debruçar a conhecermos um pouco sobre a Umbanda, a segunda RMA que estudaremos. Assim, conforme Magnani (1986), a Umbanda como parte das Religiões de Matriz Africana, não obstante, carrega características particulares que a distingue, por exemplo, do candomblé. Talvez a principal característica presente esteja em sua forte pluralidade religiosa. O que na Umbanda vem de maneira muito mais intensa do que no candomblé. É o que veremos a seguir neste pequeno espaço de identificação e conhecimento desta religião.

Desta forma, segundo Ademir Barbosa Junior (2014), em seu texto “*O Livro Essencial da Umbanda*”, esta expressão religiosa pode ser caracterizada como uma religião inclusiva, que não faz distinção de classe social, cor de pele, orientação sexual e mesmo de gênero. Ela trata-se de uma religião aberta a todos que dela desejem fazer parte, não é proselitista, antes dá a todos a liberdade de escolher estar ou não em seu meio. Por essa sua abertura, constituiu-se em essência uma religião plural a qual não só acolhe a todos que queiram participar dela, como também acolhe muitos ritos e cultos que se diferenciam muito de movimento (casa, terreiro) para outro. Desta maneira, as casas de Umbanda não são homogêneas em seus cultos, ritos ou fundamentos, antes carregam características que as difere umas das outras. Assim, conforme Junior:

[...] a diversidade de fundamentos por vezes é confundida com irresponsabilidade. Promessas de amarração e de se trazer o amor de volta

(querendo ele ou não), mistificações diversas, animismo de médiuns indisciplinados e outras situações gravíssimas acirram o desconhecimento e o preconceito contra a Umbanda [...] Pelo fato de ter nascido no Brasil e ser intrinsecamente sincrética, a Umbanda é chamada de religião genuinamente brasileira. (JUNIOR, 2014, p.17).

Como observado anteriormente, a diversidade de fundamentos, e mesmo de cultos e formas de ritos na Umbanda, não deixa de gerar contradições e mesmo conflitos que muitas vezes tem levado ela a tornar-se vítima de preconceitos e desconhecimentos, mesmo que atualmente ela esteja passando por um processo de reconhecimento e valorização enquanto movimento religioso genuinamente brasileiro.

Para tanto, não tem como continuarmos falando sobre este movimento religioso sem primeiro conceituarmos o termo “Umbanda”. Conforme Junior (2014) esse termo de origem africana “umbundo” e “quimbundo” significa:

[...] ‘arte de curandeiro’, ‘ciência médica’, ‘medicina’. O termo passou a designar, genericamente, o sistema religioso que, dentre outros aspectos, assimilou elementos religiosos afro-brasileiros ao espiritismo urbano (Kardecismo). (JUNIOR, 2014, p.19).

O termo Umbanda dentro de um sentido mais esotérico e espiritual, também carrega o significado de “luz divina ou o conjunto das leis divinas” (JUNIOR, 2014, p.19). Assim, conforme a própria origem e significação do termo que define essa expressão religiosa, já podem ser identificadas a ligação desta religião com as RMA, contudo, ao mesmo tempo, podendo perceber a força que a pluralidade exerce nesta religião, visto o fato de que em sua forma de manifestação religiosa existe a presença de uma linha divisória definindo um lado como linha branca, que envolve elementos Kardecistas. Este fato se deu mesmo na fundação da Umbanda por Zélio Fernandino, onde houve “alguém que anotou durante a incorporação do caboclo das sete encruzilhadas, anunciando o nome da nova religião, o nome ‘Allabanda’, substituído por ‘aumbanda’, sânscrito ‘Deus ao nosso lado’ ou ‘ao lado de Deus’” (JUNIOR, 2014, p.19).

Todos estes fatos ligados à terminologia desta religião nos ajudam a identificar essa religião de Matriz Africana, como um movimento religioso que agregou valores para além das raízes africanas em sua religiosidade, antes, a Umbanda que teve seu início dentro do espiritismo urbano Kardecista, foi se formando com forte influência também do cristianismo católico, agora não simplesmente por questões de aceitação como aconteceu em parte com as influências católicas no Candomblé, aonde os seus “Orixás” vinham escondidos em

roupagens de santos católicos. Já no caso da Umbanda o que se pode ver é o uso consciente de um misto de elementos de diversos cultos religiosos. O que não significa que não exista um ramo mais propriamente ligado às religiões tradicionais africanas. Ao contrário veremos que mesmo diante desta diversidade existem ramos umbandistas fortemente ligados às origens da religiosidade africana.

Desta forma ainda segundo Junior (2014), podemos perceber na Umbanda vários elementos religiosos de uma variedade de expressões: elementos africanistas, como o culto aos Orixás vindos com os escravos em sua diversidade cultural, religiosa, espiritual, medicinal, ecológica, englobando o culto aos preto-velhos; também elementos do cristianismo católico, com a utilização de imagens, símbolos, orações, sendo que algumas casas de Umbanda chegam até mesmo à utilização de dogmas católicos, com celebrações muitas vezes fundamentadas em terços e rezas com dogmas baseados em mistérios católicos; elementos indianistas com a utilização da pajelança, o uso da sabedoria indígena de ancestralidade em seus aspectos culturais, medicinais, espirituais, com a prática de culto aos caboclos indígenas; elementos Kardecistas, que em suma envolve o estudo da doutrina espírita em sua vasta bibliografia, observando a manifestação de determinados espíritos como os dos médicos André Luiz e Bezerra de Menezes; também se encontra elementos das religiões orientais com estudos e compreensão aplicação de conceitos como prana, chakra e cultos de linha cigana etc. Esse sincretismo umbandista não se encontra fechado, antes, “[...] permanece de portas abertas aos encarnados e aos espíritos das mais diversas origens étnicas e evolutivas [...]” (JUNIOR, 2014, p. 31), deste modo não é difícil encontrar nas reuniões de Umbanda muitos adeptos de outras religiões em busca de paz, conforto espiritual e principalmente saúde.

Mesmo diante destas informações até aqui adquiridas, para compreendermos mais sobre essa religião e sua pluralidade, faz-se necessário uma viagem no tempo, recordando sua história desde sua fundação aqui no Brasil. O que conforme as narrativas de Junior (2014), o início e fundação da Umbanda são atribuídos a Zélio Fernandino de Moraes, um jovem que aos 17 anos de idade em 1908 começou a experimentar manifestações que o levava a portar-se como um velho encurvado com falas incompreensíveis, ou a manifestar-se como um animal felino. Por causa destas manifestações ele foi encaminhado por sua família para um médico, que o examinou devido as suas manifestações, não compreendendo as causas delas. Depois de examinado pelo médico, Zélio foi ainda encaminhado a um padre e conseqüentemente a um centro espírita, onde tomou assento “à mesa da federação de Niterói” (JUNIOR, 2014, p.21). Num êxtase nesta sessão espírita Zélio manifestou em seu corpo os espíritos, que se

apresentaram como índios e negros escravos, sendo que em um diálogo com José de Souza, diretor da reunião, este advertiu aos espíritos manifestos em Zélio sobre seu atraso espiritual, sendo que esses espíritos declararam a José de Souza que o mesmo os rejeitavam por serem eles de origens sociais e de cor inferiorizados, não sendo dado a eles ouvidos a mensagem que pretendiam entregar. Neste momento de diálogo, outro médium presente na reunião interpelou os espíritos que estavam em Zélio, neste instante outro espírito se manifestou em Zélio declarando-se como o “caboclo das sete encruzilhadas”, descrevendo sobre o objetivo, a partir daquele momento, de desenvolver reuniões espíritas voltadas aos humildes, demonstrando a igualdade que segundo esse espírito deveria existir entre os irmãos. Dessa forma, como afirmado por Junior (2014):

No dia seguinte, 16 de novembro, na casa da família de Zélio, à rua Floriano Peixoto, 30, perto das 20h, estavam os parentes mais próximos, amigos, vizinhos, membros da Federação Espírita e, fora da casa, uma multidão. Às 20h manifestou-se o Caboclo das Sete Encruzilhadas e declarou o início do novo culto, no qual os espíritos de velhos escravos, que não encontravam campo de atuação em outros cultos africanistas, bem como de indígenas nativos do Brasil, trabalhariam em prol dos irmãos encarnados, independentemente de cor, raça, condição social e credo. (JUNIOR, 2014, p.22).

Com esse fato estava iniciada a primeira sessão do novo culto estabelecido por Zélio Fernandino de Moraes, orientado por seu guia, que também orientou sobre normas quanto ao culto que teria suas sessões das 20hs até às 22hs, sendo seu atendimento gratuito e os participantes deveriam vestir-se de branco. Desta forma, quanto ao nome dessa nova religião seria definido como Umbanda, a qual deveria atuar um espírito de caridade prática. O nome desta primeira casa de Umbanda foi “Nossa Senhora da Piedade”.

A partir deste momento conforme Junior (2014) começaram as manifestações dos espíritos, sendo a primeira a do “Preto Velho”, o qual veio com humildade colocando-se sem direito a assentar à mesa com os senhores brancos, este espírito pediu seu cachimbo que seria o primeiro instrumentos de trabalho da Umbanda. Assim, seguiu-se a expansão da nova religião, onde, “O Caboclo das Sete Encruzilhadas dedicou-se, então a esclarecer e divulgar a Umbanda, auxiliado diretamente por Pai Antônio (Preto Velho) e pelo caboclo Orixá Malê”. (JUNIOR, 2014, p.23). Desta maneira, a expansão da Umbanda foi se dando pela orientação do guia manifestou em Zélio Fernandino, que seguiu fundando sete tendas.

Assim, durante o tempo em que viveu Zélio, outras 10.000 tendas foram fundadas. Em todas essas tendas os rituais eram seguidos com músicas baixas, sem atabaques ou palmas, e

sem adornos nas vestimentas brancas, e principalmente sem sacrifícios de animais. Mas, apesar dessas orientações:

Com o tempo e a diversidade ritualística, outros elementos foram incorporados ao culto no que tange ao toque, canto e palmas, às vestimentas e mesmo, a casos de sacerdotes umbandistas que passaram a dedicar-se integralmente ao culto, cobrando, por exemplo, pelo jogo de búzios, sem nunca deixar de atender àqueles que não podem pagar pelas consultas [...] Algumas casas por influência dos cultos de nação, também praticam o corte, contudo essa é uma das maiores diferenças entre a Umbanda dita tradicional e as casas que se utilizam de tal prática. (JUNIOR, 2014, p.24).

Apesar das mudanças que ocorreram no culto umbandista principalmente em nossos dias atuais, o fundador desta religião no Brasil trabalhou fielmente de acordo com as orientações de seu guia, sendo que aos 55 anos de idade Zélio passou a direção da casa de “Nossa Senhora da Piedade” para suas filhas Zélia e Zilméia, trabalhando junto “com sua esposa Isabel (médium do Caboclo Roxo), na cabana de Pai Antônio, em Boca do Mato, em cachoeira de Macaco, no Rio de Janeiro” (JUNIOR, 2014, p.24). Sendo que, Zélio veio a falecer em 1975 no dia 03 de Outubro, depois de ter se dedicado a Umbanda por quase 67 anos.

Nos tempos atuais, a Umbanda diferente do Candomblé, ocupa um lugar de maior destaque e influência, talvez até mesmo por sua capacidade plural tanto de estar aberta a outras religiões, como por não fazer distinção de cor, raça, gênero ou orientação sexual. Hoje ela conta até mesmo com Faculdade de Teologia umbandista localizada na capital de São Paulo, oferecendo um curso de Bacharelado com duração de 3350 horas, além de ofertar ainda curso de extensão universitária. É importante mencionar que essa primeira faculdade de teologia umbandista do mundo foi fundada em 2004 que trabalharia com ênfase nas religiões afro-brasileiras, desta maneira a Umbanda foi também a primeira RMA que passou a fornecer formação acadêmica a seus sacerdotes de maneira institucionalizada. Mesmo que na prática por sua diversidade, o sacerdócio umbandista não esteja ligado somente a uma formação acadêmica.

Para tanto, ainda conforme Junior (2014), com a oficialização da Umbanda e sua faculdade, vários outros movimentos de valorização das RMA vem se desenvolvendo, tendo como exemplo a criação do “Movimento Político Umbandista” MPU, o qual não só envolve outras religiões de raízes africanas, como desenvolve ações políticas pela busca de melhor viabilidade dessas religiões em nosso país. Outro exemplo está na “Associação Brasileira de

Escritores afroreligiosos”, que buscam maior visibilidade de trabalhos destes escritores nas mídias presentes em nossos dias, sendo que demais informações que temos sobre essa associação, é que ela:

Associação Brasileira de Escritores Afroreligiosos. Fundada em 24 de dezembro de 2013, tem como membros escritores, editores, blogueiros dirigentes espirituais, leitores e interessados em geral, umbandistas, candomblecistas e de outras religiões de matriz africana. Um dos objetivos da Associação Brasileira dos Escritores Afroreligiosos (Abeafro) é dar maior visibilidade do trabalho dos escritores na mídia, nas feiras de livros, no contato com o público em eventos em livrarias, terreiros, centros comunitários, etc. Seu primeiro presidente é Ademir Barbosa Júnior (Dermes). (JUNIOR, 2014, p.42).

Continuando nossa reflexão sobre a Umbanda como RMA precisamos compreender dentro da dinâmica plural desta religião, sobre o que de fato a caracteriza como religião que tem suas raízes africanas. Assim, ao contrário do Candomblé que carrega desde sua fundação elementos religiosos muito fortes ligados diretamente às religiões tribais africanas, a Umbanda desde sua fundação carrega uma forte diversidade religiosa que a faz identificar com várias outras religiões, inclusive com o próprio Candomblé, sendo observada neste sentido, a presença de elementos que seria próprio do Candomblé como algumas práticas ritualísticas, alguns símbolos, a prática do sacrifício de sangue, que no começo fora rejeitado pela Umbanda, mas que, com o crescimento desta religião e o resgate de práticas das religiões das nações africanas acabou sendo inseridos na Umbanda tais ritos de sangue. Entretanto, uma das principais identidades desenvolvidas nesta nova religião e que define como RMA, pode ser percebida na relação que passou a estabelecer-se na mística relacional do mortal com o mundo espiritual, onde desde o início dos cultos umbandistas se deram as manifestações dos espíritos que se identificavam como índios e velhos escravos, sendo que um desses espíritos em sua manifestação identificou-se como “Preto Velho”, o qual se manifestou em singela humildade intitulando-se como “Pai Antônio”. Outro espírito que também se manifestou foi o caboclo Orixá Malê, que de alguma forma estabeleceu uma relação tanto com os orixás cultuados no Candomblé, como com os caboclos cultuados na cultura indígena. Assim, podemos observar a entrada na Umbanda tanto de elementos próprios das religiões tribais africanas, como de elementos próprios das religiões indígenas.

É importante ressaltarmos que atualmente existem vários seguimentos umbandistas em nosso país, o que poderemos também comparar a própria diversidade existente em outras religiões como o cristianismo, ou mesmo o islamismo. Atualmente a Umbanda carrega

tradições diversas como: A Umbanda de almas e Angola, que de modo geral carrega a semelhança do Candomblé mais tradicional os ritos africanistas presentes no candomblé angolano; A Umbanda branca ou de mesa como muitas vezes conhecida, sendo que em linhas gerais esse tipo de culto umbandista não utiliza de elementos africanistas, onde algumas casas nem mesmo possui cultos direcionados aos Orixás, nem ainda outros elementos como o álcool ou fumo que em outras expressões umbandistas apresentam-se ligados ao culto; Há ainda a Umbanda de caboclo com forte predomínio da religiosidade indígena, com divindade central voltada aos caboclos; A Umbanda esotérica, focada num conjunto de leis próprios deste ramo; A Umbanda iniciática, carregando forte influência oriental; A Umbanda Omolocó em ênfase nos cultos africanistas; A Umbanda popular, com práticas ligadas aos ensinamentos de Zélio Fernandino, estabelecendo elementos fortes de macumba, com influência dos Orixás e dos santos católicos; Tem ainda a Umbanda de “Preto Velho”; A Umbanda mista traçada umbandomblé e por fim a Umbanda tradicional com referências a primeira expressão umbandista organizada por Zélio Fernandino.

Diante desta pluralidade a qual representa a Umbanda no Brasil, a semelhanças das demais religiões que também se manifestam em sua pluralidade, conforme Junior (2014) existem elementos que são essenciais na Umbanda independente de sua linha de expressão ritualística. Esses elementos estão presentes em sua teologia, que em um monoteísmo apresenta a crença em um ser supremo, conhecida principalmente como Olorum (Influência Ioruba), ou ainda Zambi (Influência da Angola); a crença nos Orixás como divindades (santos) que estão a serviço do ser supremo; crença nos anjos; crença em Jesus Cristo, o qual segundo a tradição umbandista é crido como o mais evoluído dos espíritos que encarnou em um plano terreno, muitas vezes também é confundido com o próprio Orixá por ser entendido como vindo da linha de Oxalá; crença na ação dos espíritos que agem no plano físico com vibrações nos indivíduos; crença na lei de ação e reação; por fim crença na mediunidade.

Dentro desta dinâmica da diversidade e pluralidade da Umbanda podemos ainda destacar que devido a importâncias do culto aos orixás, tanto no Candomblé como na Umbanda de vertente africanista, esses elementos se destacam, tendo os mais importantes Orixás dentre os quais: Oxalá, Ogum, Oxóssi, Xângo, Iansã, Iemanjá, Nonã, Oxum e Obaluê. Esses Orixás estão associados a animais, bebidas, chacras, cores, comidas, corpo humano, elementos da natureza como água, fogo, ar, terra, ervas, essências, flores, metais, pedras e mesmo planetas, além também de saudações, símbolos, e até mesmo aos santos católicos, sendo que essas associações todas podem variar da Umbanda para o Candomblé.

1.3- A Quimbanda

Para falarmos na Quimbanda, antes de tudo é importante entendermos que essa religião “aparece no discurso umbandista ora como prática inserida na própria Umbanda, através de uma gira de exu, ora como categoria de acusação, onde membros de um terreiro acusam a outros participantes ou terreiros de praticante da magia negra” (JUNIOR, 2004, s/n), sendo que muitas vezes a Quimbanda também aparece conforme Junior (2004, s/n), como realização de trabalhos utilizando os voduns, “utilização de bonecos em forma humana em substituição ao corpo da pessoa que deseja atingir”.

Mas qual a definição que encontramos sobre a Quimbanda baseada no termo que a define? Segundo o dicionário Houaiss (2007), esse termo significa:

1. ANG. Chefe religioso, sacerdote, curandeiro. 2. B. sacerdote de cultos religiosos do tipo angola congo. 3. Segmentação da Umbanda que utiliza esp. Exus em suas práticas, nas quais se incluem supostos malefícios endereçados a pessoas, animais etc.[a denominação é lhe atribuída pelos adeptos da umbanda de linha branca; em linguagem leiga, seus centros e atividades são chamados de macumba.] 4. P.met. B o conjunto dos rituais desse culto; Kimbanda chefe religioso, sacerdote; umbanda e quimbanda são ambos vocábulos bantos, e significa originalmente ‘grão sacerdote’[...]. (HOUAISS, 2007, p. 2.360).

Dessa maneira, conforme o dicionário pode-se identificar alguns pontos: Primeiro, que o termo Quimbanda ou Kimbanda, originalmente se referia ao chefe religioso ou sacerdote dos cultos religiosos angola-congo. Segundo, que se refere na atualidade a um seguimento da Umbanda, logo a origem da Quimbanda encontra-se diretamente ligada à origem da Umbanda em certo grau. Terceiro, que a Quimbanda constitui-se efetivamente como uma religião que se utiliza dos exus em suas práticas, o que segundo os próprios adeptos da Umbanda de linha branca, são vistos como agentes voltados a práticas maléficas a animais ou pessoas.

Contudo, conforme Mario filho (2018), a questão da Quimbanda encontra-se banhada de falta de conhecimento, pois segundo este autor:

Queremos, de uma vez por todas, dizer que aquilo que as pessoas dizem modernamente ser Kimbanda ou Quimbanda não tem nada a ver com a origem do termo. O uso incorreto da palavra Kimbanda ou Quimbanda é fruto do mar de ignorância histórica que banha nossos Terreiros de cultos afro-brasileiros. A má fama da Kimbanda ou Quimbanda advém de desgraças históricas: a escravização e a imposição do cristianismo católico em terras Bantu [3]. No final do Séc. XV Dom João de Portugal enviou uma expedição ao Congo, comandada pelo navegador Diogo Cão, composta por padres, monges, soldados, camponeses e profissionais liberais com o intuito

de formar uma sociedade nos moldes europeus. Esse envio foi em atendimento à requisição do Rei, o Manicongo, que foi batizado Católico e queria que seu reino fosse como a Europa. O Manicongo enviou seu neto a Roma (Vaticano) para estudar e se tornar Padre. Este, Dom Henrique I, foi o primeiro Bispo negro (1521). O Manicongo e seus sucessores obrigaram todos os súditos a se tornarem católicos. No entanto, essa não foi uma opção agradável a eles, sendo que muitos preferiram se manter ligados a sua religião tradicional. Dessa forma, aqueles que praticavam o catolicismo eram considerados “homens de Deus”, pois seguiam uma religião correta. Aqueles que seguiam a religião tradicional, como a Kimbando, entre outros cultos tradicionais bantu, foram considerados “homens do diabo”, pois professavam uma religião primitiva e atrasada, típica do demônio. Esse entendimento chegou até nós por meio da escravização, pois os que se negavam a se converter, de boa vontade, ao catolicismo eram feitos escravos.[...] Ao chegarem aqui, esses escravizados continuaram com sua prática religiosa, mesmo sofrendo todo tipo de perseguição, utilizando-se de vários subterfúgios para isso, como a sincretização de seu panteão com os santos católicos, por exemplo (algo que já havia acontecido em África e não somente nas Américas). Aliado a isso houve uma incorporação do valor “ser do demônio” como uma estratégia de proteção, pois ao assumirem serem adeptos da Kimbando causavam medo nos senhores feudais e em outros negros, que, por receio, muitas das vezes, não os agrediam e lhes davam um status superior. (FILHO, 2018, p. s/n).

Como descrito por Filho (2018) podemos perceber que no Brasil, o termo Kimbando passou a ser considerado como sinônimo de “magia negra” e a Umbanda “magia branca”. As raízes deste entendimento deram-se lá atrás como referido na citação acima, quando que com a cristianização católica em terras africanas, onde os que aderiam ao catolicismo eram considerados “homens de Deus”, e os que seguiam sua religião tradicional, como a Kimbando, eram entendidos como “homens do diabo”, uma vez que professavam uma religião primitiva considerada como atrasada, característica do demônio. Esse povo escravizado continuou com sua prática religiosa, ainda que vítimas de todo tipo de perseguição, tendo que utilizar saídas para isso, como a do sincretismo de seu panteão de deuses com os santos católicos. Além desses fatos:

[...] houve uma incorporação do valor ‘ser do demônio’ como uma estratégia de proteção, pois ao assumirem serem adeptos da Kimbando causavam medo nos senhores feudais e em outros negros, que, por receio, muitas das vezes, não os agrediam e lhes davam um status superior. (FILHO, 2018, p. s/n).

Nessa dinâmica de medo que se estabelecia dos senhores feudais e de outros negros, em relação aos adeptos da Quimbando, podemos perceber a religião como reduto de resistência e de status social, uma vez que ser adepto desta religião significava maior respeito, menos agressão e mesmo uma posição diferenciada entre os negros mesmo que pelo medo.

Mas apesar destas informações fornecidas por Filho, a grande realidade ainda é de identificação da Quimbanda como ramo da Umbanda sendo a primeira conhecida como a religião dos exus, o que segundo Teixeira (2005).

No panteão dos deuses africanos, Exu – ou Seu - é o orixá que personifica a vida em movimento: ele é o mensageiro entre os deuses, dos deuses para os homens e vice-versa; conhece todas as entradas e saídas, e por isso é respeitado – é o dono dos caminhos, o intérprete dos deuses. Tendo como símbolo o órgão genital masculino, é associado à fecundação e a vida, remetendo à sensualidade e a sexualidade. (TEIXEIRA, 2005, p.49).

Conforme Teixeira (2005), diante desta realidade dos cultos aos Exus na Quimbanda, o retrato construído pelos adeptos desta religião, está ligado às narrativas de referencia destes exus e pombagiras, “como sendo pessoas que efetivamente viveram na Terra, isto é, que estiveram encarnadas. Suas histórias geralmente remontam a um passado delituoso de amores, ódios, traições, luxúria e esplendor” (TEIXEIRA, 2005, p.79). Sendo que, esta visão da Quimbanda, ligada a compreensão de movimentação dos espíritos desencarnados de pessoas mortas e suas histórias, acabam por estabelecer uma íntima relação com a doutrina Kardecista, que fornece referências para compreensão desta relação de tais entidades com aqueles que as incorporam.

Apesar desta relação estabelecida da Quimbanda com o Kardecismo, e mesmo suas origens ligadas a Umbanda, o fato é que:

Indica-se que a quimbanda aparece, ainda que ‘ocultamente’, como interlocutora das práticas tradicionais e da memória social afrobrasileira. Embora pouco reconhecida mesmo entre os próprios umbandistas, a clandestinidade da quimbanda é o ‘preço’ da sua sobrevivência. Dar voz a como ela se expressa, nos meandros e sutilezas, é fundamental para a compreensão de seus aspectos culturais e históricos. (CARVALHO; BAIRRÃO, 2015, p.4).

Em suma, a Quimbanda por ser entendida como religião de matriz africana inferiorizada pela própria Umbanda, e principalmente pelo Kardecismo, ainda assim tem em comum a questão das possessões quando seus adeptos entram em transe, e recebem variadas entidades espirituais, sendo no caso mais comum da quimbanda os exus e pomba-giras, como já descritos. Lembrando também que Umbanda e Quimbanda em questão teórico-doutrinária assemelham-se uma a outra.

Por fim é importante dizer que, a semelhança da Umbanda e do Candomblé, muitas das práticas e ritos da Quimbanda são proibidas às pessoas que não são adeptos desta religião.

Desta forma, um maior aprofundamento nos conhecimentos de determinadas cerimônias, somente pode ser adquirido por meio de um extenso levantamento antropológico, ou mesmo com acompanhamento das festas públicas destes locais de culto. Assim, como nosso objetivo não reside em uma pesquisa antropológica, logo o que aqui informamos sobre a Quimbanda e mesmo em relação às demais RMA, já podem nos dar uma visão panorâmica da história, e vivência religiosa destes grupos.

2. A diversidade criativa nas RMA e sua história de perseguição e preconceito.

Essa diversidade de manifestações religiosas de Matriz Africana conforme Junior (2011) acaba por reconstruir a memória de homens e mulheres negros como um referencial para reflexão histórica deste grupo social. Sendo desta forma constituída como patrimônio social, não somente os terreiros, mas antes, a própria realidade sociocultural de homens e mulheres negros marcados historicamente pelos preconceitos, que desde o século XIX os identificavam como seres atrasados e incapazes, mas que nos últimos anos tem provado justamente o contrário quanto às oportunidades que lhes tem sido dado na sociedade brasileira atual. Deste modo, dentro de sua própria consciência histórica religiosa, as negras e os negros adeptos as RMAs, reconhecem-se como cidadãos que veem em sua religiosidade um local de construção de cidadania.

Ainda dentro dessa questão da diversidade nas RMA, um aspecto importante a ser levado em conta, diz respeito à ciência e tecnologias africanas, que apesar dos preconceitos que afirmavam a incapacidade dos negros de produzir, criar ou inventar novas tecnologias, não impediram que os mesmos de fato as inventassem. De acordo com Junior (2011), o próprio Egito Antigo é exemplo de produção tecnológica africana dos negros na medicina, onde o próprio simbolismo da cobra representando a medicina está ligado aos egípcios, sendo a cobra por nome africano de “Dan” era símbolo da família reunida, símbolo de prosperidade e crescimento. Deste modo, como afirmado por Junior (2011, p. 31) “Dan é símbolo da ciência africana que se movimenta em sentido anti-horário, como a roda nos terreiros de candomblé”. Para tanto, além das ciências médica, a própria escrita é tida como de origem africana presente nas populações do deserto do Saara e do Sudão. Isso sem levar em conta outras tecnologias como o pilão e a tecelagem. Sendo que muitas destas tecnologias da antiguidade ainda podem ser encontradas no interior das RMA, em diversas práticas destas religiões.

Não obstante a estas influências, as RMA no Brasil não foram vistas nem mesmo respeitadas da mesma maneira que o cristianismo. Pois como afirmado por Rodrigues:

Na África, estes cultos constituem verdadeira religião de Estado, em cujo nome governam os régulos. Acham-se, pois garantidos pelos governos e pelos costumes. No Brasil, na Bahia, são ao contrário consideradas práticas de feitiçaria, sem proteção nas leis, condenadas pela *região dominante* e pelo desprezo, muitas vezes apenas aparente, é verdade, das classes influentes que apesar de tudo as temem. (RODRIGUES, 2010.p.264).³

Apesar desta realidade de falta de apoio e mesmo falta de proteção, as expressões religiosas de raízes africanas em nossos dias, já podem perceber ações mínimas no sentido de maior tolerância e menor repressão contra elas. Embora que em muitos momentos da História dos negros e africanos no Brasil tenha-se registrado ações violentas contra eles, contra sua religiosidade, inclusive da própria polícia e mesmo da imprensa como lembra-nos Rodrigues:

Hoje, cessada a escravidão passaram elas à prepotência e ao arbítrio da polícia [...] a imprensa local revele, entre nós, a mesma desorientação no modo de tratar o assunto, pregando e propagando a crença de que o *sabre* do soldado de polícia *boçal* e a estúpida violência de comissários policiais [...] hão de ter maior dose de virtude catequista [...]. (RODRIGUES, 2010.p.264-265).⁴

Talvez hoje não seja vista tão dura repressão às RMA como o foi há alguns anos, contudo, ainda assim pode ser vista de maneira clara a falta de apoio pelo poder vigente, que não defende plenamente a liberdade de expressão religiosa as RMA no Brasil, no mesmo nível em que têm sido garantidas e preservadas a liberdade para as religiões de origem cristãs, principalmente à Igreja Católica Apostólica Romana, ainda que tenhamos atualmente leis como as 10.639 e 11.645 que busquem dar maior espaço e vazão para os negros e sua história e cultura.

Conforme o texto de Mário Filho (2018), ainda hoje grande preconceito ronda em relação as RMA, em especial a Quimbanda, pois se difundiu a crença que esta expressão religiosa trabalha realizando feitiços e trabalhos maléficos, assim, contrapondo essa ideia, segundo esse autor:

³ No trecho onde se encontra grifada as palavras *região dominante*, subentende-se as palavras *religião dominante*, visto ser neste período de registro histórico, no caso século XX, um período onde a Igreja Católica ainda exercia forte domínio no país.

⁴ *Sabre*: Uma espécie de espada que era usada pelos soldados. *Boçal*: Ignorante, rude.

O panteão da Kimbanda possui todos os seres que se manifestam na Umbanda e em outros cultos afro-brasileiros ou afro-ameríndios, tais como Preto(a)s-Velho(a)s, Caboclos etc. Não se aguenta mais atribuírem à Kimbanda um culto satânico (no mau sentido) de destruição e morte. Chega dessas parvalhices e imbecilidades! Veem-se sites, aos montes, afirmando que Exu Marabô é o demônio Put Satanakia ou que Exu Tranca-Ruas é o demônio Tarchimache. Quanta irresponsabilidade! O pior é que muitos acreditam nisso!!! Apenas como esclarecimento: esses nomes vêm do livro chamado de Grande Grimório, escrito pelo Papa Honorius I ou Honorius III (não se sabe ao certo), fruto da imaginação demoníaca que os católicos medievais tinham a respeito do mundo espiritual, que deveria ser habitado por demônios e seres malévolos. (FILHO, 2018, p. s/n).

Desta forma, segundo esse autor tais pensamentos apenas aumentam o preconceito e violência devotados a essas religiões. Na verdade mesmo entre os autores umbandistas existem preconceitos contra a Quimbanda. E se existe preconceito entre as RMA, que dirá das demais religiões cristãs.

Um exemplo de preconceitos e violências que ainda rondam as Religiões afro-brasileiras (não somente contra a Quimbanda) pode ser visto no noticiário do Jornal o Dia (2018), que traz, por exemplo, a informação de que sete terreiros foram depredados em Nova Iguaçu no ano de 2017:

Nos últimos meses, Nova Iguaçu registrou sete depredações a terreiros de religiões de matrizes afro-brasileiras. O último caso de intolerância religiosa no município da Baixada Fluminense aconteceu nesta quinta-feira, no barracão Ilê Asé Togun Jobi. Fotos enviadas ao WhatsApp do DIA (98762-8248) mostram a destruição do local, que teve imagens, móveis, objetos religiosos, instrumentos e artigos destruídos. A Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SDH) informou que outras seis denúncias foram feitas na última semana. O município tem o maior número de centros de religiões afro-brasileiras na Baixada, com 253 locais registrados. (JORNAL O DIA, 2018).

Fotografia 1- Terreiro de Umbanda destruído.



Fonte: Jornal o Dia (2018)

Essas depredações ilustradas na fotografia 1 acima, e ainda nas fotografias 2 e 3, que seguem abaixo, nos mostram a realidade de agressões e desrespeitos a que ainda são submetidas às RMA em nosso país. Na realidade, conforme informado pelo Jornal o Dia, há uma estatística de 2017 de que “[...] os casos de intolerância religiosa, por exemplo, aumentaram quase 40% este ano, em comparação ao ano passado. Na primeira semana de agosto a secretaria recebeu em cinco dias, 15 denúncias de casos de intolerância religiosa”. (JORNAL O DIA, 2018).

Fotografia 2- Destruição de terreiro



Fonte: Jornal o Dia (2018)

Fotografia 3- Destruição de terreiro



Fonte: Jornal o Dia (2018)

Assim, diante desta realidade de violência contra as RMA, conforme o Site da CEN, (Coletivo de Entidades Negras), em Salvador os adeptos das Religiões afro-brasileiras fizeram um movimento pedindo o fim da violência contra os terreiros, essa manifestação consistiu em uma amarração de tecidos brancos a árvores, sendo que:

A atividade, na qual as árvores da cidade são amarradas com tecidos brancos utilizados durante as obrigações do Candomblé (os ojás), é promovida pelo Coletivo de Entidades Negras (CEN), entidade nacional do movimento negro e terá a sacralização dos tecidos feita no Terreiro Tumba Junsara, uma das casas tradicionais de Candomblé, no Brasil, tombada como patrimônio histórico do Estado da Bahia.

A atividade também conta com o apoio da Comissão dos Terreiros Tombados, dos terreiros de Lauro de Freitas, de Camaçari e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (Sepromi).

Os mil metros de ojás, utilizados na ação, serão pintados pelo artista plástico e diretor do bloco Cortejo Afro, Alberto Pitta.

Exigindo respeito, a atividade puxará, em 2017, a campanha “Não toquem em nossos terreiros”, em referência a alarmantes casos de racismo religioso, que resultaram até na destruição de templos. (CNE, 2018).

A fotografia 4 abaixo retrata o momento em que religiosos adeptos as RMA se uniram em busca pela paz e preservação constitucional do direito ao culto, e a não agressão contra tais movimentos.

Fotografia 4- Movimento pela paz



Fonte: CEN.

Apesar deste quadro de agressões e desrespeitos voltados as RMA, e da própria História de perseguição e preconceitos sofrida por elas, e mesmo da reação destes movimentos como

forma de recusa a essa situação, ainda assim, essas religiões influenciaram no passado outras expressões religiosas, como a presença destas no catolicismo, visto, por exemplo, na questão dos santos, que em alguns casos são a própria representação travestida dos guias e santos das RMA, pois a história registra muitos momentos em que aparentemente os negros demonstravam sua devoção católica por meio dos santos, sendo que de fato sua adoração estava voltada a suas entidades identificadas por outros nomes ocultos por detrás dos santos católicos. Um exemplo desta realidade pode ser vista na narrativa do escritor Jorge Amado (2006), em sua obra “O Compadre de Ogum”, a qual dentre muitos aspectos, retrata um episódio que demonstra bem a relação que era estabelecida entre os negros adeptos as RMA com o catolicismo, pois conforme a trama, no batizado do filho de Massu o guia (Ogum) escolhido para padrinho da criança, deveria estar presente no batismo, contudo sem ser percebido pelo padre. Esse episódio demonstra um dos muitos momentos em que a fé dos negros não poderia ser claramente expressa, antes sempre oculta por meio de outras imagens católicas. Atualmente a própria celebração das congadas, demonstra o forte sincretismo religioso que ainda encontra-se presente nesta relação entre RMA e o cristianismo católico.

No tocante a relação das RMA com o cristianismo protestante, Rodrigues (2010) exalando preconceito em relação às religiões africanas cita o exemplo de um culto protestante nos EUA, para falar sobre a influência das RMA aos protestantes, pois, como descrito por este autor, quando citando uma celebração de culto protestante Metodista de negros norte-americanos, declara, segundo sua visão, que o culto metodista assemelhava-se a uma reunião de candomblé. Para Rodrigues os gestos e manifestações dos negros protestantes em sua celebração religiosa em muito se assemelhava aos das expressões das RMA.

Apesar desta descrição de Rodrigues vir recheada de preconceitos contra os negros e sua religiosidade, o fato é que dentro deste quadro de diversidade religiosa de nosso país, não se pode negar que as influências culturais se entrelaçam no contexto religioso brasileiro, pois ainda hoje muitos elementos simbólicos de cultos protestantes, neopentecostais acabam carregados de formas, gestos e objetos que se assemelham a elementos encontrados nas RMA, como o sal grosso, os estratos de ervas etc. Isso não significa aceitação às religiões afro-brasileira com naturalidade, antes, mesmo havendo semelhanças, ainda assim persistem as diferenças, principalmente na maneira em que as RMA são vistas e compreendidas pelos adeptos das religiões de origens cristãs. Um exemplo dessas diferenças pode ser encontrado nas afirmações de Cabral (1980) em sua obra *Religiões, Seitas e Heresias a Luz da Bíblia*, na qual fazendo uma reflexão que contraponha a visão dos adeptos das RMA, o autor expõe

sua visão cristã sobre essas religiões, discorre sobre a Umbanda, Quimbanda e o Candomblé, como parte das religiões espíritas, ou religiões dos espíritos. Para Cabral a Umbanda consiste em uma miscelânea de catolicismo, budismo, espiritismo Kardecista e mediunismo, sem uma forma doutrinária definida, sendo que os seus terreiros surgem principalmente nos bairros mais pobres, o que já nos aponta a visão periférica que tem sido atribuída a essa religião. Em relação ao Candomblé Cabral (1980), difere da Umbanda pelo fato desta última possuir em sua estrutura uma divisão entre linha branca e terreiro. Já quanto a Quimbanda o autor consegue identificar maiores semelhanças em relação à Umbanda, contudo, apesar das semelhanças existem também diferenças significativas. Pois, segundo Cabral:

1. A Umbanda dedica-se à prática do bem, embora algumas vezes faça o mal a algumas pessoas. 2. A Quimbanda preocupa-se muito mais em fazer o mal, atendendo solicitações de seus adeptos ou admiradores. 3. Uma das práticas mais comuns na Umbanda é ‘desfazer’ o trabalho ruim normalmente feito pelos adeptos da Quimbanda. (CABRAL, 1980, p.130).

Dessa forma, como afirmado por Cabral, diferenças e semelhanças fazem parte dessas expressões religiosas, mesmo no caso do Candomblé, que carrega raízes mais fortes da religiosidade africana tribal, e que sustenta junto com as demais denominações religiosas afro-brasileiras, conflitos internos no seio das RMA. Assim, essas religiões acabam também contando com forte oposição das demais religiões de origens cristãs. Cabral (1980) falando sobre os rituais cômicos dessas religiões afirma que:

Nesses cultos demoníacos, há exus protetores de prostitutas, de pederastas, de viciados, de valentões, de ladrões etc. Muita bebida, principalmente cachaça (marafó) é consumida por seus adeptos, embora essa seja uma característica maior da Macumba. (CABRAL, 1980, p.131).

Ao que podemos perceber, quando Cabral refere-se às práticas religiosas das RMA como “Cultos demoníacos”, ele expõe rejeição às práticas dessas religiões, apontando para uma consciência histórica tradicional de preconceitos, muitas vezes desenvolvidos nos meios cristãos ao longo da história das RMA no Brasil e no mundo, tanto pelo catolicismo implantado no Brasil e mesmo pelo protestantismo brasileiro. Na verdade tais preconceitos ganham força principalmente quando essas religiões de origem africanas são vítimas dos meios oficiais de comunicação.

Bezerra (1990) é outro autor que nos ajuda ainda mais na compreensão da visão cristã sobre as RMA, em seu livro “Orixás, Caboclos e Guias”, levantando a inquietadora pergunta se

as entidades cultuadas pelas religiões afro-brasileiras são deuses ou demônios? Para tanto, no primeiro capítulo de seu livro Bezerra faz a seguinte afirmação:

O povo brasileiro herdou das práticas religiosas dos índios nativos e dos escravos oriundos da África algumas ‘religiões’ que vieram mais tarde a ser reforçadas com doutrinas espiritualistas esotéricas e tantas outras [...] (BEZERRA, 1990, p.19).

Conforme a citação acima, podemos entender que esse autor também acaba reforçando a visão de Cabral sobre as religiões de origem africana como “miscelânea religiosa”, que não só receberam influências do catolicismo, mais de vários outros movimentos e manifestações religiosas. Bezerra ainda reforça a posição demonizada das RMA quando afirma:

Houve com o decorrer dos séculos um sincretismo religioso, ou seja, uma mistura curiosa e diabólica de mitologia africana, mitologia indígena brasileira, espiritismo e cristianismo, que favoreceu o desenvolvimento de cultos fetichistas como a Umbanda, Quimbanda e o Candomblé. (BEZERRA, 1990, p.19).

Como vimos acima, dentro da visão neopentecostal evangélica exposta por Bezerra, às entidades espirituais das RMA são entendidas como algo diabólico, sendo que, segundo Bezerra (1990), os Orixás da Umbanda, os Exus da Quimbanda e Oxum, Iemanjá, Ogum e outros do Candomblé são vistos como representações demoníacas escondidas por detrás das figuras entendidas como deuses nas RMA. Tal entendimento mantém uma postura tradicional de rejeição e preconceito contra as religiões de origens africanas, mas não somente a elas, antes também as demais religiões que descrevem manter relações com os espíritos, sejam eles ancestrais ou deuses antigos. Assim podemos observar uma forte postura de uma consciência histórica tradicional de preconceito, rejeição e mesmo discriminação contra as RMA, uma consciência histórica construída no Brasil desde a chegada dos africanos ao nosso país, principalmente pelo fato da religião dominante ser a de origem cristã. Essa visão persistiu, e ainda persiste quase sem alteração, constituindo-se uma herança restrita do pensamento medieval, onde a igreja Católica condenava qualquer movimento religioso que fugisse ao padrão de doutrinas, dogmas e crenças que eram praticados naquele tempo.

Apesar dessa posição tradicional de consciência citada anteriormente, ainda assim, não só a Igreja católica abriu espaço para as manifestações da religiosidade negra em suas igrejas, (a exemplo da congada), como muitos outros movimentos cristãos têm desenvolvido uma consciência histórica de modo crítico de geração, onde conforme Cerri (2011, p.102) essa

consciência “procura estabelecer, ao lado dos padrões históricos dominantes, espaço para perspectivas novas e diferentes da prática atual”. Assim, como exemplo dessa mudança de consciência está à própria igreja católica, e em particular a igreja metodista brasileira, a qual em sua carta pastoral sobre o racismo reconhece que nós brasileiros somos herdeiros de uma visão racista eurocêntrica que discrimina os afrodescendentes, por sua cultura, cor de pele, religião etc. Para os metodistas essa postura é considerada como pecado de aceitação de pessoas, algo que precisa de arrependimento diante de Deus e uma mudança de postura. Segundo essa pastoral, a própria Igreja Metodista ao longo dos anos de sua existência em terras brasileiras foi omissa quanto à discriminação, agressão, desvalorização, preconceito e racismo praticados contra os negros. Contudo, hoje a Igreja tem reconhecido a necessidade de reparação pelas perdas e sofrimentos enfrentados por esse grupo ao longo da história, por isso propõem:

É tempo de restauração da Igreja! Para esta tarefa, convocamos nossas Igrejas Locais e Instituições Metodistas a desenvolver um movimento contra o pecado do racismo, que tem causado grandes prejuízos e sofrimentos às populações negras. Recomendamos o apoio e a promoção de ações afirmativas, como caminho para esse processo de restauração. (EPISCOPAL, 2011, p.25).

Podemos perceber que os Metodistas, mesmo que não tocando diretamente na questão das RMA, ainda assim, demonstram preocupação em relação à questão dos negros e afrodescendentes principalmente quando lembra em seu documento que o “racismo fundamentou o extermínio de povos africanos na África e de africanos na diáspora em todo o mundo bem como demonizou e expurgou suas culturas”. (EPISCOPAL, 2011, p.8). Esse documento faz menção à questão da demonização da cultura dos afro-brasileiros, justamente destacando esse fato como um problema ligado ao racismo e preconceito que vem sendo aplicado aos negros brasileiros ao longo dos anos.

Desta forma, podemos entender que apesar dos muitos contrapontos existentes entre as religiões cristãs e as RMA, ainda assim há uma busca pelo respeito e superação dos preconceitos contra os negros e afrodescendentes e sua cultura e religiosidade. cremos que não é algo realmente fácil a se trabalhar, quanto a essa questão, principalmente no tocante as práticas religiosas, crenças e cultos que em muito se diverge em relação às religiões cristãs e as de origem africanas. Contudo, precisamos ressaltar neste ponto em questão, que para um aprofundamento maior quanto a esse assunto, necessitamos de maiores fontes de informação por meio de revistas, jornais, livros e mesmo entrevistas, que possam nos ajudar nesta

reflexão sobre as perseguições sofridas pelas RMA. O que de fato não conseguiremos esgotar a questão nesta dissertação.

CAPÍTULO II - ANÁLISE DAS RMA A PARTIR DOS MATERIAIS RECOLHIDOS NAS ESCOLAS, E DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Neste segundo capítulo nos dedicaremos à análise da “Consciência Histórica” que se encontra presente sobre as RMA nos materiais didáticos, e planos de ensino religioso escolar, que foram recolhidos nas escolas parceiras desta pesquisa, no município de Uberlândia, aplicando-nos ainda na análise dos cursos de formação docente, verificando qual lugar têm sido dado as RMA neste processo de formação de professores da disciplina de ensino religioso escolar. Para tanto, em primeira instância, teremos de reconstruir nossa trajetória empreendida neste processo de pesquisa, fazendo uma descrição da caminhada na busca por escolas parceiras desta investigação. Neste sentido, buscaremos descrever sobre o acesso ou não que nos foi facultado nessas instituições de ensino, relatando as possíveis motivações para abertura ou fechamento das portas destas escolas frente a essa pesquisa, especialmente voltada à realidade da religiosidade dos negros no Brasil. Entretanto, visto o fato de que as instituições que concordaram em participar de nossa pesquisa haverem solicitado a permanência de seu anonimato, o que foi garantido às instituições que dele desejaram utilizar-se, tendo sido registrado no CEP UFG, desta maneira, os nomes originais serão substituídos por letras do alfabeto que serão acompanhadas das descrições destas escolas se particular ou pública, confessional católica ou evangélica. Será então desta maneira, que essas instituições serão identificadas, para o desenvolvimento de nossa pesquisa e a permanência do anonimato delas. Por fim, como foco principal desta pesquisa, procedemos com a análise dos materiais coletados, e das ementas e grades curriculares dos cursos de formação de professores de ensino religioso escolar. Assim, buscamos conhecer o modo como são referenciadas as RMA em nossos dias, registrando assim, a necessidade, ou não, de formulação de um material pedagógico que possa auxiliar na expansão dos conhecimentos sobre essas religiões de raízes africanas, colaborando com a execução das Leis 10.639 e 11.645, bem como auxiliando na luta pelo combate ao preconceito contra os afrodescendentes em sua história, cultura e religiosidade.

1. Angústias e dilemas para alcançar escolas parceiras

No início desta reflexão, podemos dizer que como era entendido no passado, ainda hoje se percebe que tudo o que vem do negro continua sendo visto como algo não muito bom, digo isto, porque a primeira dificuldade enfrentada no início de nossa pesquisa foi

justamente a de encontrar escolas que aceitassem serem parceiras desta investigação, ou seja, escolas que estivessem dispostas a abrir suas portas para que pudéssemos dialogar sobre a questão do negro e sua religiosidade. Essa dificuldade se deu principalmente devido a temática abordada, que desde início se apresentou como um tema que muitos não querem falar, mesmo diante de leis que instituem a obrigatoriedade de estudos voltados aos negros e sua cultura e história, pois como já vimos no primeiro capítulo, cultura e religião caminham juntas no processo de formação de uma sociedade, visto que “[...] o ser humano também aprende a crer em meio ao seu contexto cultural” (SANTOS E SANCHES, 2013, p.138). Neste sentido, podemos compreender conforme Santos e Sanches (2013), que é por meio da cultura que os conceitos religiosos são forjados principalmente no tocante a um povo que expressa sua fé, que normalmente os auxiliam no enfrentamento dos desafios diários que os rondam. Assim, estudar história e cultura afro-brasileira necessariamente leva ao estudo de sua religiosidade, destacando o estudo de um povo que tivera sua cultura e religião formada do convívio comum daqueles que para o Brasil vieram como escravizados, carregando seus costumes e práticas que em quase nada alinhavam aos costumes e práticas dos senhores dominantes. Esses costumes com forte presença da religiosidade dos negros, não foram esquecidos por eles, na verdade foram reinventados como forma de resistência e preservação de sua cultura. O que também já falamos no capítulo anterior.

Desta maneira, mesmo diante da necessidade real de resgatar a história e cultura dos negros e afrodescendentes no Brasil, o que nos foi possível observar com o fechamento das portas de algumas instituições de ensino, é que, em primeiro lugar vimos um aberto preconceito que ronda à temática, e também a evidência de que tais instituições estejam descumprindo as leis que obrigam tal estudo. Contudo, se de fato cumprem ou não as leis, nós não poderemos saber, visto não termos conseguido acesso dentro destas instituições. Na verdade houveram instituições que nem mesmo deram a oportunidade para que pudéssemos expor do que se tratava a pesquisa. Estas instituições, ambas particulares as designaremos de “*Escola confessional católica T*”, e “*Escola particular O*” e “*Escola confessional evangélica B*”. Onde, em todas essas escolas observamos o fato de serem escolas que atendem uma parcela da população de Uberlândia com um poder aquisitivo mais elevado, ou seja, são escolas de elite, o que talvez possa indicar o fato de não estarem abertas a pesquisas voltadas aos negros e sua religiosidade, podendo indicar uma mentalidade racista e preconceituosa. Entretanto, mesmo que essas escolas tenham permanecido fechadas ao diálogo sobre a temática proposta, ainda sim, das três escolas uma delas, a escola

“*confessional evangélica B*”, ao menos permitiu a exposição do que se tratava o objeto de investigação, contudo também não aceitando participar da pesquisa. No caso da confessional católica “T” e da particular “O”, ambas não só rejeitaram a participação neste trabalho, como nem mesmo deram abertura para exposição do objeto de pesquisa. O que acaba evidenciando um preconceito quanto à pessoa do pesquisador e a sua negritude. Sendo que desta maneira, estas três escolas mantiveram-se fora desta análise, indicando uma possibilidade de manutenção de uma “consciência histórica” tradicional de desvalorização, e preconceito contra os negros e sua cultura e religião.

Contudo, nossa procura por escolas parceiras não se findou com a rejeição destas três instituições, antes, continuamos nossa jornada com o objetivo de encontrar escolas que pudessem somar conosco para realização desta pesquisa, e que pudessem nos fornecer materiais para análise como; os livros didáticos de ensino religioso escolar e bem como os planos de ensino. Assim, após as devidas autorizações da Superintendência regional de Ensino em Uberlândia, que representa a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, e da Secretaria Municipal de Ensino, ambas apoiadoras desta pesquisa, partimos para encontrar escolas das redes municipal e estadual que pudessem nos subsidiar de materiais para pesquisa. Na verdade também fomos novamente à busca de outras escolas confessionais e particulares. Nossa abordagem se deu primeiramente por contato telefônico, marcando horário para um diálogo, onde pudéssemos expor nossa proposta de pesquisa. Também teve casos em que já fomos diretamente à instituição, nos identificando como pesquisador da UFG/ RC, isto pelo fato de não termos conseguido fazer o primeiro contato pelo telefone. Desta vez, já começamos encontrando instituições que diferente das citadas anteriormente, encontraram-se mais abertas ao diálogo e mesmo à participação da pesquisa. No caso das particulares, encontramos três instituições que concordaram em participar da pesquisa, inclusive fornecendo materiais didáticos e planos de ensino para que pudéssemos analisá-los a luz da temática proposta. Pelo fato destas escolas terem solicitado seu anonimato vamos também identificá-las com letras do alfabeto, seguida de sua classificação: A “*escola confessional católica M*”, a “*escola confessional evangélica A*” e a “*escola particular C*”. Também conseguimos como parceiras a *Escola Estadual da Cidade Industrial*, e a *Escola Municipal Professor Ladário Teixeira*, onde essas duas escolas não se reservaram no tocante ao seu anonimato, antes permitindo a divulgação de seus nomes. Aqui é importante ressaltar que mesmo entre as escolas públicas houve ao menos uma que não aceitou participar da presente pesquisa. Quanto às escolas que concordaram a participar

da pesquisa a católica “M” de pronto concordou e aceitou a participação. Uma vez que a coordenadora pedagógica tendo nos atendido compreendeu a importância da pesquisa destacando que essa escola tem buscado, mesmo sendo confessional, colocar em debate as questões relativas às diversidades. Já a coordenadora pedagógica da escola evangélica “A”, também tendo nos atendido e ouvido nossa proposta de trabalho, também nos apoiou de pronto, inclusive já no primeiro encontro que tivemos nos disponibilizando como doação os livros de ensino religioso os quais seriam utilizados em nossa pesquisa. Posso aqui destacar o fato de que a coordenadora pedagógica desta instituição ser afrodescendente, e que também demonstrou preocupação com a causa dos menos favorecidos, talvez esse fato possa ter contribuído para esse envolvimento na pesquisa. No tocante a escola particular “C”, apesar de haver concordado em participar da pesquisa, sua coordenadora pedagógica nos alertou que estavam em processo de implantação do ensino fundamental, visto o fato de que só trabalhavam com o ensino médio. Contudo, como não havíamos conseguido outra instituição particular laica para participar da pesquisa, então fechamos a parceria com essa instituição.

A essa altura já de posse da autorização das escolas que aceitaram participar da pesquisa, sendo no total de cinco escolas, uma confessional católica, uma confessional evangélica, uma particular, uma estadual e uma municipal, iniciamos os trabalhos. Precisamos reforçar que dessas cinco escolas, somente as escolas públicas que de fato concordaram em serem identificadas, já quanto às outras ficou acordado a manutenção de seu anonimato. Na verdade esse anonimato em si já nos aponta alguns questionamentos do tipo: Por que essas escolas não quiseram ser identificadas? Que tipo de consciência histórica elas evocam quando se preservam a não serem identificadas? E por que razão mesmo não aceitando sua identificação tais escolas ainda sim concordaram com a pesquisa sobre as RMA? Enfim, fazendo análise dos livros didáticos e planos de ensino cedidos por essas instituições buscar-se-á encontrar respostas a essas perguntas.

Quanto à postura das escolas públicas, estadual e municipal da cidade de Uberlândia-MG, pudemos notar o fato de que essas escolas encontram-se inseridas em bairros mais pobres, trabalhando com um público de menor poder aquisitivo, os quais se encontram entre a classe operária, demonstrando, dessa maneira, maior abertura à participação na pesquisa, além de não se omitirem a divulgação de seus nomes.

Desse modo, quanto à consciência histórica observada, já no início desta busca por parceiros da pesquisa, observamos de imediato, duas consciências presentes no momento de

seleção e levantamento dessas escolas parceiras. De um lado uma consciência histórica tradicional de preconceito, rejeição e mesmo discriminação contra as RMA, onde mais uma vez podemos afirma como descrito por Rusen (1992, p.6) que:

A Consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são do mesmo modo reveladas[...] A consciência histórica serve como elemento de orientação chave dando à vida um marco e uma matriz temporal, uma concepção do ‘curso do tempo’ que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. (RUSEN, 1992, p.6).

Sendo que, o espelho evocado pela consciência histórica tradicional observada na postura de rejeição e fechamento a pesquisa voltadas às RMA, reflete a conservação de preconceito aos negros e a sua religiosidade. Dessa forma, essa consciência poderá continuar servindo de orientação aos alunos, pais, e bem como aos profissionais ligados a essas instituições que, não só não aceitaram participar da pesquisa, como nem mesmo permitiram que fosse feita qualquer abordagem no sentido de esclarecimentos sobre o que se tratava a pesquisa, caindo no que é descrito por Souza; Jesus e Cruz (2012):

O ambiente escolar é um espaço de inflexão de costumes e visões, como também de ratificação de preconceitos[...]. (SOUZA; JESUS; CRUZ, 2012, p.3).

Nestas escolas resistentes a pesquisa sobre a religiosidade dos negros, podemos dizer que de fato o ambiente escolar corre um sério risco de continuar sendo esse lugar de ratificação de preconceitos contra os negros e sua história, cultura e religiosidade, visto que por não termos nenhum acesso a este ambiente escolar nunca saberemos de fato qual mentalidade está sendo difundida em seu interior, contudo por sua postura já identificamos, resistências e possíveis preconceitos forjados em seu seio.

Mas apesar desta consciência histórica tradicional que possivelmente ratificam antigos preconceitos em relação às RMA, por outro lado, encontramos instituições ao menos cinco delas, que no tocante a participação nas pesquisas, demonstraram disposição, apontando uma consciência histórica de modo crítico de geração, onde conforme Cerri (2011, p.102) essa consciência “procura estabelecer, ao lado dos padrões históricos dominantes, espaço para perspectivas novas e diferentes da prática atual”. Sendo o que de fato representam essas cinco instituições abertas ao diálogo sobre a questão religiosa em nosso país, mais especificamente voltada a religiosidade dos negros afro-brasileiros. É certo que neste caso também não

podemos ignorar, como já falamos, o fato de que três instituições se reservaram a permanência de seu anonimato, o que nos levou a alguns questionamentos anteriormente e que tentaremos responder consultando seus materiais didáticos.

2. Analisando os planos de ensino

Diante da realidade de algumas instituições escolares parceiras não possuírem material didático que trabalhe a disciplina de Ensino Religioso Escolar, em primeira instância estaremos procedendo à análise dos planos de ensino desta disciplina, conforme a abordagem de cada uma destas instituições. Lembrando que tanto no estado de Minas Gerais, como no município de Uberlândia, até o momento de realização desta pesquisa, ainda não existiam livros didáticos voltados ao estudo do Ensino Religioso, já nos apontou certa dificuldade em encontrarmos informações sobre as RMA. É o que veremos a seguir com a análise dos planejamentos destas instituições.

2.1- Análise do planejamento do CEMEPE

A seguir apresentamos a análise dos planejamentos destinados ao Ensino Religioso Escolar que tem sido proposto para aplicação no município de Uberlândia em suas escolas municipais, inclusive na escola municipal parceira, a *Escola Municipal Professor Ladário Teixeira*, tendo aqui como representante o Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi, o qual é responsável pelo núcleo de estudos voltados para a disciplina de Ensino Religioso no município em todas as suas escolas.

Essa análise tem como objetivo identificar qual tratamento tem sido dado as RMA nas escolas municipais, e de um modo mais específico na disciplina de Ensino Religioso Escolar. Assim, pelo fato do município ainda não contar com livro didático de Ensino Religioso, esta análise se dará através dos planejamentos oriundos da Secretaria Municipal de Educação em seu Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz – CEMEPE.

Precisamos assim lembrar, que esse planejamento voltado ao Ensino Religioso foi desenvolvido em conjunto com vários professores da disciplina, oriundos das mais diversas escolas do município de Uberlândia, desta forma, um planejamento participativo, contando com a colaboração de diversos autores. Na verdade conforme informações do próprio planejamento, esse projeto contou com a colaboração de pais, professores, gestores e

especialistas em educação. Lembrando que conforme esse planejamento durante todo ano letivo seriam contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.

Conforme Bassi (2016), alguns autores deram suporte teórico para esse planejamento, dentre eles:

Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; Redescobrimo o Universo Religioso – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; Todos os Jeitos de Crer – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA; PCNERs do Ensino Religioso; Revista Diálogo e Jornal Mundo Jovem, dentre outros.(BASSI, 3º ano, 2016, p.1).

2.1.1- Planejamento do 2º Ano

Avaliando o planejamento do 2º Ano do ensino Fundamental I conforme Bassi (2016), podemos verificar que no 4º bimestre é proposta uma análise das diferentes formas de crer. Neste bimestre em questão são destacados pontos como: A relação do ser humano com o Transcendente; a diversidade religiosa, o que pode dar margem a ser trabalhada aqui a questão das RMA; o respeito à crença do outro, sendo outro momento em que também cabe fazer menção as RMA como religiões que como as demais também merecem o respeito; as festas populares e religiosas, que neste caso a congada em Uberlândia já tem ocupado um lugar de destaque como expressão da cultura e religiosidade dos Negros; e as datas cívicas e comemorativas. Apesar destes destaques, neste planejamento do ano em questão, não se faz referências diretas a nenhuma forma de expressão religiosa de raiz africana, antes se resguardando a diversidade e abrindo espaço para que o professor abra esse leque.

2.1.2- Planejamento do 3º Ano

Seguindo a mesma dinâmica de análise agora do 3º ano do Ensino Fundamental I ainda conforme Bassi (2016), observamos que no 2º e 3º bimestre aparecem referências no planejamento sobre a questão da religião e a diversidade. Onde de acordo com a proposta do 2º bimestre são destacados: o conceito de Religião e Religiosidade, momento em que também se vê uma abertura para que além das religiões oficiais sejam mencionadas as RMA; os ritos e rituais, momentos importante para também destacar as RMA, em conjunto com o que é trabalhado frente às demais religiões; respeito á diversidade, lugar para se abordar a questão

das diferenças e mesmo aquilo que pode ser visto como pontos de convergências entre as RMA e outras religiões; o significado dos símbolos e sinais religiosos, sendo este também espaço para reflexão sobre os símbolos e sinais das RMA; as religiões presentes na sala de aula, momento este importante para registrar a presença da diversidade e do respeito em sala de aula; as datas cívicas e comemorativas. Quanto ao 3º bimestre aparecem as seguintes propostas de abordagem: A amizade e gestos concretos que aproximam ou afastam as pessoas, podendo neste momento se levantar a questão dos preconceitos e violências devotados as RMA; as tradições orais e transcendência; a religião na Cultura Popular Brasileira, sendo talvez um dos momentos mais propícios e importantes para a reflexão sobre as RMA como religião diretamente ligada a cultura popular afro-brasileira, ao lado do penúltimo item que de fato já traz em si a proposta de abordagem sobre a questão das RMA, apresentando como proposta de abordagem sobre as danças e vestimentas da cultura afro-brasileira, africana, indígena e cigana. Neste item vemos a busca pela aplicação das Leis 10.639 e 11.645, envolvendo as culturas indígenas e afro-brasileiras. Por fim, vem à proposta de estudos das datas cívicas e comemorativas. Desta maneira, podemos verificar de um modo mais evidente no 3º bimestre maior *abertura para o estudo das relações étnico-raciais* e bem como *da religiosidade afro-brasileira*, principalmente no tocante ao tema voltado para religião na Cultura Popular Brasileira, onde na verdade não aparece menção direta sobre nenhuma das religiões seja a Umbanda, o Candomblé, ou qualquer outra RMA, contudo pela temática proposta vê-se apenas abertura para o estudo das RMA .

2.1.3- Planejamento do 4º Ano

Na análise do planejamento voltado para o 4º ano do ensino Fundamental I, Bassi (2016) nos aponta a identificação no 4º bimestre de uma proposta de estudos que trazem abertura para a reflexão sobre as RMA, visto a sequência de assuntos propostos como se segue: As manifestações do Transcendente: a criação (o universo); as pessoas; as religiões; os livros sagrados; a oração; o amor e o próprio eu (o espírito); os costumes sociais, familiares e religiosos; as religiões presentes na sala de aula; As festas populares; a amizade e Respeito: sexualidade e drogas; datas cívicas e comemorativas; as Leis 10.639 e 11.645 (A consciência negra e história e cultura afro-brasileira e indígena). Em quase todos esses subtemas propostos podemos observar forte indício de inclusão da temática das RMA, principalmente quando se propõe o estudo das religiões, dos costumes sociais, e ainda das próprias leis que indicam a

necessidade de tais estudos. Contudo, somente estando em sala de aula é que poderíamos saber a intensidade em que são trabalhados esses conteúdos, mesmo que se perceba um grande esforço por parte da secretaria municipal de ensino em propor tais esboços em seu planejamento, principalmente até agora como registrado neste nível de ensino.

2.1.4- Planejamento do 5º Ano

Ainda segundo Bassi (2016), no 5º ano do ensino fundamental I, as abordagens dão a impressão de serem mais profundas, pois carregam os seguintes subtemas: 2º Bimestre – Subtema: Eu e minha identidade religiosa, destacando outras abordagens como; construímos nossa história; comunicamos nossas crenças e nossos valores; fases da Vida (criança, pré-adolescente e adolescente); lendas e mitos indígenas; Datas cívicas e comemorativas. No tocante ao 3º Bimestre – Subtema: Cultura e tradições religiosas trazem abordagens como; cultura popular; manifestações religiosas e culturais regionais e locais (folclore); lendas e mitos Afro-brasileiros; datas cívicas e comemorativas. Onde, no tocante a questão dos negros e indígenas, estas propostas de abordagens sobre a religiosidade destes dois grupos, traz o conceito de suas crenças como lendas e mitos ou mesmo como folclore. Desta maneira, o nível escolar em que aparece uma dedicação clara a questão religiosa de negros e índios nos planejamentos da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, tais religiosidades, claramente são apresentadas como *míticas, lendárias e folclóricas*, o que em certo grau se apresenta como termos que podem carregar desprezo e mesmo preconceito contra tais religiões. Na verdade essas expressões acabam por retomar uma visão tradicional de consciência Histórica, de reafirmação dos juízos de valores discriminatórios contra os negros e indígenas e sua cultura, história e religiosidade.

2.1.5- Planejamento do 6º Ano

Continuando nossa dinâmica de análise conforme Bassi (2016), agora voltado para o ensino Fundamental II em seu 6º ano pode-se sobressair à proposta de estudos do 1º Bimestre – Subtema: O que é religião? Destacando as propostas de estudo sobre: A importância da Educação Religiosa no espaço escolar; a reflexão sobre qual é o sentido da religião para o ser humano? A definição de religião (doutrina, teologia, rito e culto), onde neste item também vemos uma abertura para uma reflexão sobre as RMA; a diferença entre religião e filosofia de vida; a Religiosidade x Espiritualidade (diferenciar espiritismo de espiritualismo), onde neste

ponto pode ser espaço tanto para construção de novas mentalidades, como de reforço das posturas tradicionais de preconceito; os conceitos de Transcendente e Sagrado; Para que serve a religião? A liberdade de crença e culto religioso, onde se pode consistir em um bom momento para se trabalhar a questão da diversidade religiosa ressaltando aqui sobre as RMA, com sua liberdade de expressão religiosa a exemplo das religiões oficializadas dominantes; a diferença de Monoteísmo e Politeísmo, por fim as datas cívicas e comemorativas. No 2º bimestre é proposta uma reflexão bem ampla sobre a questão da religiosidade indígena com as seguintes abordagens: As raízes do Brasil; o destino dos mortos; o que é sagrado para os índios; ética Indígena; pajelança; o uso das ervas e os rituais; a terra e os índios; arte sacra: cultura material e imaterial; um prêmio Nobel entre os indígenas; datas cívicas e comemorativas. Diante desta rica abordagem sobre a religiosidade indígena, a de se esperar também maior intervenção em relação às RMA neste planejamento. Contudo ainda no 4º Bimestre – Subtema: diálogo Interreligioso, vemos propostas como: Ecumenismo x Diversidade Religiosa; manifestações cultural-religiosas locais, regionais e nacionais; fenômenos de intolerância religiosa (fundamentalismo, guerras e conflitos religiosos, liberdade de culto e de crença); datas cívicas e comemorativas.

2.1.6- Planejamento do 7º Ano

Bassi (2016) nos aponta que no 7º ano do fundamental II, tendo como tema geral a Humanidade e o Sagrado, no 4º bimestre aparece a proposta de estudos sobre as contribuições africanas e indígenas, sendo subdividido o estudo em: Manifestações Culturais Afrodescendentes Regionais; Congado, Folia de Reis e Capoeira, onde neste item podemos verificar uma das maiores aberturas para a expressão da religiosidade afro-brasileira até o presente momento neste planejamento de ensino, visto destacar elementos que tradicionalmente compõe a cultura afrodescendente em Uberlândia, e mesmo em várias outras partes do Brasil; as contribuições Indígenas e Africanas para a Cultura Brasileira; carta da Terra; concepções de Sacralidade da Natureza; lugares Sagrados, onde aqui provavelmente caberá uma reflexão sobre os terreiros como parte destes lugares sagrados para os adeptos das RMA; símbolos Religiosos Universais: sol, árvore, água; a gastronomia nas tradições religiosas e suas influências na culinária brasileira, o que também se mostra outro ponto de abertura para se trabalhar a questão da religiosidade afro-brasileira por meio de sua alimentação; datas cívicas e comemorativas. Assim podemos perceber que neste nível de

ensino, as abordagens sobre as RMA abrem um leque maior do que nos outros níveis, contudo, ainda assim, percebemos o predomínio do Cristianismo, visto que no 4º Bimestre aparece o subtema: Cristianismo, que carrega uma longa abordagem sobre o mesmo de maneira muito mais profunda do que as demais religiões, como segue trabalhando sua: Conceituação; origem, significado do termo e fundador; Mitos e Ritos; Crenças e símbolos; livro sagrado; localidade e número de seguidores; nome do transcendente; principais festas; datas cívicas e comemorativas. Uma questão interessante e que merece observação é que quanto à mística do cristianismo, a mesma também é relacionada neste planejamento como mitos e ritos, o que também foi mencionado em relação às RMA, com a diferença que em analogia a última, suas crenças ainda são apresentadas como folclóricas.

2.1.7- Planejamento do 8º Ano

No 8º ano do ensino fundamental II, com o tema valores Humanos e Religiosidade, Bassi (2016) nos leva a observar uma proposta de abordagem clara sobre as RMA, da mesma maneira como fora proposta a abordagem sobre o cristianismo. Desta maneira, no 1º Bimestre com o subtema: As religiões Afro-Brasileiras, essa proposta de estudos segue destacando pontos cruciais para o estudo das RMA, tais como: A presença africana no mundo; a religião dos Orixás; Umbanda: uma proposta de união; sincretismo religioso; Candomblé, ramificações e seitas (quimbanda); o respeito à diversidade e opção religiosa; as datas cívicas e comemorativas. Neste momento podemos perceber uma nova Consciência Histórica crítica sendo construída neste planejamento, dando abertura ao conhecimento das RMA, na busca da superação dos preconceitos e desrespeito devotados a elas. Percebemos uma nova perspectiva se construindo a partir deste planejamento da secretaria municipal de educação de Uberlândia, trazendo a visão de valorização da diversidade presente em nossa cidade. É certo que, também podemos observar neste planejamento a abertura para as demais religiões, além das RMA, ou mesmo o cristianismo, antes vemos abertura para o hinduísmo, o budismo, o islamismo, o judaísmo e outras mais.

2.1.8- Planejamento do 9º Ano

Neste último ano do ensino fundamental II Bassi (2016), nos auxilia com o planejamento aplicando-se ao estudo das demais religiões. No item geral, Pluralismo religioso e opção religiosa – O transcendente na vida de cada um (a) apresentam-se os subtemas: 1º

Bimestre: As tradições religiosas e o compromisso social e Judaísmo; 2º Bimestre: Ética, Cidadania e Meio Ambiente; 3º Bimestre: Religiões do Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo). Filosofias de vida e novas tendências religiosas; 4º Bimestre: Opção religiosa e pela vida. Vemos aqui a começar pelo tema geral, a grande preocupação em se trabalhar a questão da pluralidade e diversidade das religiões, destacando até mesmo outras formas filosóficas de vida que nem sempre se encontram inseridas em algum contexto de vida religiosa, às vezes podendo estar ligadas mesmo ao ateísmo.

Conclusão

Após a análise deste planejamento de ensino voltado a disciplina de Ensino Religioso Escolar, pode-se chegar a algumas conclusões sobre como tem sido proposta à abordagem em relação às RMA nas escolas municipais, ao menos diante deste planejamento. Primeiramente observamos que de fato, há uma previsão de abordagem no propósito de dar voz e espaço para reflexão sobre as RMA, e bem como a todas as demais religiões presentes neste complexo quadro de diversidade religiosa e cultural de nosso país, especialmente de nossa cidade, embora de fato não saibamos como acontece a abordagem destas temáticas em sala de aula, visto não estarmos em loco acompanhando as aulas de Ensino Religioso. Desta forma, vimos isso tanto nas abordagens propostas em cada ciclo de ensino como especialmente em cada bimestre, sendo que no caso das RMA a reflexão histórica e cultural presente nas congadas e assemelhados, já demonstram a abertura para práticas que estão vivas e presentes em nosso município. Também de um modo claro, a proposta do 8º ano se revela desafiadora e revolucionária, porque propõe um estudo direcionado sobre a religiosidade afro-brasileira que na atualidade têm sido expressas em ramificações como a Umbanda, a Quimbanda, o candomblé e outras formas de expressão da religiosidade brasileira de raízes africanas. Portanto, aqui vemos evocada uma Consciência Histórica crítica e revolucionária, a qual busca cumprir no Ensino Religioso Escolar esse espaço privilegiado de reflexão e construção de uma nova consciência histórica em relação às RMA.

Para tanto, podemos entender que a tônica final das abordagens propostas por esse planejamento encontra-se na valorização da pluralidade e diversidade religiosa presente em nosso país, mais especificamente em nossa cidade, demonstrando que é possível cultivarmos o respeito às diferenças, reforçando o direito constitucional a liberdade de expressão religiosa, independente do seguimento religioso, mas sempre dando prioridade a valorização da vida.

Sendo que diante de toda essa busca, também percebemos um grande esforço para o cumprimento das leis que instituíram a necessidade dos estudos voltados ao conhecimento da história e cultura dos afro-brasileiros e os indígenas.

Como observação, queremos deixar aqui registrado que os planejamentos estarão disponíveis em sua íntegra, como anexos ao final desta dissertação, sendo levado em conta àquelas instituições que solicitaram seu anonimato.

2.2- Análise do planejamento da secretaria estadual de educação de Minas Gerais.

No tocante as escolas estaduais de Minas Gerais, para realização da análise do Planejamento da disciplina de Ensino Religioso Escolar foi necessário o empreendimento de alguns esforços, com o objetivo de conseguir materiais para o desenvolvimento de nossos trabalhos, no que contamos como escola parceira a *Escola Estadual da Cidade Industrial*, que se encontra submetida à 40ª Superintendência Regional de Ensino do Estado de Minas Gerais na cidade de Uberlândia. Assim, o primeiro desses esforços foi uma visita a Superintendência Regional de ensino de MG em Uberlândia, com o intuito de obter aparatos para pesquisa, fossem livros ou planejamentos de ensino, contudo em primeira instância já foi possível constatar a inexistência de livros didáticos voltados à disciplina em questão. Quanto ao planejamento curricular de conteúdos a serem ministrados no Ensino Religioso, a orientação que nos fora dada foi a de consultar os sites ligados à secretaria estadual de educação do estado de Minas Gerais, a saber: <http://www.educacao.mg.gov.br/>, e http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/, onde provavelmente poderíamos encontrar informações sobre a disciplina de Ensino Religioso escolar. Entretanto, acessando os sites recomendados e fazendo uma consulta aos documentos ali apresentados, tais como: CBC (Currículo Básico Comum), CRV (Centro de Referência Virtual do Professor) e o (Magistra), observamos que esses documentos não contemplavam nenhuma proposta curricular voltada ao Ensino religioso. Na verdade em nenhum dos campos da plataforma, sejam eles, o da Proposta Curricular – CBC, o das Orientações Pedagógicas, o dos Roteiros de Atividades, e nem mesmo os Módulos Didáticos, apresentaram quaisquer informações que pudessem ser utilizada como ação pedagógica para o Ensino Religioso Escolar. O que foi possível identificar é que as propostas curriculares traziam abordagens somente sobre as disciplinas regulares tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio, exceto a disciplina de Ensino Religioso Escolar. De um modo geral as propostas curriculares

encontram-se direcionadas tanto no ensino fundamental I e II, como no ensino médio, somente para as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Artes, Ciências, Educação Física, Língua Estrangeira, acrescentando no ensino médio, Química, Física, Filosofia, Biologia e Sociologia. Assim, se não estão registrados contemplação para o Ensino Religioso nos planejamentos voltados ao Ensino Fundamental ou Médio, tão pouco podíamos esperar que houvesse alguma abordagem sobre a questão das RMA.

Na verdade, a única abertura observada no CRV, sobre a questão dos negros, estava somente no estudo da disciplina de história, e ainda no “Modulo Didático” no item “Temas Especiais à temática das Relações Étnico-Raciais”. Onde, neste item aparecem as seguintes propostas de abordagem: 1 História e prática da Lei 10.639/03; 2 Introdução à História e Cultura Africana - parte 01; 3 Introdução à História e Cultura Africana - parte 02; 4 Os tempos e os espaços no estudo da História Africana; 5 A capoeira como patrimônio imaterial - parte 01; 6 A capoeira como patrimônio imaterial - parte 02; 7 Biografias e positivação de memórias afro-brasileiras na escola – parte 1; 8 Biografias e positivação de memórias afro-brasileiras na escola – parte 2.

Deste modo, visto o fato de não poder ser observada nenhuma ênfase no estudo da disciplina de Ensino Religioso Escolar como proposta de ação em sala de aula, podemos entender, que essa disciplina pode estar ficando a cargo do professor a seleção dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula. Mas, pelo fato da legislação nacional deixar claro ser vedada toda forma de proselitismo, isso pode significar que não há uma exatidão de conteúdos a serem ministrados.

Diante desta realidade da não existência de propostas curriculares para ensino religioso surge a pergunta: Quais conteúdos estão sendo ministrados no Ensino Religioso das escolas públicas estaduais de Minas Gerais?

Conforme a legislação, no Ensino Religioso na escola pública brasileira não há outra trajetória curricular a seguir se não os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso – PCNER. e o artigo 33 da lei 9475/97, que rege o seguinte:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (PLANALTO, 1997).

Como vimos à legislação nacional define que os sistemas de ensino assumam a responsabilidade em regulamentar os conteúdos a serem ministrados e seus procedimentos para seleção dos mesmos, destacando a necessidade de que sejam ouvidas entidades civis na elaboração das propostas de conteúdo. Sendo importante lembrar que na própria elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), o trabalho do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), vem contribuindo neste processo trazendo a reflexão de fundamentos históricos, didáticos e epistemológicos desse componente curricular, apontando seu objeto de estudo, e bem como seus objetivos.

Para tanto, mesmo diante da recomendação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com o suporte do PCNER, e ainda com a criação e atuação do FONAPER a nível nacional, o que podemos perceber na educação do estado de Minas Gerais, é que atualmente se torna difícil obter uma visão, seja ampla ou periférica, de como caminha o Ensino Religioso Escolar, por meio de documentos como o planejamento curricular estadual. Na verdade, historicamente falando, principalmente antes dos avanços nas leis que mudaram o olhar para a disciplina de Ensino Religioso, o que se via era o predomínio do Ensino Religioso de carácter catequético católico. Por essa razão, buscando subsídios na compreensão de como tem caminhado o Ensino Religioso nas escolas públicas estaduais de MG, tivemos de encontrar esses subsídios em autores que já vem abordando essa questão e que nos fornecem informações sobre como tem sido trabalhado esta disciplina nas escolas estaduais, podendo dessa maneira, nos ajudar na compreensão sobre o lugar devotado as RMA nessa disciplina ministrada em sala de aula. Assim, Dantas (2002) em sua dissertação de mestrado observa que:

O Ensino Religioso ministrado de forma confessional é um modelo que não está mais formalmente presente no contexto da escola pública estadual de Minas Gerais, embora o discurso e a prática de muitos professores o denunciem. É, sobretudo na linguagem corrente, no currículo adotado e na metodologia e recursos didáticos utilizados por esses professores que é possível identificar esse modelo, como, por exemplo, a prevalência do uso de títulos de fé, temas e textos sagrados próprios de determinadas confissões religiosas, como por exemplo: "Jesus, o Cristo" e "Nossa

Senhora", ao invés de Jesus de Nazaré e Maria, mãe de Jesus; "História da Igreja" e "Sacramentos"(da doutrina católica); e a Bíblia como único livro sagrado de referência para uma reflexão ética. (DANTAS, 2002, p.94-95).

Esse autor nos faz pensar que mesmo diante das mudanças que vem ocorrendo frente às novas demandas da disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas de Minas Gerais, na prática de muitos docentes o discurso ligado à linguagem e mesmo métodos, e outros recursos didáticos, ainda estão carregados de uma formação confessional cristã católica. Tal fato demonstra que embora não formalmente presente nas escolas públicas estaduais mineiras, ainda sim as práticas revelam a realidade sobre o Ensino Religioso corrente. Talvez o próprio fato de não houver maior mobilização por parte da secretaria estadual de educação do estado de Minas Gerais, no sentido de promover ações mais concretas em relação à disciplina de Ensino Religioso, possa estar contribuindo diretamente na permanência deste modelo confessional tradicional em nosso estado.

Ainda nesta dinâmica de reflexão utilizando as informações segundo Dantas (2002):

A Secretaria de Estado da Educação iniciou em 1994 a implementação de um novo projeto pedagógico, que pediu a revisão e atualização dos currículos das disciplinas, e estabeleceu diretrizes próprias para o Ensino Religioso, através de um processo de participação de todos os segmentos interessados na sua organização e efetivação como elemento normal do sistema. A proposta curricular elaborada incluiu os conteúdos básicos de Ensino Religioso, na perspectiva de sua integração com os demais conteúdos. Essa proposta curricular para o Ensino Religioso incluiu a escuta de diversos atores e instâncias na sua elaboração, sobretudo alunos e professores responsáveis pela disciplina no âmbito de cada Superintendência Regional de Ensino, em sucessivas etapas de trabalho. (DANTAS, 2002, p. 104).

Podemos perceber como apresentado por Dantas, que a partir de 1994 buscou-se implementar um novo projeto pedagógico estabelecendo, tanto a revisão dos currículos da disciplina, como a necessidade em que se envolvesse grupos distintos interessados nessa reelaboração curricular, além de incluir conteúdos que fossem básicos na disciplina. Para tanto, como ainda segue descrito por Dantas, essas mudanças propostas ficaram da seguinte forma:

a) O desenvolvimento da religiosidade do cidadão que frequenta a escola é um dos objetivos do Ensino Religioso, que tem como principal meta a busca do sentido primeiro e último da vida.

b) A educação voltada para o desenvolvimento da religiosidade 'não pode considerar o Ensino Religioso como simples informação sobre

determinada religião ou religiões e suas respectivas manifestações religiosas; este não tem a função específica da formação religiosa própria da comunidade de fé a que pertencem os educandos e educandas; não é considerado, portanto, como ensino de Religião ou Catequese na Escola, como aconteceu ao longo do período imperial, orientado pelos princípios do regime regalista, e que prevaleceu, por longo tempo, no período republicano.

c) Numa escola pública, aberta a todos, há de se considerar os educandos de diferentes Tradições e/ou Denominações Religiosas, mas também os que não pertencem a nenhum grupo religioso, ou Igreja, e até mesmo os que dizem não ter crença alguma. Todos deverão encontrar na escola:

- os fundamentos para valorizar a sua crença e respeitar a dos outros;*
- os elementos presentes no íntimo de seu ser, dentre os quais o desejo de prosseguir além do aqui e agora, os questionamentos sobre as razões de seu existir e de optar pela vivência de valores fundamentais, como seres imanentes, na busca do transcendente;*
- o incentivo para participar da construção da sociedade, concebida como comunidade humana, de forma abrangente, onde a atenção e o respeito à dignidade da pessoa humana sejam constantes;*
- as razões para a sua inserção ou não numa comunidade de fé, grupo religioso ou filosófico;*
- os motivos que o levam a optar por uma religião concreta, onde poderá se esforçar para a vivência dos valores aí propugnados, como forma de manter a unidade do Grupo Religioso e de fortalecer a atitude de pertença e compromisso nesse Grupo;*
- os critérios para uma postura equilibrada, em relação aos questionamentos existenciais, uma vez inserido num contexto sócio-político-cultural, onde pode estabelecer a síntese entre Ciência, Religiosidade, Fé, Cultura e Realidade Sócio-Política.*

d) A base cristã, sobre a qual se alicerçam a religiosidade e a cultura do povo mineiro, justifica, no momento, a busca de identidade do Ensino Religioso numa perspectiva cristã, aberta ao diálogo interreligioso, considerando a Escola Pública como o lugar do encontro e do diálogo entre cidadãos, que descobrem ou redescobrem, juntos, elementos eficazes para o exercício da cidadania, tais como os da religiosidade e da cultura, numa sociedade democrática.

e) Há de se ter presente que a escola da rede pública não está fechada para as possibilidades de um ensino-religioso, em seu sentido amplo, por onde perpassem os valores comuns a todas as denominações religiosas, credos, concepções filosóficas, como ocasião de fortalecimento do diálogo, do respeito mútuo, da solidariedade, da participação conjunta, na busca de perspectivas para a construção de uma sociedade humana e

humanizadora." (Minas Gerais, 1997:27-28 apud DANTAS, 2002, p.104-105).

Conforme Dantas pode-se verificar que as finalidades do Ensino Religioso propostas pela Secretaria da Educação de Minas Gerais, em alguns aspectos até vieram ao encontro da proposta do PCN e do FONAPER, destacando a busca pelo respeito à diversidade de expressões religiosa de alunos e professores, o amadurecimento do projeto vivencial do aluno, o qual na busca pelo desenvolvimento de sua religiosidade passa a reconhecer o pluralismo religioso e filosófico existente em nosso país, contudo, quando o item (d) reforça a questão da base cristã da cultura e religiosidade do povo mineiro, acaba por sustentar a postura hegemônica cristã, sendo que, como afirmado por Dantas:

Se tal é a compreensão da Secretaria de Estado da Educação, então não é estranho que o próprio texto da lei tenha reservado o caráter de "matrícula facultativa" para a disciplina, apesar de reconhecer a sua grande contribuição à formação integral do educando". (DANTAS, 2002, p.106).

Dessa forma, podemos entender que pelo fato da Secretaria Estadual de Educação não indicar atualmente novas propostas voltadas a um currículo com diretrizes claras para o Ensino Religioso Escolar nas instituições de ensino ligadas ao estado, isso já pode demonstrar que ainda continua prevalecendo à mesma consciência Histórica tradicional de sustentação da legitimação do cristianismo como principal religião do estado mineiro, não dando ênfase ao estudo de outras religiões, principalmente as Religiões de Matriz Africana.

Já Em relação à Escola Estadual do Distrito Industrial, para conhecermos como está sendo trabalhada a questão das RMA, seria necessário uma entrevista com a professora de Ensino Religioso e/ou a supervisora pedagógica, visto não termos conseguido nenhum material daquela escola que estivesse voltado para esta disciplina.

Conclusão

Em suma, podemos concluir de maneira parcial que diante de toda essa realidade, percebe-se que a questão das RMA nas Escolas Estaduais ainda é tema muito periférico, e na verdade corre mesmo o risco de estar completamente fora da abordagem na disciplina de Ensino Religioso Escolar, ainda que haja a recomendação de se trabalhar a diversidade religiosa no seio da disciplina. Assim, para uma verificação se de fato ainda persiste essa postura tradicional de imposição do cristianismo católico em sala de aula, acima de todas demais religiões, também seria essencialmente necessário um acompanhamento com

entrevistas que possam nos revelar a realidade do ensino religioso nas escolas estaduais no estado de Minas Gerais, a partir de uma ótica nos bancos da sala de aula.

2.3- Análise dos planejamentos da Escola Confessional Católica “M”.

Da mesma forma como realizamos anteriormente a análise dos planejamentos, tanto das escolas municipais, como das estaduais, agora também procederemos à análise dos planejamentos da Escola Confessional Católica “M”, levando em consideração, que como as demais escolas que já analisamos seus planejamentos, essa escola confessional em questão, no momento em que fomos buscar o apoio na pesquisa, ainda não possuía livros didáticos diretamente direcionados ao Ensino Religioso Escolar. Dessa forma, nos foi disponibilizado alguns planejamentos voltados à disciplina, por meio dos quais realizamos a análise a fim de verificar como as RMA podem estar sendo referenciadas, ou não de acordo com a proposta curricular desta instituição.

Como essa instituição aceitou colaborar com a pesquisa, mas solicitou seu anonimato, desta forma não iremos identificar ou referenciar nomes que possam distinguir esses colaboradores. Contudo, nos será possível conhecer um pouco sobre a Consciência Histórica que vem se desenvolvendo em instituições escolares confessionais a exemplo da Escola Confessional Católica “M”. É certo que não representará plenamente a totalidade das instituições confessionais católicas, mas poderá nos dar uma visão panorâmica destas instituições.

2.3.1- Planejamento do Ensino Infantil

O planejamento voltado ao Ensino Religioso Escolar infantil traz pontos como: os objetivos dos estudos, os conteúdos a serem ministrados, a metodologia a ser aplicada e a avaliação dos conhecimentos adquiridos. Como estamos investigando as possíveis referências que podem ou não estar sendo feita em relação às RMA, desta forma nos interessa principalmente os objetivos e os conteúdos propostos por esse planejamento.

Quanto aos objetivos podemos destacar: Conhecer a visão de ser humano nas diferentes tradições religiosas, ponto que podemos observar uma abertura as RMA, visto que tais religiões fazem também parte da diversidade religiosa de nosso país; respeitar as tradições e vivências religiosas das famílias, sendo este um dos principais pontos que temos tratado nesta pesquisa, levando em consideração que nessa escola provavelmente existam

pessoas (alunos, pais, professores e profissionais de diversas áreas) que sejam adeptas as RMA, além de entendermos que o respeito às tradições religiosas plurais tem sido buscado até mesmo como forma de reconhecimento e valorização dos diversos grupos que representam nosso país como os negros, brancos e índios; identificar os modos diferentes de a família vivenciar a religiosidade, sendo que esses modos diferentes também abarquem modos ligados as RMA; vivenciar e respeitar valores, gestos, atitudes e posturas das diferentes religiões, vemos aqui mais um momento de abertura para o estudo das RMA, como forma de se combater principalmente a violência devotadas aos negros em relação a sua cultura religiosa; valorizar as diferentes formas de orações das religiões, sendo que a ritualística das RMA também desenvolvem práticas de orações que necessitam ser respeitadas; identificar os símbolos religiosos nas diferentes religiões, estando nesta identificação simbólica das diferentes religiões também pressuposta na presença dos símbolos ligados as RMA.

Como apresentado, dentre os muitos objetivos da educação religiosa proposta para a Educação Infantil destacamos os pontos em que percebemos abertura para se trabalhar em sala de aula as questões relativas às RMA como parte da pluralidade religiosa de nosso país. Contudo, é analisando os conteúdos propostos que poderemos de fato verificar a ênfase ou não dos estudos que reflitam sobre as RMA. Assim, nos conteúdos gerais propostos aparece a seguinte ordem: Fundamentos religiosos- Tradições religiosas na escola, famílias- Fundamentos da educação- Presença do sagrado- Símbolos Religiosos - Família de Jesus- Linguagem religiosa- Relações religiosas- Valores: amizade, solidariedade, humildade, simplicidade. Desta ordem de conteúdos destacamos alguns que por sua natureza nos indicam uma abertura para a reflexão sobre as RMA. Primeiramente destacamos o tema, os fundamentos religiosos, tema que pode trabalhar o conceito de religião, dando margem para uma introdução a diversidade religiosa, sendo que nesta diversidade aparecem as RMA; no item tradições religiosas na escola e na família, cremos que tendo como ponto de partida as próprias tradições presentes na escola em questão, poderão ser abordadas, ou não, sobre as RMA, pois caso haja adeptos das religiões afro-brasileiras em sala de aula, isso em certo grau acaba forçando uma reflexão principalmente no sentido de combate ao preconceito contra as mesmas e a seus adeptos; outro ponto de destaque está no item, símbolos religiosos, que também constitui momento rico para reflexão sobre os diversos símbolos que compõe a religiosidade de nosso país o que inclui as RMA.

Podemos perceber por meio desta análise que essa instituição, mesmo estando diretamente ligada a uma confissão cristã católica, acaba estabelecendo caminhos de abertura para se trabalhar a diversidade religiosa, incluindo as RMA. Na verdade a profundidade e o teor dos conteúdos a serem trabalhados no Ensino Religioso desta instituição só poderão ser plenamente verificados em um acompanhamento em sala de aula, uma vez que essa proposta de ensino nos dá uma visão somente panorâmica da abertura garantida ao estudo das Religiões de Matriz Africana em paralelo as demais religiões. O que nos leva a identificar nesta instituição uma consciência Histórica mais crítica e aberta às novas realidades religiosas de nosso país.

2.3.2- Planejamento do 5º ano do Ensino Fundamental I

Continuando nossa análise, agora refletiremos sobre o 5º ano do Ensino Fundamental I, aonde esse planejamento diferente do Ensino Infantil, vem dividido em seis unidades, focado em projetos interdisciplinares que abordem temas diversos como: Arte de Ler e Escrever, Arraial Junino / Olimpíadas, Projeto CF 2016 (Tema: Meio Ambiente). Cada unidade também está diretamente relacionada a uma temática diferente, sendo o objetivo geral o estudo do fenômeno religioso e da religiosidade.

Quanto aos conteúdos propostos que é nosso objeto de análise, seguindo cada unidade, na unidade I, intitulada Sabedoria: a alegria de ser sábio, os conteúdos estão diretamente ligados a conceitos bíblicos sem nenhuma referência a qualquer outra religião, inclusive as RMA. Na unidade II, intitulada Convocação: o bom contágio, os conteúdos continuam vinculados diretamente à tradição religiosa cristã. Na unidade III, intitulada Poder: Deus veio para ficar, continua um conteúdo genuinamente cristão. Na unidade IV, intitulada Conversão: de volta para Deus e expansão: rompendo barreiras, segue sem nenhuma abertura para outras religiões. Na última unidade a V, segue a mesma visão de ensino centrada no cristianismo.

Ao que podemos analisar, ao contrário da proposta do Ensino Infantil que traziam abertura aos estudos de outras manifestações religiosas, na proposta do 5º ano os estudos permanecem focados na religiosidade cristã, não trazendo nenhuma referência as RMA, ou a qualquer outra religião.

2.3.3- Planejamento do 6º ano do Ensino Fundamental II

Analisando o 6º ano do Fundamental II, podemos perceber que a semelhança do 5º ano, esse planejamento também é dividido em unidades. Assim, a primeira unidade designada como “Os mitos e o politeísmo”, segue propondo o estudo para a compreensão de como as grandes sociedades da antiguidade buscava explicar a realidade através dos mitos, propondo ainda o estudo da distinção entre religião politeísta e monoteísta. Nesta unidade novamente podemos perceber alguma abertura para reflexão em sala de aula sobre a visão politeísta e também monoteísta que existe não só no cristianismo, mas também em outras religiões, mesmo nas próprias religiões de Matriz Africana. É importante destacar, que mesmo sendo essa instituição cristã, na apresentação desse planejamento, o criacionismo também é proposto como estudo mítico.

Na segunda unidade a proposta gira em torno do estudo do Judaísmo e a fé em Javé, com destaque para como surgiu à crença e a religião judaica com sua expressão monoteísta. Destacando ainda o estudo da cultura judaica, com seus símbolos e tradições.

Na terceira unidade intitulada “Quem foi Jesus? (Valores cristãos.)”, traz uma abordagem direta sobre a pessoa de Jesus, destacando a vida de Jesus e como ele tem sido visto em outras religiões. Neste ponto, mesmo que com uma reflexão bem clara dentro do cristianismo, podemos também perceber uma abertura para análise das RMA, principalmente partindo da busca pelo conhecimento proposto sobre como a pessoa de Jesus tem sido difundida em outras religiões, sendo que mesmo na umbanda a figura de Jesus também é compreendida e mesmo difundida, mas de maneira diferente de como é vista no cristianismo.

Na Unidade IV, esta última unidade aborda o tema – “A história dos primeiros séculos do cristianismo”, tendo aqui uma abordagem também clara e direta do cristianismo, sem nenhuma abertura para reflexão de outras religiões.

Em suma, neste 6º ano do Ensino Fundamental II, podemos identificar apenas um momento em que possa ter abertura para a reflexão sobre as RMA, e bem como sobre as demais religiões, sendo que nesta abertura, a mesma parte também de uma reflexão sobre um referencial do cristianismo, a saber, Jesus, o fundador desta religião.

2.3.4- Planejamento do 8º ano do Ensino Fundamental II

O último planejamento que conseguimos foi o do 8º ano do Ensino Fundamental II. Na verdade não sabemos os motivos pelos quais os demais planejamentos não foram disponibilizados a nós, contudo, cremos que esses que tivemos acesso, já podem nos dar uma visão panorâmica sobre como tem sido tratadas as RMA no seio desta escola. Assim, fazendo a análise deste planejamento observamos o seguinte: Este último planejamento disponibilizado a nós encontra-se dividido em três unidades, a saber; Unidade I que faz uma abordagem sobre o Budismo e o Hinduísmo, buscando-se compreender a fundação do budismo e do hinduísmo dentro da cultura oriental. Estudando sobre o Budismo e sua origem. Fundamentos do Budismo. O Hinduísmo e o Rio Ganges etc.

Na unidade III, com o título Temas religiosos e sociais, traz uma reflexão sobre como a religiosidade influencia no pensamento social e no desenvolvimento humano, destacando aspectos da vida humana como; o aborto a eutanásia o problema do machismo etc. Na verdade apesar de não haver nenhuma referência as RMA nesta unidade, pelo tema proposto podemos perceber uma abertura para se trabalhar a religiosidade afro-brasileira principalmente pelo fato desta religiosidade estar presente no complexo sociorreligioso de nosso país.

Na unidade IV, com a abordagem sobre a morte segundo a concepção religiosa, também percebemos momento ímpar para a discussão sobre as RMA, visto o fato de que um dos objetivos é justamente trabalhar a abordagem das diversas formas que as religiões percebem a morte, uma vez que se busca estudar conceitos que estão ligados não só ao cristianismo como as doutrinas de outras religiões, conceitos como ressurreição e reencarnação.

Conclusão

Diante dessas análises, tendo em vista que até o presente momento não tivemos acesso a todos os planejamentos da Escola Confessional Católica “M”, os resultados obtidos embora não expressem a totalidade da consciência histórica presente na referida escola sobre as RMA, mesmo assim, nos traz uma visão panorâmica sobre essa questão.

Para tanto, observamos que os planejamentos indicam uma consciência histórica em processo de mudança o que seria entendido como uma consciência de modo genético de sentido histórico, onde neste sentido, como afirmado por Cerri (2011, p.102), “a

comunicação é caracterizada pela diversidade de pontos de vistas que trazem perspectivas temporais distintas”, sendo o que podemos perceber nessa busca por mudanças de paradigma na proposta de estudos desta escola em questão, dando abertura ao diálogo, embora mantendo algumas posturas tradicionais, que também nos leva a perceber ainda presente uma consciência histórica tradicional, mas também geracional visto a abertura para novos diálogos sobre a diversidade religiosa, o que sem dúvida também envolve movimentos religiosos como as RMA.

3. Analisando os livros didáticos das escolas parceiras

Diante da dificuldade de se encontrar livros didáticos de ensino religioso escolar, e principalmente livros que abordassem a temática das RMA, é que foi necessário, desta maneira, abrir o leque para os estudos de planejamentos de ensino, e mesmo dos cursos de formação pedagógica para a docência de Ensino Religioso. Apesar disso, conseguimos alguns livros didáticos ligados à instituição confessional evangélica aqui denominada pela letra “A”. Assim, visto o fato de que em nosso estado e mesmo no município não possuir um livro didático para o Ensino Religioso, o único livro didático secular encontrado sem estar ligado a qualquer instituição confessional foi do estado do Paraná, contudo não iremos analisá-lo visto o fato de nossa análise estar centrada no município de Uberlândia estado de Minas Gerais.

Antes de desenvolvermos nossa análise dos livros didáticos encontrados, faz-se importante ressaltar sobre o uso e a importância do livro didático, tanto para o ensino da história e cultura afro-brasileira, como para o Ensino Religioso Escolar. Neste sentido, Gevaerd (2011) tomando como foco de sua pesquisa os manuais didáticos voltados para os primeiros anos do ensino fundamental, destaca o valor do livro didático na construção de conhecimentos, principalmente por seu formato que estabelece uma forte relação pedagógica do texto visual, por meio de figuras, esquemas e gráficos, com o texto escrito. Deste modo, apesar de na maioria das vezes o conhecimento nos livros didáticos apresentarem-se como um discurso pronto, ainda assim, existe certa autonomia do professor, uma vez que o uso do livro pelo mesmo e pelos alunos pode ser variado. Pois como assegurado por Gevaerd (2011, p. 162) “cabe ao professor, na maioria das vezes, a escolha do livro, os capítulos a serem trabalhados, a metodologia adotada para a leitura [...]”, sendo que, embora não de maneira plena, o professor acabe possuindo determinada liberdade na utilização dos livros.

Para tanto, é importante lembrar que mesmo diante de toda importância do livro didático e da possibilidade de influência do professor, os primeiros livros didáticos acabaram por cumprir a função de legitimação dos esquemas ligados à concepção linear, diacrônica e eurocêntrica da antiga história universal, sendo que somente a partir da década de 70 algumas mudanças nos modelos didáticos começaram a acontecer. Contudo, os livros didáticos ainda apresentam-se dentro de uma ambivalência, mantendo sua objetividade de discurso por um lado, e por outro lado abrindo espaços para atividades que apontam para novas formas de pensar. Entretanto, mesmo que com certo grau de inovação, seus saberes ainda apresentam-se de certo modo engessados dentro de uma visão tradicional.

Dessa forma, para que se tenha um livro didático realmente eficiente, Gevaerd (2011, p.164) tomando as palavras de Rüsen afirma que “[...] as características de um bom livro didático podem ser definidas como: um formato claro e estruturado; uma estrutura didática clara; uma relação com a prática da aula.” Assim, essa definição de um bom manual didático nos leva a entender a importância da formulação do mesmo também para o Ensino Religioso Escolar, buscando a inclusão do estudo das RMA como componente curricular que se relacione diretamente com a vivência e realidade do cenário religioso brasileiro, uma vez que o mesmo se constitui como construtor de uma dada consciência histórica escolar sobre as RMA.

No tocante à questão dos negros e o livro didático, segundo Hilsdorf (2006), a mentalidade nacionalista defendida nos livros didáticos criava um passado onde os brancos eram valorizados como construtores do progresso em detrimento aos índios e negros, que ainda eram vistos com preconceito e desvalorização, não sendo contados como seres capazes de auxiliar na construção social e nem tão pouco educacional, ou mesmo religiosa, no progresso do país. A grande verdade é que, até pouco tempo atrás, tudo que se referia aos negros era registrado nos livros didáticos por uma mentalidade eurocêntrica racista e preconceituosa.

E neste sentido, também outro autor como, Claudino Gilz traz um registro sobre o livro didático e o ensino religioso, afirmando que sua pesquisa tinha como:

[...] principal objetivo de identificar a importância do livro didático tanto para o desenvolvimento das aulas de Ensino Religioso como para o alcance da intencionalidade pedagógica dessa disciplina, seja para as etapas da educação básica, seja para a formação do Professor que atua em sala de aula. (GILZ, 2012, p.1).

Assim, quando Gilz fala em intencionalidade pedagógica, podemos entender que no passado a intencionalidade estava no reforço de antigos preconceitos, como descritos por Hilsdorf, e agora a intencionalidade pedagógica do livro tem sofrido mudanças, o que nos mostra que a apreciação dos livros didáticos é sim de fundamental importância, visto que a crítica sobre a presença dos assuntos voltados ao cumprimento das leis de obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, no caso desta pesquisa com foco nas RMA, tem se dado principalmente por meio da análise dos livros didáticos e dos planejamentos de ensino da disciplina de ensino religioso escolar (o que já realizamos anteriormente), além é claro da própria análise dos cursos de formação docente na área de ciências da religião e ensino religioso escolar.

Dessa forma, o livro *O Ensino Religioso no Brasil*, organizado por Sergio Azevedo Junqueira e Raul Wagner (2011), traz uma abordagem da História do ensino religioso no Brasil, também nos auxiliando na construção do conhecimento sobre a trajetória de organização do ensino religioso no país, pautado atualmente por um ensino laico e de presença facultativa. Esses autores nos possibilitam a construção do conhecimento sobre a presença do ensino religioso no contexto educacional brasileiro, além de nos proporcionar uma reflexão sobre a trajetória de formação dos professores desta disciplina, destacando principalmente as mudanças da atualidade sobre a questão da diversidade no ensino religioso, o que inclui o ensino sobre a presença das RMA nas matrizes curriculares de ensino em todos os níveis da educação brasileira, principalmente nos programas de formação docente. É o que veremos após a análise dos livros didáticos conseguidos da escola parceira “A”.

3.1- Análise dos livros didáticos da Escola Confessional Evangélica “A”.

Uma vez entendendo a importância do Livro Didático para o desenvolvimento do conhecimento e a formação dos alunos em todas as disciplinas, mas principalmente no tocante ao Ensino Religioso Escolar, a presente análise se dará justamente como forma de conhecermos a Consciência Histórica que vem sendo desenvolvida nesta instituição acerca das RMA. Levando ainda em consideração o importante fato de que a disciplina de Ensino Religioso e bem como os livros didáticos desta disciplina constitui-se em um veículo rico na formação cidadã dos alunos e na propagação de valores, que podem tanto reforçar antigos preconceitos, como podem promover a superação destes.

Por isso estaremos analisando a coleção de livros Interativa: Ensino Religioso, cujos autores são: Adolfo S. Suárez- Graduado em Teologia e Pedagogia, mestre em Teologia e em Ciências da Religião, doutor em Ciência da Religião. Marcos De Benedicto – Graduado em Teologia e Jornalismo, mestre em Teologia e doutor em Ministério. Rodrigues P. Silva- Graduado em Teologia e Filosofia, mestre e doutor em Teologia, especialista em Arqueologia. Sendo aqui importante registrar que apesar da apresentação desta lista de informações sobre a formação dos autores, as instituições de ensino onde os mesmos foram formados não são mencionadas. O que pode levantar a pergunta de qual intenção dos autores em se registrar sua formação sem mencionar o local onde elas ocorreram? Seria porventura com o propósito de dar credibilidade ao que está sendo dito no livro didático? Enfim ficam essas indagações para nossa reflexão.

Todos os livros são compostos por 160 páginas, com formato brochura com capa flexível, com variação de cores. Essa coleção tem como editora a Casa Publicadora Brasileira. Os livros são do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, e a coleção dos volumes do Ensino Médio, que não trazem registros bibliográficos ao final do livro, seja do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio.

3.1.1- Análise do livro do 6º ano do Ensino Fundamental II

1.1- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? O livro está dividido em quatro unidades, sendo essas unidades subdivididas em cinco capítulos cada uma delas. Na Primeira Unidade, com o título Bem no começo, está subdividida nos seguintes capítulos: 1. Livres para escolher. 2. O preço da desobediência. 3. O Titanic de Deus. 4. O amigo de Deus. 5. Lutando com o anjo. Na segunda Unidade, com o título Vivendo e aprendendo, traz os capítulos: 1. O sonho virou realidade. 2. O homem que não quis ser Rei. 3. Um homem chamado coragem. 4. 301 valentes. Na terceira Unidade, com título Você decide, seguem os capítulos: 1. Eu tenho a força. 2. Uma estranha no ninho. 3. O menino que falou com Deus. 4. O destruidor de gigantes. 5. O homem mais sábio do mundo. Na quarta e última Unidade com o tema, Escolhido por Deus, seguem os capítulos: 1. Um exemplo de generosidade. 2. O profeta da paz. 3. O profeta angustiado. 4. Uma mulher sensível e corajosa. 5. Um jovem de atitude.

1.2- O livro possui muitas ilustrações? De que natureza são? Sim, possui fotos de pessoas, lugares, natureza, desenhos ilustrativos, e várias figuras com formas variadas.

1.3-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo destinado à cultura bíblica denominado de “Boas Notícias”, e um campo denominado “Você sabia” que traz curiosidades históricas de lugares e símbolos presentes em todo mundo. Tem também as histórias em quadrinhos que vem com o objetivo de divertir e despertar o desejo de leitura nos alunos.

1.4- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Este volume não traz nenhum documento histórico distintos de imagens.

1.5- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não.

1.6-Quais significados podemos atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Talvez pela própria proposta pedagógica deste livro didático estar centrada em uma visão cristã, com ênfase nos ensinamentos bíblicos.

1.7- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está centrado em sua perspectiva cristã evangélica, com perguntas dissertativas, mas também com palavras cruzadas, quebra-cabeça, redações baseadas nos estudos realizados. Os exercícios propostos mostram-se dinâmicos, formativos requerendo interação entre alunos e professores.

1.8- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a vida e os costumes que nos rondam em nossa sociedade, aliado a um bom conhecimento bíblico, visto os conteúdos serem bem envolvidos nesta dinâmica bíblico-teológica cristã evangélica.

1.9- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, de valores que compõe a vivência social, e o respeito à vida, mas sempre em uma perspectiva cristã evangélica.

1.10 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo do positivismo.

1.11- Que tipo de referências temporal o livro apresenta? Ele trabalha bem a questão do passado, principalmente ligado aos ensinamentos e doutrinas cristãs, o presente ligado a práticas cristãs a serem adotadas ainda hoje, e o futuro em um sentido escatológico ligado ao destino do ser humano.

1.12- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Tudo gira em torno dos personagens bíblicos, principalmente neste nível a pessoa de Jesus é a figura central, mas também várias personagens da bíblia são mencionadas com ênfase. Aqui segue a

dinâmica dos exemplos a serem seguidos na atualidade pelos sujeitos históricos de nosso tempo.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada. Unidade IV- Escolhidos por Deus. Capítulo I: Um exemplo de Generosidade.

A justificativa da escolha da unidade em questão se dá pelo próprio título que retrata sobre a questão da generosidade, o que de fato nos leva a uma prática que precisa fazer parte da vivência humana, e que também pode constituir como abertura para se trabalhar a relação dos adeptos das RMA, com as demais religiões, sejam elas cristãs ou de outras confissões, uma vez que ações humanitárias em benefício da vida precisam estar acima de qualquer rito ou teologia de determinada religião.

Para tanto, analisando o capítulo em questão, observamos em vias gerais, que o mesmo assim como os demais, encontra-se centrado com uma forte ênfase na bíblia, contudo, sustenta valores essenciais em nossa sociedade, os quais também são necessários no combate ao preconceito e violência contra as RMA. O principal valor é o amor ao próximo, o que nos leva a combater toda forma de discriminação contra o que se apresenta diferente de nós, discriminação que vem por meio de ações e palavras que precisam ser combatida em nosso meio como: Zombar, ignorar, desrespeitar, brigar. O reforço da lição está no fato de que ao invés de praticarmos ou externarmos essas ações ou palavras diante do que é diferente, antes, somos convidados a praticarmos a generosidade para com todos. Neste ponto podemos ver uma abertura para se trabalhar a questão das RMA como religião diferente da que é vivenciada pelos adeptos da religião representada por essa instituição educacional.

3.1.2- Análise do livro do 7º ano do Ensino Fundamental II

1.1- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? O livro está dividido em quatro unidades, sendo essas unidades subdivididas em cinco capítulos cada uma delas. Na Primeira Unidade com o título A chegada do Herói subdivide em capítulos como; 1. O maior presente do Mundo. 2. Fase de crescimento. 3. Encontro no rito. 4. Cara a cara com o inimigo. 5. Grupo de ação. Na segunda Unidade com o título Lições de amor, subdivide em capítulos como: 1. As aparências enganam. 2. Operação resgate. 3. Use todo seu potencial. 4. Ame seu próximo. 5. Alicerces de areia. Na terceira Unidade, com título Encontros incríveis subdivide em capítulos como: 1. Metamorfose espiritual. 2. Lidando com a rejeição. 3. O baixinho que virou Gigante. 4. Tocando o intocável. 5. Nascidos para viver. Na quarta e última Unidade

com o tema A vitória do Herói, subdivide nos seguintes capítulos: 1. Respeito diante de Deus. 2. A verdadeira páscoa. 3. Missão cumprida. 4. Ele vive. 5. De volta para casa.

1.2- O livro possui muitas ilustrações? De que naturezas são? Sim, possui fotos de pessoas, lugares, natureza, desenhos ilustrativos e figuras variadas.

1.3-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo destinado à cultura bíblica denominado de “Boas Notícias”, e um campo denominado “Você sabia” que traz curiosidades históricas de lugares e símbolos presentes em todo mundo. Tem também as histórias em quadrinhos que vem com o objetivo de divertir e despertar o desejo de leitura nos alunos.

1.4- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Quais? Sim, mas somente encartes de jornais destacando notícias importantes dentro da proposta pedagógica do livro didático.

1.5- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não.

1.6-Quais significados podem atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Esta ausência se dá pela proposta pedagógica deste livro didático centrado em uma visão cristã, com ênfase nos ensinamentos bíblicos.

1.7- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está centrado em sua perspectiva cristã, com perguntas dissertativas, mas também com outras formas como, palavras cruzadas, quebra-cabeça, redações baseadas nos estudos realizados. Os exercícios propostos mostram-se dinâmicos, formativos requerendo interação entre alunos e professores.

1.8- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a vida e os costumes que nos rondam em nossa sociedade, aliado a um bom conhecimento bíblico, visto os conteúdos serem bem envolvidos nesta dinâmica bíblico-teológica cristã.

1.9- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, de valores que compõem a vivência social, e o respeito à vida.

1.10 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo do positivismo.

1.11- Que tipo de referências temporais o livro apresenta? Ele trabalha bem a questão do passado, principalmente ligado aos ensinamentos e doutrinas cristãs, o presente ligado a práticas

crisãs a serem adotadas ainda hoje, e o futuro em um sentido escatológico ligado ao destino do ser humano.

1.12- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Tudo gira em torno dos homens bíblicos, principalmente a pessoa de Jesus, centrada em seus exemplos a serem seguidos na atualidade pelos sujeitos históricos.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada. Na unidade 2: Lição de Amor- Capítulo 4. Ame seu próximo

A escolha do capítulo em questão se justifica pelo fato de que, como estamos trabalhando a questão das RMA, e sua realidade apresentada nas escolas por determinada consciência histórica, observamos na questão da vivência do amor ao próximo uma importante oportunidade na busca do combate à violência e preconceito devotado aos negros e sua cultura, história e religião. Quem vivencia o amor ao próximo aprende o respeito aos limites uns dos outros, em todos os níveis sociais, mesmo no tocante a expressão religiosa.

Neste sentido podemos analisar o capítulo quatro, verificando qual direção é dada na temática em questão, e como podemos identificar ou não abertura para ser trabalhada a questão das RMA, observando a Consciência Histórica presente na escola em questão e principalmente na disciplina de Ensino Religioso sobre essas religiões. Em primeira instância observamos que o capítulo em questão, usando de um relato levanta a questão da prática do amor através do auxílio ao próximo. Neste relato certo homem estando em viagem de férias com a família tem um problema com seu carro em um domingo, contudo, consegue auxílio de um mecânico que para sua surpresa era paraplégico, mas que teve como principal preocupação auxiliar o dono do carro, demonstrando gratidão, pois em outra situação esse mecânico havia sido ajudado em um acidente que o deixou paraplégico. Esse relato que tem com objetivo despertar nos alunos valores como o amor ao próximo é reforçado com uma parábola bíblica do bom samaritano, além de trazer outros exemplos e ilustrações que reforçassem a prática do amor aos nossos semelhantes.

Na realidade nem neste capítulo, nem nos demais são feitas quaisquer referências às religiões de matriz africana, contudo a temática em si já poderia ser um espaço de abertura para se trabalhar a questão do respeito, tolerância, e valorização dos adeptos as RMA, vistos serem eles seres humanos que da mesma forma que os demais merecem respeito e atos que expressem a vivência do amor ao próximo.

3.1.3- Análise do livro do 8º ano do Ensino Fundamental II

1.1- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? O livro está dividido em quatro unidades, sendo essas unidades subdivididas em cinco capítulos cada uma delas. Na Primeira Unidade com o título “Desafio no céu e na terra”, seguem uma subdivisão em capítulos com os Temas: 1. Harmonia das harmonias. 2. Rebelde sem causa. 3. Criados pelo desígnio. 4. Brincando com o perigo. 5. A morte que traz vida. Na segunda unidade com título “Mensageiro de Deus”, seguem a subdivisão dos capítulos: 1. Embaixadores de Deus. 2. Uma casa para Deus. 3. O duelo de Deus. 4. O profeta do Messias. 5. O exilado de Deus. Na terceira unidade com o título “Verdades Fundamentais”, seguem os capítulos: 1. As quatro faces de Jesus. 2. Apaixonado por Cristo. 3. Um coração inquieto. 4. O rebelde de Deus. 5. A mensageira de Deus. Na quarta e última unidade com título “Livres em Fim”, seguem os seguintes capítulos: 1. Sinais do fim. 2. Encontro espetacular. 3. Qual será o nosso destino. 4. Férias de amargar. 5. Finalmente no lar.

1.2- O livro possui muitas ilustrações? De que natureza são? Sim, possui fotos de pessoas, lugares, natureza, desenhos ilustrativos e figuras variadas.

1.3-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo destinado à cultura bíblica denominado de “Boas Notícias”, e um campo denominado “Você sabia” que traz curiosidades históricas de lugares e símbolos presentes em todo mundo. Tem também as histórias em quadrinho que vem com o objetivo de divertir e despertar o desejo de leitura nos alunos.

1.4- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Quais? Não, nesse volume em especial é muito explorada as imagens de construções e monumentos antigos.

1.5- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não.

1.6-Quais significados podemos atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Talvez pela própria proposta pedagógica deste livro didático estar centrada em uma visão cristã evangélica, com ênfase nos ensinamentos bíblicos.

1.7- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está centrado em sua perspectiva cristã, com perguntas dissertativas, mas também com outras formas como,

palavras cruzadas, quebra-cabeça, redações baseadas nos estudos realizados. Os exercícios propostos mostram-se dinâmicos, formativos requerendo interação entre alunos e professores.

1.8- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a vida e os costumes que nos rondam em nossa sociedade, aliados a um bom conhecimento bíblico, visto os conteúdos serem bem envolvidos nesta dinâmica bíblico-teológica cristã.

1.9- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, de valores que compõe a vivência social, e o respeito à vida.

1.10 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo do positivismo.

1.11- Que tipo de referências temporais o livro apresenta? Ele trabalha bem a questão do passado, principalmente centrado em eventos registrados na bíblia como acontecimentos passados que nos servem como referencial para em nossos dias, tanto pautado por tais exemplos, como também para ser projetado um futuro ligado ao destino do ser humano.

1.12- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Tudo gira em torno dos personagens da Bíblia, tanto ligados a figura de Jesus, como neste volume em questão, centrada em personagens do passado que tiveram suas experiências com o transcendente, que marcaram e mudaram suas vidas, de acordo com as narrativas dos textos bíblicos.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada. Unidade IV - Livres em fim- Capítulo 1: Sinais do fim.

Como nos demais volumes, este do 8º ano do fundamental II também não foge a regra da ligação direta de seus conteúdos com a doutrina cristã evangélica. Na verdade essa unidade, mais precisamente o capítulo 1, resume bem a mensagem trabalhada em todo livro, que tem um fim escatológico do final de todas as coisas. Já de início do capítulo vem à descrição de que o mundo é passageiro, ele não durará para sempre, destacando a própria indústria cinematográfica que vem desenvolvendo filmes com essa temática. Assim discorrendo sobre a temática do fim do mundo conforme as narrativas bíblicas, o capítulo propõe uma reflexão sobre essa questão destacando fatos e acontecimentos que marcariam a luz da Bíblia sobre os momentos finais de nossa existência na terra. Neste sentido, entendemos ter também neste ponto um espaço para uma reflexão sobre as religiões de origem africana sobre a temática do fim dos tempos, visto outras civilizações, como os Maias

terem também construído sua previsão do fim do mundo. Assim, estudando também as RMA, poderemos entender dentro de sua teologia, qual visão sustentam sobre essa questão.

3.1.4- Análise do livro do 9º ano do Ensino Fundamental II

1.1- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? O livro está dividido em quatro unidades, sendo essas unidades subdivididas em cinco capítulos cada uma delas. Na Primeira Unidade com o título “Vai vem Espiritual”, traz a seguinte subdivisão em capítulos: 1. Traindo um amigo. 2. Dores que curam. 3. Manobra radical. 4. Ódio nunca mais. 5. Os recém-nascidos de Deus. Na segunda unidade com título “Relacionamentos”, seguem a divisão em capítulos: 1. Mensagem para você. 2. Ligação on-line com Deus. 3. A voz do silêncio. 4. Sua casa, seu lar. 5. Amigos pra valer. Na terceira unidade com o título “Vida total, segue a divisão dos capítulos: 1. Saúde total. 2. Gente de atitude. 3. Crescimento infinito. 4. Os resultados do amor. 5. Como vencer. . Na quarta e última unidade com título “Missão e testemunho”, seguem os capítulos: 1. Quem precisa de igreja? 2. Os fãs de Jesus. 3. Equipados para lutar. 4. Melhorando o mundo. 5. Servos, mas livres.

1.2- O livro possui muitas ilustrações? De que natureza são? Sim, possui fotos de pessoas, lugares, natureza, diagramas, desenhos ilustrativos e figuras variadas.

1.3-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo destinado à cultura bíblica denominado de “Boas Notícias”, e um campo de nominado “Você sabia” que traz curiosidades históricas de lugares e símbolos presentes em todo mundo. Tem também as histórias em quadrinho que vem com o objetivo de divertir e despertar o desejo da leitura nos alunos.

1.4- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Quais Não.

1.5- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não.

1.6-Quais significados podem atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Pela proposta pedagógica deste livro didático, encontra-se centrado em uma visão cristã, com forte ênfase nos ensinamentos da bíblia.

1.7- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está centrado em sua perspectiva cristã, com forte ênfase na construção de valores éticos, morais em uma perspectiva bíblica. Suas atividades constituem-se de perguntas dissertativas, mas também

com outras formas como, palavras cruzadas, quebra-cabeça, redações baseadas nos estudos realizados.

1.8- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a vida e os costumes que nos rondam em nossa sociedade, aliado a certo conhecimento das histórias bíblicas, visto os conteúdos serem bem envolvidos nesta dinâmica bíblico-teológica cristã evangélica.

1.9- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, de valores que compõe a vivência social, e o respeito à vida.

1.10 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo do positivismo.

1.11- Que tipo de referências temporais o livro apresenta? Embora ele trabalhe bem a questão do passado, principalmente centrado em eventos registrados na Bíblia, sua forte ênfase temporal se dá no presente, tendo como referencial os exemplos do passado para reconstrução do presente e uma nova perspectiva para o futuro. Pois, como a ênfase deste volume recai em valores, costumes e práticas cristãs, muitos de seus exemplos repousam na figura de Jesus e na vivência dos primórdios do cristianismo.

1.12- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Tudo gira em torno dos homens bíblicos, tanto ligados a figura de Jesus, como em personagens do passado que tiveram suas experiências com o transcendente, que marcaram e mudaram suas vidas, os levando a mudanças de valores, costumes e práticas.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada. Unidade IV- Missão e testemunho, Capítulo 5: Melhorando o mundo.

Como já dito, esse volume traz em si uma forte ênfase na questão dos valores, éticos, morais e de vivência prática do cristianismo. Logo não traz a semelhança dos demais volumes nenhuma referência ou abertura direta sobre as RMA. O que mais uma vez demonstra a não preocupação desta instituição com a temática das RMA, ou mesmo qualquer outra expressão religiosa se não a que é professada pela instituição. Contudo, ainda assim, podemos encontrar a possibilidade de trabalharmos sobre a temática das RMA, no tocante ao capítulo que fala sobre mudança no mundo, uma vez que trabalha valores que apesar de serem diretamente referenciados dentro de uma perspectiva cristã, também devem ser trabalhados a luz de outras religiões. Visto não ser possível mudar o mundo sem, amor, compreensão, perdão, arrependimento e superação de todas as formas de preconceitos. Neste sentido, independente da confissão religiosa, as pessoas têm necessidades que são reais e humanitárias, e neste ponto

podemos dar as mãos a todos os mortais para promovermos ações que busquem o bem comum, uma vez que como descrito no próprio livro didático desta instituição, podemos produzir mudanças sendo sal e luz, ou seja, sendo diferentes e fazendo a diferença, não participando dos rumos de preconceitos, rejeição e violência que muitas vezes vemos praticados contra o outro por sua cor de pele, crença religiosa, ou outros fatores.

3.1.5- Análise do material didático do Ensino Médio

1.1- Número de páginas: 40 p. cada volume.

1.2- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? Esse material didático, diferindo do livro didático do ensino fundamental, está dividido em doze volumes, (sendo que tivemos acesso do volume cinco ao volume doze. Os volumes se dividem em módulos que seguem a sequência modular desde o primeiro até o último volume, como uma coleção. Os módulos por sua vez são divididos por temas, normalmente dois temas por módulo. Levando em consideração que tivemos acesso somente do volume 5 ao 12, a divisão modular segue: Volume 5- Módulo 21 Liberdade sem juízo. Módulo 22 Limites que libertam. Módulo 23 Liberdades que aprisionam. Módulo 24 Design organizado. Módulo 25 Quando tudo dá errado. No volume 6 seguem os módulos- Módulo 26 Bem x mal. Módulo 27 Que deus você adora. Módulo 28 A intolerância dos que oprimem. Módulo 29 Ética. Módulo 30 A ética de Deus. No volume 7 seguem os módulos- Módulo 31 O direito exclusivo de Deus. Módulo 32 O problema com as imagens. Módulo 33 Brincando com coisa séria. Módulo 34 O dia mundial de alegria. Módulo 35 Fazendo o dever de casa. No volume 8 continuam os módulos- Módulo 36 A vida em primeiro lugar. Módulo 37 Uma benção chamada sexo. Módulo 38 O roubo não é um bom negócio. Módulo 39 Palavras ferem. Módulo 40 Fugindo da felicidade. No volume 9 dão continuidade os módulos- Módulo 41 O precioso dom da vida. Módulo 42 Cuidado com o que você come. Módulo 43 entre a cópia e o original. Módulo 44 Ser cristão é preservar. Módulo 45 A vida não é uma droga. No volume 10 seguem os módulos- Módulo 46 Como conhecer a Deus. Módulo 47 Podemos acreditar na Bíblia. Módulo 48 Vidas transformadas. Módulo 49 A arqueologia. Módulo 50 Evidências de Deus. No volume 11 continua- Módulo 51 A maior promessa de Deus. Módulo 52 Mais que coincidência. Módulo 53 A história em alguns minutos. Módulo 54 A maior promessa. Módulo 55 Um planeta em colisão. No último volume 12 seguem os módulos- Módulo 56 Gente do bem. Módulo 57 Festival de talentos. Módulo 58 Deus e você S.A. Módulo 59 Mais do que aparência. Módulo

60 Crescendo no Espírito. Desta maneira olhando para as propostas de estudos destes volumes, em cada um de seus módulos, podemos perceber que eles trazem em suma um conjunto de valores, éticos, morais e bem como religiosos pautados no cristianismo evangélico.

1.3- O livro possui muitas ilustrações? De que naturezas são? Sim, possui fotos de pessoas, lugares, natureza, desenhos ilustrativos, e várias figuras com formas variadas.

1.4-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo destinado ao reforço dos conteúdos bíblicos baseado em evidências de denominado de “Razões para crer”, e um campo de nominado “Saiba mais” que traz curiosidades históricas de lugares e símbolos presentes em todo mundo, além de trazer dicas sobre a vivência diária. Tem também o item “Curiosidades” trazendo informações e curiosidades sobre pessoas, eventos e histórias que marcaram nossa humanidade.

1.5- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Estes volumes não trazem nenhum documento histórico distinto de imagens.

1.6- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não. Na verdade faz menção a intelectuais, cientista e homens que marcaram a história, contudo não trazendo referências diretas de historiadores.

1.7-Quais significados podem atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Provavelmente pela proposta pedagógica deste livro didático estar centrada em uma visão cristã, com ênfase nos ensinamentos bíblicos.

1.8- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está centrado em sua perspectiva cristã, com perguntas dissertativas. Os exercícios propostos mostram-se dinâmicos, formativos requerendo interação entre alunos e professores.

1.9- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a vida e os costumes que nos rondam em nossa sociedade, aliado a um bom conhecimento bíblico, visto os conteúdos serem bem envolvidos nesta dinâmica bíblico-teológica cristã evangélica.

1.10- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, de valores que compõe a vivência social, e o respeito à vida, mas sempre em uma perspectiva cristã.

1.11 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo do positivismo.

1.12- Que tipo de referências temporais o livro apresenta? Ele trabalha bem a questão do passado, principalmente ligado aos ensinamentos e doutrinas cristãs, o presente ligado a práticas cristãs a serem adotadas ainda hoje, e o futuro em um sentido escatológico ligado ao destino do ser humano.

1.13- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Não fugindo a regra os principais sujeitos que aparecem nos conteúdos giram em torno dos personagens bíblicos, principalmente neste nível a pessoa de Jesus é a figura central, sendo mencionadas várias personagens não só da Bíblia, como também homens que de alguma forma deixaram suas marcas em nossa sociedade, seja no Brasil ou no mundo. Aqui segue a dinâmica dos exemplos a serem seguidos na atualidade pelos sujeitos históricos de nosso tempo.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada. No Volume VI- Módulo 28: A tolerância dos que oprimem.

A escolha do presente volume e respectivo módulo se deram justamente devido a temática abordada neste módulo voltada para a questão da tolerância, uma vez que conforme afirmação do livro “Os cristãos devem ser intolerantes com o pecado e o erro, mas tolerantes com as pessoas”. Essa afirmação precisa ser entendida melhor justamente dentro da questão das RMA. Neste sentido, como em todo material desta instituição que temos denominado de escola confessional evangélica “A”, na verdade somente neste módulo é que percebemos alguma forma de referência sobre as RMA, que aqui podem ser entendidas como parte das religiões espíritas.

Conforme Suárez (2010, p.18), a história carrega o registro de vários momentos de intolerância que se manifestaram, e ainda se manifestam no Brasil e no mundo. Intolerância religiosa praticada pelo Império Romano contra os cristãos que terminou em milhares de mortes cruéis, depois tendo o imperador Constantino convertido ao cristianismo e com o crescimento e expansão, a própria Igreja no período medieval praticou a intolerância contra os que eram vistos como hereges por discordarem com os dogmas da Igreja, levando muitas vezes, os tidos hereges, a mortes cruéis, principalmente no período da inquisição. Houve também intolerância racial contra os negros nos Estados Unidos que culminou na criação da Ku Klux Klan, levando a morte cerca de 1500 negros por linchamento. O próprio antissemitismo nazista que culminou na morte de cerca de seis milhões de pessoas e vários outros momentos e movimentos que infelizmente ainda hoje continuam a praticar atos sangrentos de intolerância no Brasil e no mundo.

Essa realidade nos faz olhar de acordo com o que fora apresentado por Suárez, que mesmo vivendo em um país de estado laico, onde nos é garantido pela constituição o direito a liberdade de expressão religiosa, ainda assim vivemos problemas reais de intolerância religiosa praticadas em muitos âmbitos da sociedade. Um exemplo apresentado por Suárez (2010) foi justamente o seguinte:

Em 3 de junho de 2008, os jornais noticiaram um vandalismo praticado por quatro jovens de uma igreja evangélica que invadiram um templo espírita no Rio de Janeiro durante uma reunião. Quebravam várias imagens e utensílios que havia no local, além de insultar aquelas pessoas. Contidos pelos que ali estavam, os jovens foram presos e liberados após pagarem fiança. Em contra partida dois meses após esse incidente repudiável, jovens de uma igreja evangélica de Montes Claros, MG, acampavam perto do Rio Congonhas, quando foram surpreendidos por seis arruaceiros que invadiram o local e mataram um dos participantes a pauladas, deixando vários outros feridos. (SUÁREZ, et al, 2010, p.19).

Esse relato de Suárez nos leva a perceber que de fato a intolerância é algo ainda muito forte em nosso país principalmente contra as RMA, e mesmo contra outros movimentos religiosos. Tal realidade nos induz a reforçar a importância tanto da disciplina de Ensino Religioso Escolar, como o estudo da diversidade religiosa que compõe nosso país, destacando não somente as religiões de origens cristãs, mas também as demais religiões, principalmente as RMA, uma vez que todos tem o direito constitucional de expressar suas preferências em questão de fé, sendo ainda conforme Suárez, que a própria definição do termo tolerância nos leva a um posicionamento de permitir, sustentar, ou mesmo conformar-se com o posicionamento do outro. É como dito por Agostinho citado por Suárez “No que é essencial, devemos ter unidade de pensamento; no que não é essencial, devemos ter diversidade; mas tudo só funciona por meio da caridade” (AGOSTINHO, apud, SOÁREZ, 2010,p.20).

Conclusão

Apesar de termos identificado à falta de abertura nos livros didáticos do Ensino Fundamental e mesmo no material didático desta instituição sobre as RMA, como pudemos perceber neste volume selecionado por sua temática, sendo especialmente neste módulo em questão, podemos perceber uma abertura para o estudo das RMA, principalmente no tocante ao desenvolvimento da tolerância pelo diferente. Assim, mesmo que nessa instituição não sejam feitas referências claras e diretas sobre as RMA, demonstrando em primeira instância uma consciência histórica tradicional de rejeição ao estudo e conhecimento destas religiões,

ainda assim podemos identificar uma pequena abertura para se trabalhar a questão da pluralidade religiosa, e a busca da superação das intolerâncias e preconceitos devotados as RMA, bem como as demais religiões presentes em nosso país.

4. Analisando os cursos de formação docentes de Ensino Religioso Escolar.

Outro elemento de extrema importância neste estudo voltado as RMA, visando identificar os tipos de “Consciências Históricas” sobre as mesmas, que tem se desenvolvido ao longo da disciplina de Ensino Religioso Escolar, está justamente no processo de formação de professores que atuam nas escolas ministrando o Ensino Religioso. Uma vez que, dependendo do tipo de formação docente que tiver o professor que atuará nesta disciplina, isso definirá em certo grau a “Consciência Histórica” que será desenvolvida em sala de aula sobre a diversidade religiosa, principalmente em relação às RMA.

Dessa forma, para descobrirmos como anda a formação de professores de Ensino Religioso Escolar, é importante voltarmos um pouco na história para entendermos o processo de formação docente para essa disciplina. Neste sentido, os autores Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, e Edile Maria Francaro (2011), podem nos auxiliar nesta reflexão.

Segundo Junqueira e Francaro (2011), a formação docente dos professores de religião, como era conhecida, dava-se de maneira quase única por instituições cristãs, com cursos denominados de Teologia, Educação cristã, Catequese ou mesmo Ciências Religiosas, sendo que tais cursos não davam suporte ao reconhecimento do MEC, como ocorriam com as demais disciplinas. Aos professores de Ensino Religioso não era dado o direito a concursos públicos e outros benefícios. Tal fato se dava justamente por não existirem neste período políticas e leis que resguardassem esses profissionais, ou que regulamentasse a formação docente para professores de ensino religioso. Isso acabou resultando de um lado a falta de proteção legal a esses profissionais, e por outro lado um ensino totalmente confessional fechado quase que exclusivamente ao cristianismo católico.

Desta maneira ainda conforme Junqueira e Francaro:

Desde a década de 1970, percebem-se tentativas de estabelecer a profissionalização desta área do conhecimento por meio da formação específica do professor para atuar no Ensino Religioso. Mas a partir da segunda metade dos anos noventa o cenário foi alterado com a elaboração final da Lei de Diretrizes que culminou com a sua homologação, a

organização do FONAPER, a alteração do Artigo 33 da LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1997), a busca de uma disciplina que assumisse o perfil da escola implementou a discussão da profissionalização docente. Por exemplo, os esforços já desenvolvidos por Santa Catarina foram efetivados com a implantação do Curso de Licenciatura em Ciências da Religião habilitação do Ensino Religioso em 1996. (JUNQUEIRA e FRANCARO, 2011, p.2).

Como afirmado anteriormente, podemos observar que nessa trajetória de formação docente para atuar na disciplina de Ensino Religioso Escolar, o Estado de Santa Catarina foi pioneiro com a criação do primeiro “Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, seguido, no decorrer dos anos, por outros Estados, a saber: Pará, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Norte”. (JUNQUEIRA e FRANCARO, 2011, p.3). Com a criação dos cursos surgiu à questão do que ser ministrado neste curso de formação docente para o Ensino Religioso. “Assim, destaca-se a necessidade de uma leitura crítica das realidades sociais para se buscar os referenciais para a organização e redirecionamento da formação do profissional da educação”. (JUNQUEIRA e FRANCARO, 2011, p.4). Essa formação não poderia mais ser simplesmente confessional, antes agora deveria ser laica, buscando uma formação pautada no estudo do fenômeno religioso plural em sua história, cultura e sociabilidade. Neste momento um grande envolvimento social começou a acontecer, onde, universidades, secretarias de educação, além de:

Grupos Educacionais e Religiosos comprometidos com uma educação de efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, não tem se limitado às questões relativas à formação inicial de professores para o Ensino Religioso, mas se ampliam e completam com propostas e ações de formação continuada e com pesquisas para esta área do conhecimento. (JUNQUEIRA e FRANCARO, 2011, p.5).

Desta forma, é pautada nesta busca investigativa continuada sobre as questões religiosas de nosso país, trabalhadas em sala de aula, que além das análises dos planos de ensino e livros didáticos de Ensino Religioso, é que também estaremos realizando a análise dos cursos de formação de professores da disciplina em questão. Assim, conforme o que foi conseguido de ementas e materiais didáticos dos cursos, é que faremos a análise de como tem sido trabalhada a questão das RMA nesses cursos de formação pedagógica.

4.1- Análise das ementas e materiais didáticos dos cursos de licenciatura em Ensino Religioso escolar.

O propósito inicial dessa análise encontra-se voltado para o município de Uberlândia, tendo em vista o exame de como tem sido abordado sobre as RMA nestes cursos de formação de professores para a disciplina de Ensino Religioso Escolar. Contudo, fazendo uma investigação sobre a existência ou não desses cursos no município uberlandense, mesmo diante da existência da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), além de outras inúmeras faculdades particulares, e bem como do IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro), constatamos a inexistência do curso de graduação voltado à docência de Ensino Religioso Escolar. Na verdade os únicos cursos que encontramos voltados a formação de professores para essa disciplina, são cursos de especialização em Ensino Religioso Escolar, oferecidos por instituições como Claretiano Centro Universitário, que é uma universidade particular confessional, e a UNINTER, uma universidade particular laica. Desta maneira, no caso do Claretiano a matriz curricular desta especialização não se encontra disponível para pesquisa não podendo dessa forma nos dar suporte para a análise sobre o tipo de referenciação constante quanto as RMA. Já quanto ao curso da UNINTER, a grade curricular encontra-se disponível com os seguintes destaques:

GRADE CURRICULAR-UNINTER-ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO RELIGIOSO

METODOLOGIA CIENTÍFICA	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	30h
MÓDULO A - TÓPICOS GERAIS EM EDUCAÇÃO	
Teorias da Aprendizagem	30h
Educação Inclusiva	30h
Metodologia de Ensino	30h
Avaliação da Aprendizagem Escolar	30h
MÓDULO B - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E PEDAGÓGICOS DO ENSINO RELIGIOSO	
História e Legislação do Ensino Religioso	30h
Fundamentos Pedagógicos do Ensino Religioso	30h
Epistemologia do Ensino Religioso	30h
Cultura brasileira e Educação	30h

MÓDULO C - ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DO ENSINO RELIGIOSO

Cultura Religiosa	30h
Espaço do Sagrado	30h
Metodologia do Ensino Religioso de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30h
Metodologia do Ensino Religioso dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio	30h

ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	30h
CARGA HORÁRIA TOTAL	
	420h

(Imagem disponível em: <https://www.uninter.com/pos-graduacao-ead/curso-metodologia-do-ensino-religioso/?gclid=CJzl3rSC-NYCFQ4EkQodIM8CpA#>)

Como podemos observar nesta grade curricular, a única disciplina do curso que pode abrir espaço para o estudo das RMA é a do Módulo “C”, Cultura Religiosa. As demais disciplinas trabalham mais a questão metodológica, Histórica, Epistemológica, e cultural do estudo da disciplina no Brasil. Assim, somente pela análise dessa grade curricular seria impossível conhecermos o tipo de consciência Histórica que vem se desenvolvendo nos cursos de formação pedagógica voltada a questão das RMA.

Diante desta ausência de cursos de formação docente para disciplina de Ensino Religioso Escolar no município de Uberlândia, e tendo em vista que a maior parte dos professores graduados ou mesmo pós-graduados que atuam em nossa cidade no ensino religioso escolar formaram-se fora de nosso município, assim, para conhecermos sobre a formação destes professores será necessário investigar os cursos de formação docente existentes em outras regiões do país.

Desta maneira, pelo fato de não havermos conseguido muitos materiais para análise, faremos uma avaliação ao menos de três cursos de licenciatura em Ensino Religioso Escolar, com três faculdades. Sendo a primeira em, Blumenau-SC, a FURB-Universidade Regional de Blumenau, outra do Rio Grande do Norte, a UERN, e por fim a de Minas Gerais, a Unimontes. Assim, teremos uma visão panorâmica de como tem se desenvolvido a questão da formação docente em relação às RMA, ao menos em três regiões de nosso país.

4.1.1- Análise da matriz curricular do curso de licenciatura em Ciências da Religião da Universidade Regional de Blumenau.

Por não conseguirmos acesso as ementas ou mesmo aos materiais didáticos do curso de licenciatura em Ciências da Religião da Universidade Regional de Blumenau procederão à análise da matriz curricular, com o propósito de identificar a consciência histórica que vem se desenvolvendo em relação às RMA nestes cursos de formação docente. Lembrando que a formação de professores constitui-se fator importantíssimo no processo de construção do conhecimento sobre a diversidade religiosa de nosso país, podendo haver reforço de antigos preconceitos de uma ou outra religião, ou mesmo mudanças de mentalidades com a busca pela valorização da diversidade e bem como o combate aos preconceitos e desrespeitos ao outro e a sua expressão religiosa.

Neste sentido, fazendo uma análise na matriz curricular do curso de licenciatura em Ciências da Religião da FURB, identificamos uma proposta de formação em fases de estudos, que se divide em oito fases, com uma carga horária total de 3.474 h. Dentro desta divisão em fases de estudos são abordados vários conteúdos para formação docente, dentre esses conteúdos que se apresentam em forma de disciplinas, podemos destacar aqueles em que se verifica a possibilidade de abordagem em relação às RMA, como: Educação e Interculturalidade; Culturas e Fenômenos Religiosos; Sociedades, Religiões e Territórios; Cosmovisão das Religiões e dos Movimentos Religiosos, sendo talvez essa disciplina um dos espaços de maior possibilidade de abordagem sobre as RMA, contudo, isso indica possibilidade de abordagem e não nos traz clareza do que é abordado neste conteúdo; Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa; Textos e Narrativas Sagradas Africanas, onde neste item vemos de forma clara que na proposta curricular deste curso de formação docente a temática das RMA é abordada. Porém fica a dúvida de como ocorre essa abordagem, visto não termos conseguido acesso ao material didático.

Desta maneira, apesar de bem superficial a proposta curricular já nos dá indícios que a questão das RMA não está sendo negligenciadas neste curso, antes assim como outras religiões, as RMA também ocupam seu espaço na discussão sobre a diversidade religiosa de nosso país, demonstrando assim a preocupação desta faculdade em se trabalhar desde a formação dos futuros professores uma nova consciência histórica de reconhecimento, e valorização destas religiões, e a superação dos preconceitos contras tais movimentos,

mostrando que elas também fazem parte do contexto plural do quadro religioso de nosso Brasil.

4.1.2- Análise da matriz curricular do curso de licenciatura em Ciências da Religião da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Mais uma vez, por não conseguirmos outros materiais didáticos ou mesmo as ementas do curso de licenciatura em Ciências da Religião da UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), temos de analisar a grade curricular deste curso, para obtermos aproximações da realidade de formação deste curso frente à questão das RMA.

Em primeiro lugar observamos que a divisão curricular deste curso encontra-se em semestres, indo do primeiro ao oitavo. Além das disciplinas que são obrigatórias dentro de cada semestre, ainda existem as optativas, que somam um total de 28 disciplinas. Na verdade não sabemos qual a dinâmica para se cursar tais disciplinas.

Quanto à questão dos espaços onde podemos identificar o estudo das RMA, fazendo uma análise da proposta curricular identificamos no segundo e no terceiro semestres a indicação do estudo da “história das religiões”, o que pressupõe um estudo panorâmico das religiões, incluindo o estudo das RMA; também no quarto e quinto semestres abre-se outro espaço com o “estudo da teologia das tradições religiosas I e II”. Agora quanto a um estudo claro sobre a questão das RMA, observamos somente nas disciplinas optativas a indicação do estudo da “História e Cultura Afro-Brasileiras”, e o estudo da “Religiosidade Popular Brasileira”. Assim, dependendo da dinâmica de aplicação do estudo das disciplinas optativas, as RMA poderão ser estudadas ou não pelo aluno de graduação de licenciatura em Ciências da Religião. Neste sentido, este curso corre o risco de deixar de lado algo que deveria ser obrigatório, podendo mesmo sustentar uma consciência histórica de reforço aos preconceitos desenvolvidos contra as RMA. Pois embora demonstre abertura dando a opção de estudo sobre a religiosidade afro-brasileira, ao mesmo tempo por não colocar a disciplina como componente obrigatório, corre-se o risco de deixá-la em um lugar subalterno e periférico como já vem ocorrendo ao longo da história, reforçando preconceitos e rejeição em relação a essas religiões.

4.1.3- Análise do material didático do curso de licenciatura em Ciências da Religião da Unimontes.

Neste momento, diferente dos dois cursos analisados anteriormente, o curso de licenciatura em Ciências da Religião da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES possibilita-nos encontrar para além das grades curriculares, os materiais didáticos que trazem uma abordagem clara e precisa sobre as RMA.

4.1.3.1 Análise do material didático Cosmovisão das religiões Africanas e Orientais

1.1- Nome do livro: Ciências da Religião: Cosmovisão das Religiões Africanas e Orientais.

1.2 – Autores: Admilson Eustáquio Prates, Harlen Cardoso Divino, Shirlene dos Passos Vieira Santos.

1-3- Editora: Editora Unimontes.

1.4- Série a que se destina: Segundo Período do curso de licenciatura em Ciências da Religião.

1.5- Formato: pdf.

1,6- Numero de paginas: 67 p.

1.7- Traz referências bibliográficas ao final? É ampla? Restrita? Sim. Ao final de cada unidade temática é apresentada ampla referência bibliográfica.

1.8-Traz biografia dos autores? Se sim, quem são? Sim. *Admilson Eustáquio Prates* Doutorando em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em Ciências da Religião pela PUC/SP. Especialista em Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Especialista em Bioética pela Universidade Federal de Lavras. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Professor no departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Coordenador do Grupo de Extensão Filosofia na Sala de Aula – Pró-reitoria de Extensão/Unimontes. Autor dos seguintes livros: “Sala de Espelhos: inquietações filosóficas”- Editoras Unimontes e “Exu a esfera metamórfica” - Editora Unimontes. organizadora dos seguintes livros: “O fazer Filosófico” - Editora Unimontes; “Filosofia: educação infantil ao ensino médio. Temas e estratégias desenvolvidas em sala de aula” - Editora Unimontes. *Harlen Cardoso Divino* Graduado em Ciências da Religião pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Pós-Graduando em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Unimontes. Aperfeiçoamento em Tutoria de Educação a

Distância - EaD. Atualmente Docente Formador (UAB - Unimontes). cursando o Aperfeiçoamento em Educação Científica pelo CAED/UFMG e Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional - CP/UFMG. Ex-Bolsista (FNDE) do Programa de Educação Tutorial em Ciências da Religião - PETCRE/ Unimontes [Capacitado como Professor Pesquisador, tendo experiência de atuação nas temáticas de: Religião, Religiosidade, Religiões de matriz Afro-brasileira e Oriental, Ação Social das Instituições Religiosas, Vida Humana, Cinema comentado, Produção audiovisual e de materiais didáticos]. *Shirlene dos Passos Vieira Santos*, Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Especialista em Ciências das Religiões: Metodologia e Filosofia do Ensino pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá- FIJ em Rio de Janeiro - RJ. Graduada em Ciências da Religião pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduada em História pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas em Montes Claros - MG. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros no Departamento de Filosofia, Curso de Ciências da Religião. Professora da Secretaria Municipal de Educação - Disciplina: Ensino Religioso. Coordenadora do PIBID Interdisciplinar do Sub Projeto: Educar para a complexidade: formação de habilidades cognitivas e sociais.

1.9- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? Esse material didático traz a seguinte divisão em seus capítulos: Apresentação. Unidade 1: Cosmovisão das Religiões 1.1 Introdução 1.2 Exploração conceitual: cosmovisão. 1.3 Exploração conceitual: religião 1.4 Exploração conceitual: cosmovisão das religiões . Referências. Unidade 2: Religiões primitivas ou tribais e religiões africanas. 2.1 Introdução. 2.2 Religiões primitivas ou tribais 2.3 O desenvolvimento das religiões primitivas. 2.4 Sistemas simbólico e ritos. 2.5 O pensamento reflexivo nas religiões tribais . 2.6 O mito e a mística nas religiões tribais 2.7 A tradição oral do conhecimento . 2.8 Religiões tradicionais africanas . Referências . Unidade 3: Religiões orientais: Hinduísmo 3.1 Introdução . 3.2 O Hinduísmo e sua localização . 3.3 Evolução do Hinduísmo . 3.4 Práticas espirituais . 3.5 Deuses e lugares sagrados . 3.6 Símbolo sagrado . . 3.7 Os textos sagrados 3.8 As crenças . Referências . Unidade 4: Budismo 4.1 Introdução . 4.2 Budismo . 4.3 Antropologia . Referências . Unidade 5: Confucionismo 5.1 Introdução 5.2 Confucionismo . 5.3 História . 5.4 Sistema simbólico e ritos . 5.5 Pensamento. 5.6 Mística . 5.7 Antropologia . Referências . Unidade 6: Taoísmo . 6.1 Introdução. 6.2 Taoísmo. 6.3 História. 6.4 Sistema simbólico e ritos . 6.5 Pensamento. 6.6 Mística. 6.7 Antropologia. Referências.

1.10- O livro possui muitas ilustrações? De que natureza são? Sim, algumas. Possui fotos de pessoas, lugares, natureza, símbolos sagrados, monumentos, mapas e pinturas rupestres.

1.11-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo denominado de “Para saber mais”, destinado a informações para aprofundamento do tema indicando sites livros etc. Também aparece o campo “Glossário e dica”, com informações extras dos conteúdos estudados.

1.12- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Não, em sua maioria são fotos ou imagens de monumentos, patrimônios históricos, e pinturas rupestres etc.

1.13- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não.

1.14-Quais significados podem atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Talvez pelo fato dos estudos estarem voltados ao ensino sobre as religiões.

1.15- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está centrado em sua perspectiva laica, com perguntas dissertativas. Os exercícios propostos mostram-se dinâmicos, formativos requerendo interação entre alunos e professores.

1.1.6- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a diversidade religiosa.

1.17- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, centrada na pluralidade religiosa presente no Brasil e no mundo.

1.18 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo da Escola dos Annales, e da nova história, visto o fato de se buscar uma abordagem bem abrangente em relação às religiões no Brasil e no mundo, dando voz ao que antes estavam de fora da história oficial.

1.19- Que tipo de referências temporais o livro apresenta? Ele trabalha bem a questão do passado, presente e futuro reportando sobre a fundação, mitos, ritos e práticas ligadas as mais diversas religiões presentes em nosso globo, destacando rupturas e permanência frente à realidade religiosa do Brasil e do mundo.

1.20- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Os sujeitos são diversos, girando em torno dos mais variados personagens presentes na pluralidade religiosa que envolve a trama das religiões, sendo estes negros, índios, brancos, asiáticos e povos das mais diversas nações.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada: Unidade 2: Religiões primitivas ou tribais e religiões africanas.

A escolha desta unidade se dá justamente pelo fato de que ela propõe diretamente o estudo voltado as RMA. Sendo que o estudo divide-se em refletir sobre as religiões primitivas e/ou tribais, e as religiões africanas. Desta maneira, segundo Santos (2014), o desenvolvimento social do ser humano desde seus primórdios, encontra-se vinculado as suas crenças, onde por meio de diferentes teorias e interpretações deu-se a criação e expansão de uma série de religiões, que muitas vezes misturam-se, outras vezes divergem-se gerando conflitos. Assim, as primeiras formas de manifestações religiosas são entendidas como tribais, ou primitivas.

As religiões tribais ou primais são aquelas que os estudiosos chamavam de “religiões primitivas”. São encontradas em culturas ágrafas entre as tribos de populações da África, Ásia, América do Norte e do Sul e Polinésia. O que caracteriza essas religiões são a crença em espíritos e deuses que podem transformar o cotidiano, em geral apresentado por um conjunto de mitos, estórias contadas de forma oral e que explique a realização dos ritos. (SANTOS, 2014, p.17).

Quanto as religiões propriamente africanas, elas também constituíam-se em seus primórdios como religiões primitivas e tribais. Uma vez que a religião está diretamente ligada a vida dos africanos que praticavam, e em muitas as regiões ainda praticam o culto aos ancestrais, sendo desta forma para este povo a religião como um estilo de vida que preserva-se fundamentado na identidade, na cultura, e nos valores morais da vida dos africanos. Santos afirma que:

A sociedade africana está ancorada na religião tradicional, mesmo tendo se expandido as influências cristãs e islâmicas. O cristianismo e o islamismo na África se instalaram sem renunciar os valores fundamentais da religião tradicional africana ou a experiência histórica africana.(SANTOS, 2014, p.23).

Na verdade, os valores religiosos africanos, não foram abandonados por esses indivíduos em detrimento a implantação tanto do cristianismo como do islamismo. Uma das provas está justamente, tanto no cristianismo adotado pelos afro-brasileiros quando na imposição do catolicismo sobre eles, como no próprio sincretismo religioso presente nas mais tradicionais RMA existentes no Brasil. Vemos, por exemplo, na Umbanda vários elementos

religiosos que seriam próprios do catolicismo romano e que podem ser naturalmente vistos nessa religião afro-brasileira.

Enfim, diante destas realidades descritas acima, podemos observar pelas argumentações de Santos que de fato no curso de Licenciatura em Ciências da Religião da UNIMONTES, uma nova consciência histórica crítica de geração vem se formando, aonde por meio desta nova consciência, os docentes que vem sendo formados por essa instituição já começam a receber subsídios rumo a uma nova mentalidade de superação dos preconceitos e desrespeitos contra as RMA, dando vez e voz a esses movimentos.

4.1.3.2 Análise do material didático Cosmovisão das Religiões Kardecismo, Umbanda, Candomblé e Cosmovisões Ameríndias.

1.1- Nome do livro: Ciências da Religião: Cosmovisão das Religiões Kardecismo, Umbanda, Candomblé e Cosmovisões Ameríndias.

1.2 – Autores: Ângela Cristina, Harlen Cardoso Divino, Jeferson Betarello

1-3- Editora: Editora Unimontes.

1.4- Série a que se destina: Quinto Período do curso de licenciatura em Ciências da Religião.

1.5- Formato: pdf.

1.6- Numero de paginas: 83 p.

1.7- Traz referencias bibliográficas ao final? É ampla? Restrita? Sim. Ao final de cada unidade temática, porém não muito ampla.

1.8-Traz biografia dos autores? Se sim, quem são? Sim. *Ângela Cristina Borges* Mestre em Ciência da Religião pela Pontífica Universidade Católica de São Paulo, atualmente doutorando-se na mesma área e universidade. Professora do curso de Ciência da Religião da Unimontes e coordenadora do curso de Ciência da Religião UAB/Unimontes. Tutora do Programa de Educação Tutorial de Ciência da Religião PETCRE-Unimontes/CAPES onde orienta projetos na área. *Harlen Cardoso Divino* Graduado em Ciências da Religião pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Pós-Graduando em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Unimontes. Aperfeiçoamento em Tutoria de Educação a Distância - EaD. Atualmente Docente Formador (UAB - Unimontes). Cursando o Aperfeiçoamento em Educação Científica pelo CAED/UFMG e Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional - CP/UFMG. Ex-Bolsista (FNDE) do Programa de Educação Tutorial em Ciências da Religião - PETCRE/ Unimontes [Capacitado como

Professor Pesquisador, tendo experiência de atuação nas temáticas de: Religião, Religiosidade, Religiões de matriz Afro-brasileira e Oriental, Ação Social das Instituições Religiosas, Vida Humana, Cinema comentado, Produção audiovisual e de materiais didáticos]. *Jeferson Betarello* Mestre em Ciências da Religião pela PUC-SP e licenciado em Filosofia. Autor do livro UNIR PARA DIFUNDIR - o impacto das federativas no crescimento do Espiritismo, editado pela editora da Universidade de Franca - UNIFRAN. Co-Organizador dos livros: A Temática Espírita na Pesquisa Contemporânea / editora CCDPE-ECM; Espiritismo visto pelas áreas de conhecimento atuais / editora CCDPE-ECM.

1.9- Quantos capítulos têm? Como estão organizados? Esse manual didático traz a seguinte divisão em seus capítulos: Apresentação. Unidade 1: Kardecismo. 1.1 Introdução 1.2 O Nascimento do Espiritismo na França. 1.3 Sócrates e Platão, Precursores da Doutrina Espírita. 1.4 A Cosmovisão do Espiritismo Kardecista. 1.5 O Espiritismo Kardecista como Religião no Brasil. 1.6 Principais Ritos do Espiritismo. 1.7 Principais Exponentes do Espiritismo no Brasil. Referências. Unidade 2: Umbanda. 2.1 Introdução. 2.2 Umbandas, uma Religião Tipicamente Brasileira. 2.3 Umbandas e suas Classificações. 2.4 Teologias, Teogonias e Ritos da Umbanda. Referências. Unidade 3: Candomblé. 3.1 Introdução. 3.2 África Central. 3.3 Modernidade. 3.4 Colonialidade do Poder. 3.5 Candomblé. 3.6 Candomblé: Tateando sua Teologia . Referências. Unidade 4: Cosmovisões Ameríndias. 4.1 Introdução. 4.2 Culturas Ameríndias. 4.3 Panteões e Ritos. Referências.

1.10- O livro possui muitas ilustrações? De que natureza são? Sim, algumas. Possuem fotos de pessoas, expoentes fundadores a que lhes é atribuído.

1.11-O livro possui textos complementares nos capítulos? De que tipo? Sim, um campo denominado de “Dicas”, destinado a informações para aprofundamento do tema indicando sites livros etc. Também aparece o campo “Glossário”, com informações extras dos conteúdos estudados.

1.12- O livro traz documentos históricos de natureza distinta de imagens? Não.

1.13- O livro traz em seus capítulos trechos de livros de historiadores consagrados na historiografia? Se sim, com que objetivos? Em que tipo de contexto? Não.

1.14-Quais significados podem atribuir à presença ou ausência de tais itens tais como se apresentam? Talvez pelo fato dos estudos estiver bem voltada a questão religiosa.

1.15- Que tipo de exercícios o livro propõe? O tipo de exercício apresentado exige que tipo de atuação do aluno? E do professor? O tipo de exercício proposto pelo livro está

centrado em sua perspectiva laica, com perguntas de múltiplas escolhas. Os exercícios propostos mostram-se dinâmicos, formativos requerendo interação entre alunos e professores.

1.1.6- Que tipo de saber docente é necessário para que o professor ministre aulas utilizando tal livro? Um bom conhecimento geral sobre o mundo e a diversidade religiosa.

1.17- A organização dos textos é temática? Política? Cronológica? Temática, centrada na pluralidade religiosa presente no Brasil e no mundo.

1.18 – É possível distinguir a que escola historiográfica o livro se filia? Que elementos indicam isso? Pelo seu teor está mais próximo da Escola dos Annales, e da nova história, visto o fato de se buscar uma abordagem bem abrangente em relação às religiões no Brasil e no mundo, dando voz ao que antes estavam de fora da história oficial.

1.19- Que tipo de referências temporais o livro apresenta? Ele trabalha bem a questão do passado, presente e futuro reportando sobre a fundação, mitos, ritos e práticas ligadas as mais diversas religiões presentes em nosso globo, destacando rupturas e permanência frente à realidade religiosa do Brasil e do mundo.

1.20- Quais são os sujeitos em cujas ações se assentam as narrativas dos temas? Os sujeitos são diversos girando em torno principalmente dos grandes fundadores ou mesmo co-fundadores das religiões estudadas.

2- Escolha um capítulo para uma análise mais aprofundada: As unidades II umbanda e III Candomblé:

A escolha destas duas unidades se dá pelo fato de que ambas abordam sobre duas das principais expressões da religiosidade afro-brasileira. Sendo que, por meio destas unidades podemos identificar o estudo claro sobre as RMA, que assim como as demais religiões estudadas neste curso, a elas são devotadas o mesmo espaço que outras religiões.

Na Unidade II o material didático traz uma reflexão sobre a Umbanda como religião tipicamente brasileira, onde é explorado o propósito de:

[...] apresentar tanto o pensamento mais difundido sobre a origem da Umbanda quanto os questionamentos de alguns autores sobre a complexidade de se localizar historicamente o nascimento de uma nova religião. Iremos elencar as diferentes classificações que a manifestação desta religião ganhou em seu contato com a sociedade e em suas relações de identidade frente ao Kardecismo e ao Candomblé. Finalizaremos com a cosmovisão da Umbanda e seus rituais. (BETARELLO, 2015, p.25).

Podemos observar mais uma vez a preocupação neste curso de formação docente de estudar historicamente a questão da religiosidade afro-brasileira levando em consideração sua

formação, identidade e bem como seus elementos ritualísticos. Vemos desta maneira, a valorização das RMA como religiões que compõe o quadro religioso diversificado de nosso país.

Na Unidade III, dentro da mesma dinâmica de estudos voltados as RMA, a ênfase recai sobre o Candomblé, onde Borges (2015) começa ressaltando a questão da perseguição e a intolerância sofrida por essas religiões, buscando trabalhar a princípios as raízes desta realidade enfrentada pelas RMA.

A autora em seu texto busca fazer uma viagem na história das RMA resgatando uma consciência Histórica de reconhecimento dos sofrimentos, preconceitos e perseguições que vem sofrendo as religiões afro-brasileiras, principalmente o candomblé. Neste sentido Borges afirma:

O tema do Candomblé deve necessariamente nos remeter à origem geográfica de sua cosmologia, a África. O retorno aqui se deve ao fato de que a origem do preconceito às religiões afro-brasileiras está relacionada à forma como os africanos participaram da constituição da modernidade a partir de 1492. Convido então, caros alunos, a uma viagem de reconhecimento e entendimento do porquê, pelo menos em parte, de tanto preconceito. Voltemos à África, em especial neste texto, à região congo angolana na África Central de onde saíram em diáspora a maior parte dos homens e mulheres que foram transformados em escravos em terras brasileiras. (BORGES, 2015, p.33)

Esse convite à reflexão histórica sobre as RMA feito pela autora desta temática discutida no curso de formação docente em Ciências da Religião, nos mostra a grande preocupação, da UNIMONTES em formar professores com uma nova consciência histórica que supere as concepções tradicionais de rejeição e preconceitos aos negros e sua cultura e religiosidade. Demonstra claramente, que uma mudança em sala de aula sempre dependerá muito do processo formativo a que se submetem os professores que atuarão na docência desta disciplina. Aqui se percebe a busca pela superação dos antigos preconceitos, e a busca pela instituição de novas posturas frente a temática das RMA.

Enfim, podemos perceber tanto pelas análises voltadas a Umbanda e ao Candomblé que nesse material didático, não há lugar para reforço de antigos preconceitos, antes há uma busca pela valorização das RMA e o reconhecimento do espaço que elas também ocupam na diversidade religiosa de nosso país. Com essa atuação, acredita-se que esses novos docentes

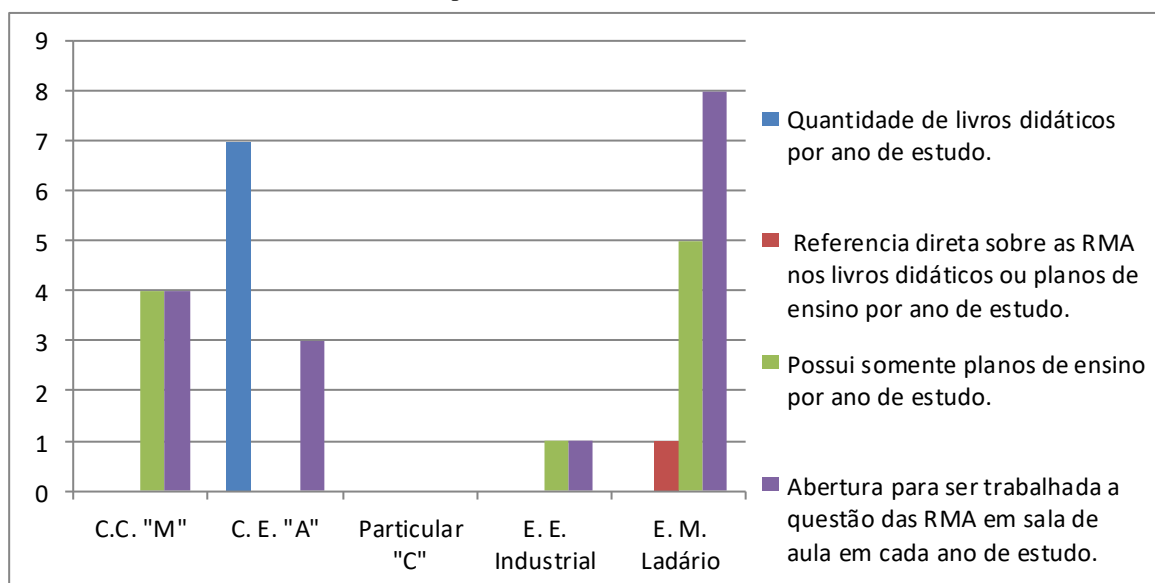
entrarão em sala de aula com uma visão totalmente diferente dos antigos professores, antes formados dentro de uma dinâmica cristã católica.

5. Considerações sobre as análises realizadas nos diversos materiais obtidos em nossas parcerias.

Após as análises dos planos de ensinos, e dos livros didático e bem como dos cursos de formação docente em relação à consciência histórica presente nestes materiais frente a questão das RMA, podemos tecer algumas considerações como forma de conclusão parcial sobre nossa problemática que versa justamente: Qual o tratamento que as RMA têm recebido no espaço dedicado a esse estudo, nas aulas, nos programas de formação de professores, nos materiais didáticos escolares? Sendo que quanto à questão mais precisamente das aulas de Ensino Religioso, essa análise se deu principalmente por meio dos planos de ensino e até mesmo nas propostas desenvolvidas por meio dos livros didáticos. Para mostrarmos os resultados obtidos até agora, vamos usar um gráfico indicativo de alguns fatores.

5.1- Realidade sobre o Ensino Religioso e a questão das RMA no município de Uberlândia:

Gráfico 1- Realidade das RMA no município de Uberlândia



Fonte: Santos (2018)

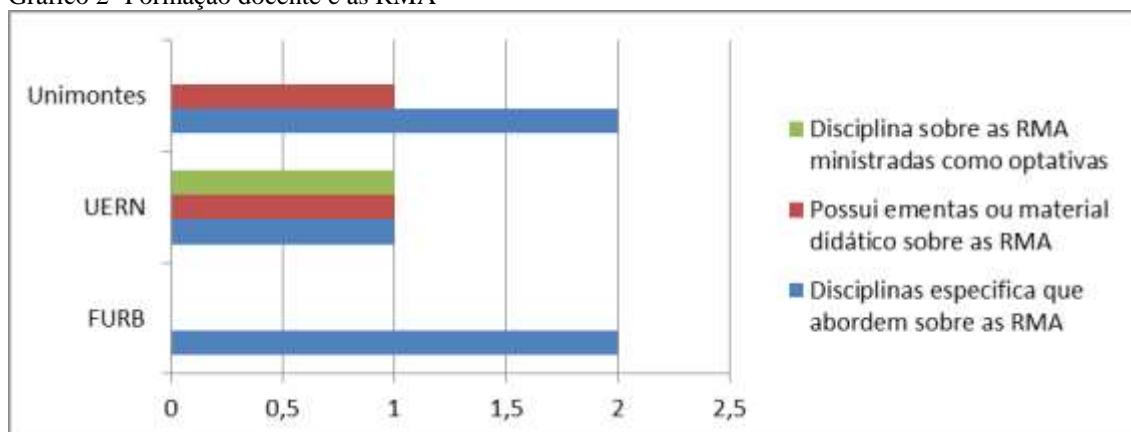
5.1.1- Diante deste gráfico e das análises realizadas, pode-se chegar a algumas conclusões:

- Quanto à presença e utilização do livro didático como fonte de conhecimento e informação, percebemos algo ainda muito escasso na disciplina de Ensino Religioso Escolar, o que nos leva a entender a urgência deste material didático tão rico e importante no processo de ensino-aprendizagem.
- Quanto à referenciação direta sobre as RMA, seja nos livros didáticos ou nos planos de ensinos pesquisados, ainda é algo mínimo, sendo vista somente nos planejamentos voltados para as escolas municipais.
- Em relação à questão das escolas possuírem somente planos de ensino voltados para a disciplina de Ensino Religioso, quase todas as instituições parceiras estão trabalhando somente com plano de ensino, com exceção da escola confessional Evangélica “A” e a escola particular “C”, que apesar desta última ter concordado em participar da pesquisa, não foi possível conseguir materiais didáticos pelo fato de ainda estar no processo de implantação do ensino fundamental.
- No tocante a abertura para o estudo voltado as RMA, pudemos observar que a maioria das instituições encontra-se abertas à temática mesmo que de maneira um tanto tímida e limitada, mas apesar disso, vemos nas escolas municipais, novamente maior abertura para estudo e reflexão sobre essas religiões.

Como podemos observar pelo gráfico fruto da análise dos planos de ensino e livros didáticos, já se pode ver certo avanço no tocante à questão das RMA, principalmente quando falamos em abertura para se debater sobre a temática em sala de aula, contudo da mesma maneira se percebe ainda resistências no tocante a uma reflexão aberta direta e sem preconceitos frente a essas religiões, o que podemos observar quando no gráfico nos indica somente as escolas municipais trazendo em seu plano de ensino propostas de abordagens diretas sobre essa temática.

5.2- Curso de formação docente que trabalham a questão das RMA:

Gráfico 2- Formação docente e as RMA



Fonte: Santos (2018)

No gráfico acima observamos três questões que nos ajudam a refletir sobre como as RMA estão sendo trabalhadas nos curso de formação docente da disciplina de Ensino Religioso Escolar.

- Observamos que no caso da UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), apesar das disciplinas obrigatórias tangenciarem a questão da religiosidade afro-brasileira, é como disciplina optativa que as RMA são abordadas de maneira mais profunda e direta. Enquanto que nas outras universidades essas disciplinas tem maior força como disciplinas obrigatórias.
- Quanto aos cursos analisados possuem ementas ou materiais didáticos, na verdade pelo fato do acesso acontecer via internet, somente conseguimos os materiais didáticos da UNIMONTES, e os outros dois cursos foram feita análise por meio de grade curricular.

- E no tocante as disciplinas obrigatórias que fazem abordagem sobre as RMA, no curso da UNIMONTE e da FURB (Universidade Regional de Blumenau) esse conteúdo é abordado como disciplina obrigatória, com destaque para a UNIMONTES que em seu material didático busca refletir de maneira profunda em relação às RMA, focando no combate aos preconceitos e desrespeitos devotadas a elas.

Enfim, como pudemos observar ao menos nos cursos laicos de formação docente dos cursos de licenciatura em Ciências da Religião, há uma busca por uma formação que auxilie o novo professor a desenvolver tanto em si mesmo como em seus alunos, quando no exercício de sua função docente, uma nova consciência histórica onde a diversidade religiosa seja valorizada, e toda forma de preconceito pelo diferente seja combatida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados aqui obtidos, pudemos conhecer um pouco das “Consciências Históricas” que vem sendo construídas ao longo da história em relação às RMA em nosso país, partindo da análise das leis instituídas com objetivo de promover a reparação pelas perdas sofridas pelos afro-brasileiros ao longo de sua história no Brasil, além da identificação das contribuições deste grupo para a formação cultural, histórica e social de nosso país. Vimos também em nossa pesquisa, que mesmo antes da instituição destas leis, muitos esforços e lutas foram desenvolvidos ao longo dos anos pelo movimento social negro na busca pela superação dos preconceitos, e pela reparação das perdas sofridas por essa parcela da população, e bem como por melhores, e igualitárias oportunidades a negros e pardos em nossa nação. Também pudemos conhecer um pouco da história de três importantes religiões afro-brasileiras com forte representação em nosso país, a saber, a Umbanda, Quimbanda e o Candomblé. Realizamos ainda a análise de fontes didáticas das escolas parceiras de nossa pesquisa identificando intenções a se trabalhar sobre as RMA no Ensino Religioso Escolar, e ao mesmo tempo verificando o reforço de antigos preconceitos que não foram ainda superados em muitas instituições de ensino. Por fim realizamos uma análise na questão da formação de professores de Ensino Religioso, observando avanços quanto à formação destes docentes, também verificando a não existência de programas de formação docente para esta área em nosso município, mesmo diante de grandes e importantes universidades e institutos federais em terras uberlandenses. Em resumo, todos os resultados obtidos até agora, nos indicam que de um lado, há sim um grande esforço para uma mudança de mentalidade em relação às religiões afro-brasileiras, sendo que, na maioria das vezes isso vem como fruto das ações sociais do movimento negro e dos próprios movimentos religiosos afro-brasileiros, mesmo que como resposta as ações do movimento negro, o governo federal tenha instituído as leis de ações afirmativas, e as leis de estudo da cultura e história africana e afro-brasileira. Contudo, por outro lado vemos o reforço de antigas mentalidades de preconceito e rejeição aos negros em sua história, cultura e religião, tanto no tocante as portas fechadas para se realizar a pesquisa em muitas escolas, como nas próprias ações de violências praticadas contra terreiros noticiadas no ano de 2017. E diante desta realidade, também precisamos registrar o fato de não podermos conhecer se realmente os planos de ensino propostos para a aplicação em sala de aula e que dão abertura ao estudo das RMA, de fato estão sendo aplicados, uma vez que pelo curto espaço de tempo não pudemos realizar uma pesquisa em loco,

acompanhando as aulas, ou mesmo realizando entrevistas com professores, coordenadores pedagógicos ou outros mais que pudessem nos auxiliar no conhecimento prático vivenciado em sala de aula.

Assim, mediante tudo isso, o que seria nosso último capítulo, foi convertido em um Manual Paradidático ilustrativo, apresentando-se como resultado das pesquisas anteriores, onde procuramos dar algumas respostas a questões que julgamos ser fundamentais para o estabelecimento de conhecimentos visando o combate aos preconceitos que incidem sobre as RMAs. Nosso desejo é que esse material paradidático possa ser instrumento para uso em aulas de ensino religioso e história no ensino fundamental ou médio, promovendo uma nova mentalidade de respeito e reconhecimento destes movimentos religiosos, como parte da pluralidade religiosa de nosso país.

Chegando ao final desta dissertação, primeiramente esperamos que as informações aqui transmitidas possam contribuir com a construção de novos conhecimentos sobre a religiosidade afro-brasileira, além de poder ser uma abertura para novos horizontes. Em segundo lugar, esperamos que, principalmente pela análise da realidade de exclusão, desrespeito e desvalorização que ainda rondam os negros no Brasil em relação a tudo que lhes diz respeito, que essa dissertação possa ser promotora de um conhecimento que proporcione uma mudança transformadora de mentalidade, produzindo influências para uma nova consciência histórica de respeito, tolerância, e superação dos preconceitos e violências devotados aos negros em sua cultura, história e religião, levando sempre em consideração que as RMA são parte integrante da pluralidade religiosa de nosso país.

Precisamos lembrar ainda que ao final dessa dissertação encontra-se disponível os Planejamentos das disciplinas de Ensino Religioso Escolar do Município de Uberlândia, bem como as Matrizes curriculares dos cursos de formação de professores das faculdades e Universidades consultadas, além das capas de identificação dos manuais dos cursos de formação de professores que conseguimos. Quanto ao material do Estado de Minas Gerais, por não termos conseguido materiais para consulta, infelizmente ficamos sem anexos. Já no tocante as escolas confessionais, por ter sido solicitado seu anonimato, também seus materiais não foram anexados.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

AMADO, Jorge. *O compadre de Ogum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BACELLAR, C. *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, C.B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: Rito Nango*. Nova Edição Revista e Ampliada. Tradução Maria Isaura Pereira de Quiroz. 1ª reimpressão. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2001.

BEZERRA, Edir Macedo. *Orixá, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?* Bispo Macedo. Rio de Janeiro- RJ: Universal Produções (Coleção Reino de Deus), 14ª Edição, 1990.

BIACA, Valmir. *O Legado das Religiões Afro-Brasileiras*. In: NIZER, Carolina do Rocio; SANTOS, Elói Correa dos; BIACA, Valmir; COSTA, Diná Raquel Daudt da. *Ensino Religioso: Diversidade Cultural e Religiosa*. CURITIBA- PR: SEED, 2013.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Prefácio*. In: JUNIOR, Vilson Caetano de Sousa. *Na Palma da Minha Mão: Temas afro-brasileiros e questões contemporâneas*. Salvador-BA: EDUFBA, 2011.

CABRAL, J. *Religiões, Seitas e Heresias- A luz da Bíblia*. (Coleção Reino de Deus), Rio de Janeiro-RJ: Universal Produções, 1980.

CARVALHO, Juliana B. BAIRRÃO, José Francisco M. H. 2A *'Vida Branca' do Feiticeiro Negro: Quimbanda em Ribeirão Preto*. X Seminário de Psicologia e Senso Religioso, Curitiba, PUCPR, 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. *Apresentação* In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN - 85-296-0038-X 278p. (Coleção Educação para Todos)

CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de História e Consciência Histórica*. Rio de Janeiro - RJ: Editora FGV, 2013.

CERRI, Luiz Fernando. *Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História*. *Revista de História Regional* 6(2): 93-112, Inverno 2001.

CRUZ, Marileia dos Santos. *Uma Abordagem Sobre a História da Educação dos Negros*. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN - 85-296-0038-X 278p. (Coleção Educação para Todos)

DANTAS, Douglas Cabral. *O Ensino Religioso na Rede Pública Estadual de Belo Horizonte, MG: História, modelos e percepções de professores sobre formação e docência*. Dissertação de Mestrado em Educação. Orientadora: Prof. Dra. Sandra de Fátima Pereira Tosta. Belo Horizonte Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2002 JUNIOR, Ademir Barbosa. *O Livro Essencial de Umbanda*. São Paulo-SP: Universo dos Livros Editora LTDA, 2014.

FILHO, Mario. *Chega de Estultice – estudo etimológico das palavras Umbanda e Kimbanda / Parte 1*. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/2017/05/15/chega-de-estultice-estudo-etimologico-das-palavras-umbanda-e-kimbanda-parte-1/> Acesso em: 26 fev. 2018 às 15h 52 min.

GEVAERD, Rosi. *A Ideia de Escravidão: Da narrativa do Manual Didático às Narrativas produzidas pelos Alunos*. In: BARCA, Isabel (Org.). *Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização*. Paraná: LAPEDUH. UFPR, 2011.

GILZ, Claudino. *O Livro Didático e o Ensino Religioso*. Disponível em: < <http://jointh.pucpr.br/>.> Acesso em: 25 jul. 2016.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: Leituras*. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

JUNIOR, Ademir Barbosa. *O Livro Essencial de Umbanda*. São Paulo-SP: Universo dos Livros Editora LTDA, 2014.

JUNIOR, Mario Teixeira de Sá. *Do Kimbanda à Quimbanda: encontros e desencontros*. Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História Volume 1, Número 3, Ano 2, Ago. 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/Cantareira>. Acesso em 13 set 2017, 14hs.

JUNIOR, Vilson Caetano de Sousa. *Na Palma da Minha Mão: Temas afro-brasileiros e questões contemporâneas*. Salvador-BA: EDUFBA, 2011.

JUNQUIRA, Sergio; WAGNER, Raul (Orgs.). *O Ensino Religioso no Brasil*. 2ª Ed. Revista e Ampliada. (Coleção Educação: Religião, 5). Curitiba: Editora PUCPR, 2011.

LIMA, Raquel Sousa. *O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve apresentação das ideias de materialismo cultural e experiência*. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e08a02.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016 as 16hs.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Umbanda- Série Princípios*. São Paulo-SP: Editora Ática, 1986.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. *Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil*. RBSE, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>. Acesso em 14 jan. 2017 as 16hs 53 min.

PEREIRA, Amílcar Araujo. *O Mundo Negro: A constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese de Doutorado-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. RJ: UFF. 2010.

PRISCO, Yá comendadora Carmen S. *As religiões de matriz africana e a escola: Guardiãs da Herança cultural, memória e tradição africana*. Praia Grande-SP: Ilê Asé e Instituto Oromilade, 2012.

ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN - 85-296-0038-X 278p. (Coleção Educação para Todos)

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os Africanos No Brasil*. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. *Saberes Sociais e Luta de Classes: Um estudo a partir da colônia de pescadores Artesanais z-16- Canetá/Pará*. Belém – PA: UFPA- Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, Renato Barbosa; SANCHES; Mario Antonio. *Cultura E Religião: Suas Peculiaridades E Efeitos Na Parentalidade*. III Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em Teologia e Humanidades, v.3, n.1, 2013. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/3jointh?dd1=7726&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em 14 jan. 2017 as 16hs 53 min.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A cultura como referência para investigação sobre consciência histórica: Diálogo entre Paulo Freire e Jörn Rüsen*. In: BARCA, Isabel. (Org.) *Educação e Consciência Histórica na Era de Globalização*. Braga: Universidade do Minho/Associação de Professores de História, 2011.

SILVA, M. Nilza; LARANJEIRA, Pires. *Do Problema da “Raça” às Políticas de Ação Afirmativa*. In: PACHECO, Jairo Queiroz, SILVA, Maria Nilza da (Org.). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SOUZA, Manoel Messias; JESUS, Maria de Fatima; CRUZ, Tatiane dos Santos. *História E Cultura Afro-Brasileira Na Escola: Lei 10.639/03*. Revista eletrônica da faculdade José Augusto Vieira- Ano V – Nº 07, Setembro de 2012 –ISSN -1983-1285.

TEIXEIRA, Talita Bender. *Trapo formoso: O vestuário na Quimbanda*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Instituto de filosofia e Ciências Humanas- Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2005.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p

THOMPSON, Vida e Obra. Disponível em : <https://geepathi.wordpress.com/2010/07/25/quem-foi-e-p-thompson/>. Acesso em 22 jan 2018 às 12h.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. 1. ed. São Paulo-SP: Ática, 2007.

Dicionário

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2ª reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Fontes de pesquisas

BASSI, Fabrício de Moura. *Planejamento Anual de Ensino Religioso: 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental*. Uberlândia-MG: CEMEPE, 2016.

BETARELLO, Jeferson. *Umbanda*. In: BORGES, Ângela Cristina; DIVINO, Harlen Cardoso; BETARELLO, Jeferson. *Ciências da Religião: Cosmovisão das Religiões Kardecismo, Umbanda, Candomblé e Cosmovisões Ameríndias*. Material didático do cursos de Licenciatura em Ciências da Religião 5º Período. Montes Claros-MG: Editora Unimontes, 2015.

BNCC, Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Ministério Da Educação. Governo Federal. Brasília. 2017.

BORGES, Ângela Cristina. Candomblé. In: BORGES, Ângela Cristina; DIVINO, Harlen Cardoso; BETARELLO, Jeferson. *Ciências da Religião: Cosmovisão das Religiões Kardecismo, Umbanda, Candomblé e Cosmovisões Ameríndias*. Material didático do curso de Licenciatura em Ciências da Religião 5º Período. Montes Claros-MG: Editora Unimontes, 2015.

CEM. Disponível em: <http://www.cenbrasil.org.br/adeptos-do-candomble-pedem-fim-da-violencia-contra-terreiros/>. Acesso em 03 fev. 2018 as 13hs.

CURSO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO LICENCIATURA-FURB. Disponível em: <http://www.furb.br/web/1771/cursos/graduacao/cursos/ciencias-da-religiao/apresentacao>. Acesso em 04 out.2017 às 15hs.

DCNERER. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília – DF. 2004. Disponível em. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018 as 16hs

JORNAL O DIA. Disponível em. <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-09-07/setimo-terreiro-e-depredado-em-nova-iguacu-nos-ultimos-meses.html>. Acesso em 03 fev. 2018 às 12hs.

NIZER, Carolina do Rocio; SANTOS, Elói Correa dos; BIACA, Valmir; COSTA, Diná Raquel Daudt da. *Ensino Religioso: Diversidade Cultural e Religiosa*. Livro didático. CURITIBA- PR. SEED, 2013.

PLANALTO. *LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997*. Disponível em. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm. Acesso em 08 set. 2017 às 15hs 05 min.

PLANALTO. *LEI Nº 10.639, DE 20 DEZEMBRO DE 2003*. Disponível em. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 14 jan. 2017 as 16hs 19 min.

PLANALTO. *LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008*. Disponível em. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em 14 jan. 2017 as 16hs 20 min.

SUÁREZ, Adolfo S. Ensino Religioso, 1º ao 3ºano do ensino médio/ Adolfo S. Suárez, Marcos De Benedicto, Rodrigo P. Silva. Volume 5 ao 12- Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

SUÁREZ, Adolfo S. Ensino Religioso, 6º ao 9ºano do ensino fundamental/ Adolfo S. Suárez, Marcos De Benedicto, Rodrigo P. Silva. Volume 5 ao 12- Tatui, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008. (Coleção Ensino Religioso Interativa).

SANTOS, Shirlene dos Passos Vieira. *Religiões Primitivas ou Tribais e Religiões Africanas*. In: PRATES, Admilson Eustáquio; DIVINO, Harlen Cardoso; SANTOS, Shirlene dos Passos Vieira. *Cosmovisão das religiões Africanas e Orientais*. Material Didático do curso de Licenciatura em Ciências da Religião 2º Período. Montes Claros-MG: Editora Unimontes, 2014.

ANEXOS

A-Matriz curricular do curso Ciências da Religião – Licenciatura. UENR

Curso: [101920-0] Ciências da Religião - Licenciatura					
Matriz Curricular: 2014.1 [Válida para ingressantes a partir de 2014.1]					
Campus/Cidade Campus Avançado de Natal					
Obrigatórias: 2985 horas					
Optativas: 150 horas					
Ativ. 200 horas					
Complementares:					
Total a integralizar: 3335 horas					
Eletivas: 240 horas					
Código	Disciplina/Atividade	CH	Aplicação	Situação	
01º Semestre					
0301003-1	Fundamentos da Psicologia	60	Teórica	Obrigatória	EM
0702037-1	Fundamentos de Filosofia	60	Teórica	Obrigatória	EM
0707001-1	Introdução às Ciências da Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM
0701012-1	Introdução às Ciências Sociais	60	Teórica	Obrigatória	EM
0401033-1	Produção Textual	60	Teórica	Obrigatória	EM
02º Semestre					
0702033-1	Filosofia das Tradições Religiosas I	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0707002-1	História das Religiões	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701159-1	História do Ensino Religioso no Brasil e no RN	60	Teórica	Obrigatória	EM
0707003-1	Oficina de Formação do Docente de Ensino Religioso	60	Prática	Obrigatória	EM
0301006-1	Organização do Trabalho Científico	60	Teórica	Obrigatória	EM
0707004-1	Sociologia da Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
03º Semestre					
0707005-1	Epistemologia e Metodologia do Ensino Religioso	60	Teórica	Obrigatória	EM
0702034-1	Filosofia das Tradições Religiosas II	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701158-1	História das Religiões no Brasil e no RN	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0707006-1	Oficina de Epistemologia e Metodologia do Ensino Religioso	60	Prática	Obrigatória	EM
0707007-1	Oficina de Psicologia da Educação	60	Prática	Obrigatória	EM
0301104-1	Psicologia da Educação	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
04º Semestre					
0707008-1	Antropologia da Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0301009-1	Didática	60	Teórica	Obrigatória	EM
0707009-1	Literatura e Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM
0707010-1	Oficina de Didática	60	Prática	Obrigatória	EM
0707011-1	Oficina de Letramento e Práticas Leitoras	60	Prática	Obrigatória	EM
0701157-1	Psicologia da Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701062-1	Teologia das Tradições Religiosas I	60	Teórica	Obrigatória	EM
05º Semestre					
0301021-1	Educação Especial	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0301014-1	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	60	Teórica	Obrigatória	EM
0707012-1	Oficina de Educação Especial	60	Prática	Obrigatória	EM
0701160-1	Orientação e Estágio Supervisionado em Ensino Religioso I	120	Teórica/Prática	Obrigatória	EM EM
0301008-1	Sociologia da Educação	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701063-1	Teologia das Tradições Religiosas II	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
06º Semestre					
0707013-1	Ecumenismo e Diálogo Interreligioso	60	Teórica	Obrigatória	EM
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	60	Teórica	Obrigatória	EM

0707014-1	Oficina de Tecnologias Educacionais	60	Prática	Obrigatória	EM
0701161-1	Orientação e Estágio Supervisionado em Ensino Religioso II	135	Teórica	Obrigatória	EM EM
0707015-1	Tecnologias Educacionais Aplicadas ao Ensino Religioso	60	Teórica	Obrigatória	EM
0701067-1	Textos Sagrados I	60	Teórica	Obrigatória	EM
07º Semestre					
0701147-1	Ética e Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701162-1	Orientação e Estágio Supervisionado em Ensino Religioso III	135	Teórica/Prática	Obrigatória	EM EM
0701078-1	Práticas Celebrativas nas Tradições Religiosas	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0707016-1	Projeto de Pesquisa em Ciências da Religião	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701068-1	Textos Sagrados II	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
08º Semestre					
0701073-1	Hermenêutica das Escrituras Sagradas	60	Teórica	Obrigatória	EM EM
0701163-1	Orientação e Estágio Supervisionado em Ensino Religioso IV	135	Teórica	Obrigatória	EM EM
0707017-1	Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências da Religião	60	Teórica/Prática	Obrigatória	EM EM
Outros Componentes					
0701148-1	Arte e Sagrado	30	Teórica	Optativa	EM
0701149-1	Avaliação do Processo Educativo	30	Teórica	Optativa	EM
0707018-1	Campo Religioso Brasileiro	30	Teórica	Optativa	EM
0701150-1	Cinema e Religião	30	Teórica	Optativa	EM
0701151-1	Correntes Teológicas da América Latina	30	Teórica	Optativa	EM
0701088-1	Cultura Brasileira	60	Teórica	Optativa	EM
0901061-1	Direitos Humanos	60	Teórica	Optativa	EM
0805018-1	Educação à Distância	60	Teórica	Optativa	EM EM
0701152-1	Ensino Religioso e Educação de Jovens e Adultos	30	Teórica	Optativa	EM
0701153-1	Espaço e Religião	30	Teórica	Optativa	EM
0707019-1	Fenomenologia da Religião	30	Teórica	Optativa	EM
0707020-1	Filosofia da Linguagem Aplicada as Ciências da Religião	30	Teórica	Optativa	EM
0701154-1	Grandes Correntes de Espiritualidade	30	Teórica	Optativa	EM
0701155-1	História do Sobrenatural	30	Teórica	Optativa	EM
0701156-1	História e Cultura Afro-Brasileiras	30	Teórica	Optativa	EM EM
0402026-1	Língua Inglesa Instrumental I	60	Teórica	Optativa	EM
0402109-1	Língua Inglesa Instrumental II	60	Teórica	Optativa	EM
0707021-1	Mística Comparada	30	Teórica	Optativa	EM
0707022-1	Mitos e Mitologia	30	Teórica	Optativa	EM
0701134-1	Movimentos Sociais e Fenômeno Religioso	30	Teórica	Optativa	EM
0707023-1	Pesquisa Etnográfica e Religião	30	Teórica	Optativa	EM
0701135-1	Psicopedagogia Aplicada ao Ensino Religioso	30	Teórica	Optativa	EM
0707024-1	Religião e Espaço Público	30	Teórica	Optativa	EM
0701170-1	Religiosidade Popular Brasileira	30	Teórica	Optativa	EM
0707025-1	Ritos Fúnebres e Processos de Luto	30	Teórica	Optativa	EM
0707026-1	Saúde e Espiritualidade	30	Teórica	Optativa	EM
0707027-1	Tópicos Especiais em Ciências da Religião I	30	Teórica	Optativa	EM
0707028-1	Tópicos Especiais em Ciências da Religião II	30	Teórica	Optativa	

B- Matriz curricular do curso Ciências da Religião – Licenciatura. UEPA.

LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Desenho Nº 28)

CÓDIGO	DISCIPLINAS	Créditos / CH sem	CARGA HORÁRIA		
			Teórica	Prática	TOTAL
1ª SÉRIE					
DFCS 0701	Hermenêutica dos Livros Sagrados do Judaísmo e do Cristianismo: Torá e Antigo Testamento	02	80	-	80
DFCS 0702	História das Crenças Religiosas Antigas: África, Europa e América	02	80	-	80
DFCS 0201	Introdução à Filosofia	02	80	-	80
DFCS 0531	Metodologia Científica	02	40	40	80
DFCS 0705	Antropologia Cultural	02	40	40	80
DLLT 0907	Produção e Recepção de Texto	02	40	40	80
DPSI 0210	Psicologia da Educação	03	80	40	120
DEES 0315	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	02	40	40	80
DEDG 0613	Prática Pedagógica I	02	-	80	80
DEDG 0704	Atividade Complementar I	02	-	80	80
SUB-TOTAL		20	480	320	800
2ª SÉRIE					
DFCS 0718	Hermenêutica dos Livros Sagrados do Cristianismo: Novo Testamento	02	80	-	80
DFCS 0719	História das Religiões Orientais	02	80	-	80
DFCS 0722	Pesquisa Educacional	03	80	40	120
DFCS 0802	Antropologia da Religião	02	40	40	80
DFCS 0318	Introdução à Sociologia	02	80	-	80
DEDG 0214	Didática	02	40	40	80
DFCS 0216	Filosofia da Educação	02	40	40	80
DEDG 0633	Prática Pedagógica II	03	-	120	120
DEDG 0702	Atividade Complementar II	02	-	80	80
SUB-TOTAL		21	440	400	840
3ª SÉRIE					
DFCS 0720	Hermenêutica dos Livros Sagrados do Islamismo (Corão) e do Hinduísmo (Vedas)	02	80	-	80
DFCS 0721	História do Judaísmo e do Cristianismo	02	80	-	80
DFCS 0809	Epistemologia do Fenômeno Religioso	02	80	-	80
DPSI 0310	Psicologia e Religiosidade	02	40	40	80
DFCS 1001	Tópicos de Religiosidade Brasileira e da Cultura Amazônica	03	80	40	120

DFCS 0322	Sociologia da Religião	02	80	-	80
DEDG 0543	Metodologia da Educação Religiosa	02	40	40	80
DEDG 0630	Prática de Ensino I (Estágio Supervisionado)	05	-	200	200
DEDG 0334	Prática Pedagógica III	02	-	80	80
SUB-TOTAL		22	480	400	880
4ª SÉRIE					
DFCS 0723	Hermenêutica dos Livros Sagrados das Religiões Orientais e Contemporâneas	02	80	-	80
DFCS 0724	História das Crenças Religiosas Contemporâneas	02	80	-	80
DFCS 0221	Filosofia da Religião	02	80	-	80
DFCS 1002	Ética e Tradições Religiosas	02	80	-	80
DEDG 0631	Prática de Ensino II (Estágio Supervisionado)	05	-	200	200
DEDG 0634	Prática Pedagógica IV	03	-	120	120
DEDG 0703	Atividade Complementar III	01	-	40	40
SUB-TOTAL		17	320	360	680
TOTAL GERAL			3.200		



Foto Mácio Ferreira

C- Matriz curricular do curso Ciências da Religião – Licenciatura. FURB.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA COMUNICAÇÃO
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO - Licenciatura

Cód. 2012.1.138-0

Segunda Versão

Fase	Componente Curricular	Carga-Horária				
		Científico-Culturais		PCC	Total	Créditos
		Teórica	Prática			
I	Ensino Religioso no Brasil I	54	0	18	72	4
	Filosofia e Humanidade	72	0	0	72	4
	Educação e Interculturalidade	54	0	18	72	4
	Culturas e Fenômenos Religiosos	54	0	18	72	4
	Sociedades, Religiões e Territórios	72	0	0	72	4
	Produção de Texto I - EAL	18	0	18	36	2
	Educação Física - Prática Desportiva I	0	36	0	36	2
	Total	324	36	72	432	24
II	Produção de Texto II - EAL	18	0	18	36	2
	Pesquisa em Educação - EAL	18	0	18	36	2
	Direitos Humanos e Educação	54	0	18	72	4
	Cosmovisão das Religiões e dos Movimentos Religiosos	54	0	18	72	4
	Diálogos Interculturais e Diversidade Religiosa	54	0	18	72	4
	Arte, Cultura e Religião	18	0	18	36	2
	Introdução aos Textos e Narrativas Sagradas	72	0	0	72	4
	Educação Física - Prática Desportiva II	0	36	0	36	2
	Total	288	36	108	432	24
III	Currículo e Didática - EAL	54	0	18	72	4
	Metodologia do Ensino Religioso I	54	0	18	72	4
	Psicologia da Educação - EAL	54	0	18	72	4
	Textos e Narrativas Sagradas Indígenas	72	0	0	72	4
	Histórias Religiosas da América Latina	72	0	0	72	4
	Ensino Religioso no Brasil II	18	0	18	36	2
		Total	324	0	72	396
IV	Humanidade, Educação e Cidadania - EAL	54	0	18	72	4
	Desenvolvimento Humano e Religiosidade	54	0	18	72	4
	Textos e Narrativas Sagradas Africanas	72	0	0	72	4
	Epistemologias e Fenômenos Religiosos	54	0	18	72	4
	Gestão, Planejamento e Avaliação Educacional	18	0	18	36	2
	Estágio em Ensino Religioso I	36	36	0	72	4
		Total	288	36	72	396
V	Políticas Públicas, História e Legislação de Ensino - EAL	54	0	18	72	4
	Textos e Narrativas Sagradas Orientais	72	0	0	72	4
	Metodologia do Ensino Religioso II	54	0	18	72	4
	LIBRAS - EAL	72	0	0	72	4
	Estágio em Ensino Religioso II	36	72	0	108	6
		Total	288	72	36	396
VI	Textos e Narrativas Sagradas Semitas	72	0	0	72	4
	Disciplina Optativa I - EAL	72	0	0	72	4
	Éticas	72	0	0	72	4
	História da Educação	54	0	18	72	4
	Estágio em Ensino Religioso III	36	72	0	108	6
		Total	306	72	18	396
VII	Educação Inclusiva	54	0	18	72	4
	Pesquisa em Ensino Religioso	54	0	18	72	4
	Estágio em Ensino Religioso IV	36	72	0	108	6
	Estética, Ética e Formação Docente	54	0	18	72	4
	Linguagens e Fenômenos Religiosos	54	0	18	72	4
		Total	252	72	72	396

VIII	Movimentos Sociais e Espiritualidades	54	0	18	72	4
	Estágio em Ensino Religioso V	18	72	0	90	5
	Religião, Ciência e Tecnologia	54	0	18	72	4
	Meio Ambiente, Sociedades e Tradições Religiosas	72	0	0	72	4
	Fenômenos Religiosos e Desafios Contemporâneos	54	0	18	72	4
	Total	252	72	54	378	21
AACC - Atividades Acadêmico-Científico-Culturais ⁽¹⁾		252	0	0	252	14
TOTAL		2574	386	504	3474	193

Carga-horária	Geral do Curso	3474
	Científico-Culturais	2160
	Prática como Componente Curricular - PCC	504
	Estágio Curricular Supervisionado	486
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	252
	PDE	72

(1) O aluno deverá cumprir 252 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
Válida para os alunos ingressantes no curso a partir de 2012-1.

Disciplinas Optativas

Fase	Componente Curricular	Carga-Horária				Créditos
		Científico-Culturais		PCC	Total	
		Teórica	Prática			
VI	Tecnologias Educacionais e Aprendizagens	72	0	0	72	4
	Alfabetização e Letramento	72	0	0	72	4
	Mobilidade Humana e Fenômenos Religiosos	72	0	0	72	4

**UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIVISÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Curso: Ciências da Religião - Licenciatura

Matriz Curricular (2012.1.138-0) Segunda Versão

Aprovada pelo Parecer CEPE nº 212/2011 (Processo CEPE nº 179/2011).

Alterada a nomenclatura do Curso de acordo com a Resolução nº 64/2016.

ALEXANDER ROBERTO VALDAMERI

Chefe da Divisão de Políticas Educacionais

Blumenau, 06 de junho de 2017.

Registro 195

D- Planejamento de Ensino Religioso da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia- 6º ao 9º.



Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz	E. M. Amanda Carneiro Teixeira
Edna Maria dos Santos	E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
Gabriela da Rocha Graciano de Melo	E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
Jemmerson Antonio de Souza	E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
Maria Cristina da Silva	E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
Marly Guedes da Silva	E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
Rosana Vieira Bastos	E. M. do Bairro Shopping Park
Rosângela Helena Carneiro	E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
Telma Dâmaso da Silva	E. M. Professor Ladário Teixeira
Saulo Francisco Cardoso Silvestre	E.M. Professora Maria Leonor

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2016

6º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e **Jornal Mundo Jovem**, dentre outros.

Planejamento Anual Ensino Religioso – 2016

6º ano

Página 1

6º Ano

1) TEMA GERAL: Diversidade Cultural e Religiosa

Sub-temas:

- 1º Bimestre: O que é religião? O universo religioso presente na sala de aula.
- 2º Bimestre: Religiosidade Indígena
- 3º Bimestre: Direitos Humanos
- 4º Bimestre: Diálogo Inter-religioso

2) OBJETIVOS GERAIS:

- Constatar que a religiosidade é inata ao ser humano e determina sua busca incansável pelo transcendente;
- Reconhecer que a diversidade cultural e religiosa existe e possui suas particularidades que contribuem para uma convivência positiva na sociedade.
- Trabalhar a autoestima e fazer um acolhimento para esse novo ciclo que se inicia;
- Conscientizar do meio em que o educando faz parte, suas relações e como pode contribuir para transformação da sua realidade;
- Conhecer e respeitar as diferenças presentes na sala e aula.
- Proporcionar aos alunos possibilidades para autoconhecimento e afirmação de sua própria identidade.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: O que é religião?

- 3.1.1. A importância da Educação Religiosa no espaço escolar
- 3.1.2. Qual é o sentido da religião para o ser humano?
- 3.1.3. Definição de religião (doutrina, teologia, rito e culto).
- 3.1.4. Diferença entre religião e filosofia de vida.
- 3.1.5. Religiosidade x Espiritualidade. (diferenciar espiritismo de espiritualismo);
- 3.1.6. Conceitos de Transcendente e Sagrado
- 3.1.7. Para que serve a religião?
- 3.1.8. Liberdade de crença e culto religioso
- 3.1.9. Diferença de Monoteísmo e Politeísmo.
- 3.1.10. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Subtema: Religiosidade Indígena

- 3.2.1. As raízes do Brasil
- 3.2.2. O destino dos mortos
- 3.2.3. O que é sagrado para os índios
- 3.2.4. Ética Indígena
- 3.2.5. Pajelança
 - 3.2.5.1. O uso das ervas e os rituais
- 3.2.6. A terra e os índios
- 3.2.7. Arte sacra: cultura material e imaterial
- 3.2.8. Um prêmio Nobel entre os indígenas
- 3.3. Datas cívicas e comemorativas

3.3. - 3.º Bimestre – Subtema: Direitos Humanos

- 3.3.1. Os direitos que são de todos
- 3.3.2. As raízes desse direito
- 3.3.3. A Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 3.3.4. Os direitos humanos em nosso país.
- 3.3.5. A Declaração dos Direitos das Crianças
- 3.3.6. Educação quilombola, indígena, povos das florestas, do campo e ciganos.
- 3.3.7. Direitos e deveres: Artigos. 3º, 7º, 11º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 53º, 71º da Lei nº 8069 de 13/07/90 - ECA;
- 3.3.8. Datas cívicas e comemorativas

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Diálogo Inter-religioso

- 3.4.1. Ecumenismo x Diversidade Religiosa.
- 3.4.2. Manifestações culturais-religiosas locais, regionais e nacionais.
- 3.4.3. Fenômenos de intolerância religiosa (fundamentalismo, guerras e conflitos religiosos, liberdade de culto e de crença);
- 3.4.4. Datas cívicas e comemorativas.

7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BRAGA, João Viane; NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em: 22.Dez.2012.

_____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar**. MEC/SEDH, 2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

CARNIATO, Maria Inês. **Coleção Ensino Religioso Fundamental**. 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CISALPINO, Murilo. **Religiões**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos: Ensino Religioso – 1º ao 9º ano do ensino Fundamental**. Editora Moderna Org. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009

GARDER, Jostein e outros. **O livro das religiões**. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas**. Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2002.



Jornal Mundo Jovem. Disponível em : < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em :25.Jan.2013.

Jornal o Transcendente. ano 3 p.10 e 11 ago/set e out/nov..2009.

NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v 6. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php > Acesso em 29 dez. 2010.

PASSOS, J. D. Ensino religioso. Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.


_____. **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR,2009

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso**. As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.


SOUZA, Guida Weber. **Redescobrimo o universo religioso: Ensino Fundamental**. v. 2.EdVozes, 2007

WILGES, I. Cultura religiosa. As religiões do mundo. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.


<http://ensinoreligiososlg.blogspot.com.br/search/label/Fam%C3%ADlia>



**PREFEITURA DE
UBERLÂNDIA**
POR UMA CIDADE EDUCADORA



CEMEPE
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS
JULIETA DINIZ - CEMEPE



NEF

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julietta Diniz* - CEMEPE

"Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo" - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabrício de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz	E. M. Amanda Carneiro Teixeira
Edna Maria dos Santos	E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
Gabriela da Rocha Graciano de Melo	E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
Jemerson Antonio de Souza	E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
Maria Cristina da Silva	E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
Marly Guedes da Silva	E. M. Professora Cecy Cardoso Porfírio
Rosana Vieira Bastos	E. M. do Bairro Shopping Park
Rosângela Helena Carneiro	E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
Telma Dâmaso da Silva	E. M. Professor Ladário Teixeira
Saulo Francisco Cardoso Silvestre	E.M. Professora Maria Leonor

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2016
7º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Camiato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e **Jornal Mundo Jovem**, dentre outros.

Planejamento Anual Ensino Religioso – 2016
7º ano

Página 1

7º Ano
1) TEMA GERAL: A Humanidade e o Sagrado**Sub-temas:**

1º Bimestre: Relacionamento Familiar

2º Bimestre: Islamismo

3º Bimestre: Contribuições Africanas e Indígenas

4º Bimestre: Cristianismo

2) OBJETIVOS GERAIS :

- Buscar a integração dos alunos, através do conhecimento e a experiência da vida humana em âmbito pessoal, comunitário, cultural e universal, levando-os a refletir e compreender o seu “eu” no contexto social e religioso;
- Entender a diversidade religiosa, e suas implicações no meio em que ela existe;
- Resgatar conceitos de Transcendência e sagrado;
- Conscientizar do meio em que o educando faz parte, suas relações e como pode contribuir para transformação da sua realidade.

3) CONTEÚDOS:**3.1 - 1º Bimestre – Subtema: Relacionamento Familiar**

3.1.1. Tipos de Família

3.1.2. Puberdade e Adolescência: mudanças físicas, sociais e psicológicas.

3.1.3. Gravidez na adolescência

3.1.4. Sexualidade e Afetividade (Autoestima e aceitação do corpo);

3.1.5. Direitos e deveres dos membros da família:

3.1.5.1. Estatuto dos Idosos.

3.1.5.2. Estatuto da Criança e do Adolescente;

3.1.6. Datas cívicas e comemorativas.



3.2. - 2º Bimestre – Religião com origem no Oriente Médio: Islamismo

- 3.2.1. Origem;
- 3.2.2. Mitos;
- 3.2.3. Símbolos;
- 3.2.4. Ritos;
- 3.2.5. Valores;
- 3.2.6. Principais fundadores, líderes;
- 3.2.7. Textos sagrados;
- 3.2.8. Principais festas;
- 3.2.9. Antropocentrismo x Teocentrismo;
- 3.2.10. Datas cívicas e comemorativas.

Sugestão: trabalhar em parceria com o professor (a) de História e Geografia

3.3. - 3º Bimestre – Subtema: Contribuições Africanas e Indígenas na religiosidade brasileira

- 3.3.1. Manifestações Culturais Afrodescendentes Regionais
- 3.3.2. Congado, Folia de Reis e Capoeira.
- 3.3.3. Contribuições Indígenas e Africanas para a Cultura Brasileira
- 3.3.4. Carta da Terra
- 3.3.5. Concepções de Sacralidade da Natureza
- 3.3.6. Lugares Sagrados
- 3.3.7. Símbolos Religiosos Universais: sol, árvore, água...
- 3.3.8. A gastronomia nas tradições religiosas e suas influências na culinária brasileira;
- 3.3.9. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Cristianismo

- 3.4.1. Conceituação
 - 3.4.1.1. Origem, significado do termo e fundador
 - 3.4.1.2. Mitos e Ritos
 - 3.4.1.2.1 Crenças e símbolos
 - 3.4.1.3. Livro sagrado
 - 3.4.1.4. Localidade e número de seguidores
 - 3.4.1.5. Nome do transcendente.
- 3.4.2. Principais festas;
- 3.4.3. Datas cívicas e comemorativas.



7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

Bayer HealthCare (Programa de Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva)
Disponível em: < www.programa.ato.com.br > Acesso em: 22. Dez.2012

BRAGA, João Vianei; NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v.6 Petrópolis: Editora Vozes, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em:22.Dez.2012.

_____. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar**.MEC/SEDH,2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília:MEC/SEF, v. 10, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Facciolo de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas:UNICAMP, 1999.

CARNIATO, Maria Inês. **Nossa opção religiosa: 8ª série**. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

_____. **Coleção Ensino Religioso Fundamental**.1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.São Paulo: Editora Paulinas,2010.

CISALPINO, Murilo. **Religiões**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.



ECA E LEGISLAÇÃO. Disponível em: <www.promenino.org.br>. Acesso em 25. Jan.2013.

GARDER, Jostein e outros. **O livro das religiões.** São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas** Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2002.

HADAS-LEBEL, Mireille. Flávio Josefo, o judeu de Roma. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.)

Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

INCONTRI, D. e BIGHETO, A.C. **Todos os jeitos de crer: Ensino Inter-Religioso.** Vols. 02 e 03.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em : < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em :25.Jan.2013.

Jornal o Transcendente Ano 3 ns. 10 e 11 ago/set e out/nov. 2009.

LOPES, Cida. **Coleção Sexo e Sexualidade.** 12. vls.Santa Catarina:Brasileitura,2006.

MATTHEWS, Deborah P. **Coleção Educação Sexual: Educação Sexual, perguntas e respostas para crianças a partir de 10 anos.** v.2. Tradução da Editora EKO. Santa Catarina: Editora Eko,1992. Título original:SeKsuel e voorlichinting invraagen em antwoord.

MEYER, Dagmar E. Estermann (org.). **Saúde e Sexualidade na escola.** Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica, v. 4)

_____: SOARES, Rosângela (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004

NORLOCH, Rogério. **Redescobrimdo o universo religioso.** v. 7. Petrópolis: Editoras Vozes, 2007.

_____. **Redescobrimdo o Universo Religioso.** v. 6 – Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PASSOS, J. D. **Ensino religioso.** Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na Escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação.** São Paulo: Paulinas, 2007. 311p.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa.** Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z.** Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Revista Interações – Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em: < <http://www.catolicaonline.com.br/portal/setor-de-publicacoes/portal-de-revistas-da-faculdade-catolica> >. Acesso em: 12. Jan.2013.

ROMANIO, Adilson Miguel. **Redescobrimdo o universo religioso**. v 7. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso**. As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

VILHENA, M. A. **Ritos: expressões e propriedades**. São Paulo: Paulinas, 2005.

WILGES, I. Cultura religiosa. As religiões do mundo. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

DUPUIS, JACQUES. **O cristianismo e as religiões: do desencontro ao encontro.**; São Paulo: Loyola, 2004.



Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Julieta Diniz* - CEMEPE

"Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo" - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabricio de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz	E. M. Amanda Cameiro Teixeira
Edna Maria dos Santos	E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
Gabriela da Rocha Graciano de Melo	E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
Jemmerson Antonio de Souza	E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
Maria Cristina da Silva	E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
Marly Guedes da Silva	E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
Rosana Vieira Bastos	E. M. do Bairro Shopping Park
Rosângela Helena Cameiro	E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
Telma Dâmaso da Silva	E. M. Professor Ladário Teixeira
Saulo Francisco Cardoso Silvestre	E.M. Professora Maria Leonor

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2016

8º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série; **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e **Jornal Mundo Jovem**, dentre outros.

8º Ano**1) TEMA GERAL:** Valores Humanos e Religiosidade

Subtemas:

1º Bimestre: As religiões afro-brasileiras e o Espiritismo

2º Bimestre: Religião com origem na Índia: Hinduísmo e Budismo. (Cultura e a história destas religiões).

3º Bimestre: As Religiões e a Arte

4º Bimestre: Compromisso Pessoal e Responsabilidade Social

2) OBJETIVOS:

- Conhecer as diferentes culturas / tradições religiosas de origem oriental;
- Compreender as diferentes maneiras de crer e se praticar o amor, a solidariedade e o respeito entre os indivíduos e seu universo social;
- Se posicionar de forma afirmativa a respeito da sua identidade e do seu meio;
- Buscar a integração dos alunos, através do conhecimento e a experiência da vida humana em âmbito pessoal, comunitário, cultural e universal, levando-os a refletir e compreender o seu "eu" no contexto social e religioso;
- Entender a diversidade religiosa, e suas implicações no meio em que ela existe;
- Resgatar conceitos de Transcendência e sagrado;
- Conscientizar do meio em que o educando faz parte, suas relações e como pode contribuir para transformação da sua realidade.

3) CONTEÚDOS:

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: As religiões Afro-Brasileiras

- 3.1.1. A presença africana no mundo
- 3.1.2. A religião dos Orixás
- 3.1.3. Umbanda: uma proposta de união
- 3.1.4. Sincretismo religioso
- 3.1.5. Candomblé, ramificações e seitas (quimbanda).
- 3.1.6. O respeito à Diversidade e opção religiosa;
- 3.1.7. Datas cívicas e comemorativas.

3.1.1. Subtema: Espiritismo

- 3.1.1.1. Origem;
- 3.1.1.2. Fundadores e importantes líderes;
- 3.1.1.3. O que significa lei natural? As leis em que os espíritas crêem.
- 3.1.1.4. Lema da casa espírita “Fora da caridade não há salvação”; Organização da casa espírita.
- 3.1.1.5. Mediumidade e manifestações mediúnicas.
 - 3.1.1.5.1. Ritos: prece, passe, água fluidificada, ambientalização, casa e centro (locais de práticas), medicina espiritual;
- 3.1.1.6. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Subtemas: Religião com origem na Índia: Hinduísmo e Budismo

- 3.2.1. Origem;
- 3.2.2. Mitos;
- 3.2.3. Símbolos;
- 3.2.4. Ritos;
- 3.2.5. Valores;
- 3.2.6. Principais fundadores, líderes;
- 3.2.7. Textos sagrados;
- 3.2.8. Principais festas;
- 3.2.9. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre – Subtemas: As Religiões e a Arte

- 3.3.1. Musicalidade;
- 3.3.2. Artes plásticas;
- 3.3.3. Artes cênicas;
- 3.3.4. Dança;
- 3.3.5. Cinema;
- 3.3.6. As religiões e os meios de comunicação;
- 3.3.7. A arte na religiosidade indígena brasileira;
- 3.3.8. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Compromisso Pessoal e Responsabilidade Social

3.4.2. Identidade Pessoal x Identidade Social;

3.4.3. Dependência Química;

3.4.4. Inclusão e Exclusão Social;

3.4.5. Protagonismo Juvenil (voluntariado);

3.4.6. Convenção da ONU sobre as Pessoas com Deficiência;

3.4.7. Estatuto Igualdade Racial

3.4.8. Exploração do trabalho Infantil e descumprimento do E.C. A no Brasil;

3.4.9. Datas civis e comemorativas.

4) METODOLOGIA - o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Pannel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.



PREFEITURA DE
UBERLÂNDIA
POR UMA CIDADE EDUCADORA



7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BRAGA, João Vianei; NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v 5. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm >. Acesso em: 22.Dez.2012.

_____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolar**. MEC/SEDH,2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

CARNIATO, Maria Inês. **Nossa opção religiosa**. V. IV/ 8ª série. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.

_____. **Coleção Ensino Religioso Fundamental**. 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CISALPINO, Murilo. **Religiões**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

ECA E LEGISLAÇÃO. Disponível em: <www.promenino.org.br>. Acesso em 25. Jan.2013.

EDITORA MODERNA. **Coleção Entre Amigos: Ensino Religioso – 1º ao 9º ano do ensino Fundamental**. Editora Moderna Org. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

Especial Arte e Religião. Disponível em: < <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/200705-artereligiao.php> >. Acesso em: 22. Jan.2012

GARDER, Jostein et al. **O livro das religiões**. São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle G. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas**. Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda, 2002.

INCONTRI, Dora. CESAR, Alessandro. **Todos os jeitos de crer**. VIII. São Paulo: Editora Ática, 2006.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em: < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em :25.Jan.2013.

Jornal o Transcendente. Ano 3 p.10 e 11 ago/set e out/nov.,2009.

JUNIOR, Giovanni Salera. Arte e Religião. Disponível em < <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/1713425> >. Acesso em : 26.Jan.2013.

NARLOCH, Rogério Francisco. **Redescobrimo o universo religioso**. v 8. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **NORLOCH, Rogério. Redescobrimo o universo religioso**. Vol. 7. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em:< <http://www.bengalalegal.com/convencao.php> > Acesso em 17. Dez.2010.

PAIM, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. Senado Federal. Brasília, 2006

PASSOS, J. D. Ensino religioso. Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%B5es_de_matriz_africana >. Acesso em 25. Jan.2013

Religiões de matrizes Afro-brasileiras. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=EAs85nKjdEk> >. Acesso em 25. Jan.2013. (video youtube).

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa**. Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z**. Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Revista Interações – Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em: < <http://www.catolicaonline.com.br/portal/setor-de-publicacoes/portal-de-revistas-da-faculdade-catolica> >. Acesso em: 12. Jan.2013.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso**. As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.



Prefeitura Municipal de Uberlândia
Secretaria Municipal de Educação
Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais *Juliete Diniz* - CEMEPE

“ Professor nenhum é dono de sua prática se não tem em mãos, a reflexão sobre a mesma. Não existe ato de reflexão, que não nos leve a constatações, dúvidas e descobertas e, portanto, que não nos leve a transformar algo em nós, nos outros e no mundo ” - Madalena Freire

Professor formador de área: Fabricio de Moura Bassi

Professores:

Dayse Gonçalves da Cruz	E. M. Amanda Carneiro Teixeira
Edna Maria dos Santos	E.M. Professor Domingos Pimentel de Ulhôa
Gabriela da Rocha Graciano de Melo	E. M. Professor Leôncio do Carmo Chaves
Jemmerson Antonio de Souza	E.M. Profª. Maria Regina Arantes Lemes
Maria Cristina da Silva	E. M. Professor Otávio Batista Coelho Filho
Marly Guedes da Silva	E. M. Professora Cecy Cardoso Porfirio
Rosana Vieira Bastos	E. M. do Bairro Shopping Park
Rosângela Helena Carneiro	E. M. Dr. Joel Cupertino Rodrigues
Telma Dâmaso da Silva	E. M. Professor Ladário Teixeira
Saulo Francisco Cardoso Silvestre	E.M. Professora Maria Leonor

PLANEJAMENTO ANUAL ENSINO RELIGIOSO – 2016

9º ANO

Desde o ano de 2008, os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino estão elaborando, coletivamente o planejamento anual deste componente curricular para ser utilizado em toda a rede. Lembramos, porém, que todo planejamento deve ser flexível, passível de alterações pelas demandas da comunidade escolar.

A dinâmica para a elaboração deste planejamento leva em consideração a aplicabilidade no transcorrer de todo o ano letivo. Professores, pais, gestores e especialistas da educação possuem autonomia para fazerem adequações, bem como apontamentos pertinentes à realidade local, desde que em consonância com as diretrizes e legislações vigentes para esta área do conhecimento.

Ao final de cada ano letivo, geralmente são destinados alguns dias para a revisão, apresentação, discussão e plenária destes planejamentos. Estes são reelaborados para o ano seguinte, considerando as adequações, bem como os apontamentos mencionados. A realização deste trabalho conta com o acompanhamento do professor(a) formador(a) de área e com a participação dos professores de Ensino Religioso e outros profissionais presentes.

Foi utilizado como suporte para elaboração, vasto referencial teórico. Dentre eles: **Editora Paulinas** – Autora: Maria Inês Carniato; Livros da Pré-Escola à 8ª série: **Redescobrimo o Universo Religioso** – Editora Vozes – Volumes 1 ao 9; **Todos os Jeitos de Crer** – Volumes 1 ao 4 – Editora: Ática; **Cadernos de Estudos para o Ensino Religioso** elaborados pelo Fórum Permanente do Ensino Religioso – FONAPER; o **Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**; **PCNERS** do Ensino Religioso; Revista **Diálogo** e **Jornal Mundo Jovem**, dentre outros.

9º Ano

1) **TEMA GERAL:** Pluralismo religioso e opção religiosa – O transcendente na vida de cada um (a)

Subtemas:

1º **Bimestre:** As tradições religiosas e o compromisso social e Judaísmo;

2º **Bimestre:** Ética, Cidadania e Meio Ambiente;

3º **Bimestre:** Religiões Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo). Filosofias de vida e novas tendências religiosas.

4º **Bimestre:** Opção religiosa e pela vida.

2) **OBJETIVOS:**

- Compreender e respeitar a diversidade religiosa, assim como a forma em que cada um vem ou não praticá-la.

3) **CONTEÚDOS:**

3.1. - 1º Bimestre – Subtema: As tradições religiosas e o compromisso social.

3.1.1. Religião x Religiosidade;

3.1.2. Fé X Razão

3.1.3. Os valores nas instituições laicas e religiosas;

3.1.4. Papel social das religiões;

3.1.5. O respeito a religiosidade afrobrasileira, africana e indígena.

3.1.6. Datas cívicas e comemorativas.

3.1.1. Subtema: Judaísmo

3.1.1. Conceituação

3.1.1. Origem, significado do termo e fundador

3.1.2. Principais crenças e símbolos

3.1.3. Localidade e número de seguidores

3.1.4. Nome do transcendente e do livro sagrado

3.1.5. Principais festas

3.1.6. Holocausto (**Sugestão de Filmes:** A vida é Bela , Menino do Pijama Listrado, O diário de Anne Frank).

3.1.7. Datas cívicas e comemorativas.

3.2. - 2º Bimestre – Tema: Ética, Cidadania e Meio Ambiente

3.2.1. Relação Ética e Moral

3.2.2. A ética nas tradições religiosas

3.2.3. Cidadania – ECA; Estatuto do Idoso; Código Defesa do Consumidor

3.2.4. Afetividade e Sexualidade na matriz religiosa brasileira

3.2.5. Datas cívicas e comemorativas.

3.3. - 3º Bimestre – Tema: Religiões Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo) e Filosofias de vida e novas tendências religiosas (Seitas).

- 3.3.1. Liberdade religiosa e de crença;
- 3.3.2. Seitas e formação de novos movimentos religiosos;
- 3.3.3. Filosofias de vida;

3.3.4. Religiões do Extremo Oriente (Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo)

- 3.3.4.1. Origem
- 3.3.4.2. Mitos
- 3.3.4.3. Símbolos
- 3.3.4.4. Ritos
- 3.3.4.5. Valores
- 3.3.4.6. Principais fundamentos
- 3.3.4.7. Líderes
- 3.3.4.8. Textos sagrados
- 3.3.4.9. Principais festas religiosas
- 3.3.4.10. Datas cívicas e comemorativas.

3.4. - 4º Bimestre – Subtema: Opção religiosa e pela vida.

- 3.4.1. Opção pela vida (entorpecentes lícitos e ilícitos)
 - 3.4.1.1 A cultura de morte: a banalização e a dessacralização da vida.
 - 3.4.1.2 As tradições religiosas como opção pela vida.
- 3.4.2. Ressacralização da realidade (como remédio a inanição por falta do sagrado).
- 3.4.3 Ética universal, ética religiosa e ética pessoal.
 - 3.4.3.1 Sexualidade
 - 3.4.3.2 Aborto
 - 3.4.3.3 Eutanásia
 - 3.4.3.4 Pena de morte.
 - 3.4.3.5. Orientação sexual e Homofobia.
 - 3.4.3.6. Datas cívicas e comemorativas.

4) METODOLOGIA: o ensino do conteúdo programático será feito através de:

- Aulas expositivas;
- Seminários organizados pelos alunos;
- Painéis informativos;
- Teatro;
- Rodas de Conversa;
- Dinâmicas;
- Utilização de Recursos audiovisuais;
- Pesquisa em bibliográficas e multimídias;
- Aulas em campo (passeios, excursões e atividades fora da sala de aula);
- Aulas dialogadas, expositivas e reflexivas, com base em vários textos;
- Atividades escritas, leituras de imagens, jornais, músicas, filmes, visitas solidárias, danças, teatro, poesia, trabalho em grupo e pesquisas;
- Teatro – leitura, dramatização e discussão de textos.
- Painel de opiniões;
- Rodas de conversa;
- Debates;
- Uso do Dicionário e livros da Biblioteca;
- Trabalhos Individuais e em grupos;
- Momento para reflexão (coletiva e individual);
- Utilização de laboratório de informática;
- Mensagens e Textos com ensinamento moral e ético;
- Palestras e eventos com temas e pessoas que entendam do assunto;
- Dinâmicas e Vivências Grupais;
- Projetos extra-classe;
- Exibição de filmes e documentários temáticos;
- Visitas orientadas a locais sagrados de diversas religiões, convite às lideranças religiosas para visitarem a turma e esclarecerem dúvidas;
- O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; meio ambiente, entorpecentes e festas populares e religiosas

Estes procedimentos metodológicos têm o objetivo de instrumentalizar um Ensino Religioso sempre pautado nos princípios de respeito à diversidade religiosa dos nossos alunos.

5) AVALIAÇÃO:

A avaliação é fonte para uma análise individual de cada educando, propiciando a continuidade dos processos de aprendizagem. Portanto, a avaliação deverá verificar sempre o aprendizado dos alunos e suas atitudes comportamentais periodicamente, por meio de produção de texto, questionários, debates, autoavaliação, dinâmicas e atribuição de notas e/ou conceitos (apenas nas escolas que a prevê).

Espera-se que o educando conheça os símbolos, ritos e escritos mais importantes de cada tradição religiosa, a partir do seu contexto sócio-cultural e que, na comparação de seu significado, desenvolva um entendimento e respeito crescente na convivência da sala de aula e nos diferentes grupos.

Essa avaliação acontecerá de forma processual através da apresentação de seminários, pesquisas individuais, trabalhos em grupo e atividades em sala de aula. Onde será observado se o aluno considera e respeita os diferentes posicionamentos religiosos. Constata e respeita a necessidade, dele e dos outros, de momentos de silêncio, partilha e contemplação no processo de amadurecimento do conhecimento. Elabora questionamentos e/ou faz contemplação de ideias pertinentes ao tema. Percebe e organiza a presença de valores e/ou contra valores nas religiões. Identifica em si mesmo o seu potencial como sujeito de transformação do mundo.

6) OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. No início do ano letivo, após a apresentação da disciplina, trabalhar os combinados de sala, direitos e deveres dos alunos. Deve-se fazer um trabalho de valorização da disciplina, por toda a equipe administrativa e pedagógica durante todo o ano letivo, bem como trabalhar todos os valores humanos inerentes à realidade da comunidade escolar.
2. Durante todo o ano letivo serão contemplados os conteúdos referentes às leis: 10.639/03, 11.645/08 e 8.069/90.
3. Sugere-se que se façam registros de suas atividades por meio de filmagens, portfólios e fotos (buscando a autorização da veiculação de imagens na secretaria da escola).
4. O trabalho pode ser desenvolvido em formato de projetos que abordem, além dos temas descritos no planejamento, temas transversais como: sexualidade; sustentabilidade (meio ambiente); ética e valores morais; entorpecentes e festas populares e religiosas.
5. Sugere-se que no decorrer do ano letivo, o(a) docente fomente o espírito de fraternidade e promova gestos concretos de solidariedade no espaço escolar, como: campanhas de sensibilização (conscientização) e arrecadação de bens (destinados à doação); visitas à instituições sociais e religiosas; atos e eventos públicos relacionados aos temas pertinentes à disciplina de Ensino Religioso.



7) REFERÊNCIAS:

ALVES, R. O que é religião. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A Emergência da Lei nº 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais em Pernambuco. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BETTENCOURT, Estevão Tavares. Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são? – Coletânea de artigos publicados na Revista O Mensageiro.

Bayer HealthCare (Programa de Atenção e Orientação a Saúde Sexual e Reprodutiva)
Disponível em: < www.programa.ato.com.br > Acesso em: 22. Dez.2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm > Acesso em:22.Dez.2012.

_____. **Estatuto do Idoso**. Lei Federal nº10741 de 1º de outubro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm> > Acesso em : 25. Jan.2013.

_____. Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____. Ministério da Cultura. **Criatividade, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Editora Aquarela, 2005.

_____. Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação e Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso**. MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Projeto Corpos, gênero e sexualidade: questões possíveis para o currículo escolares/SEDH**.2006.

_____. **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2009.

_____. PAIM, Paulo. **Estatuto da Igualdade Racial**. Senado Federal. Brasília, 2006.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Facciolo de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 1999.

CARNIATO, Maria Inês. **Nossa opção religiosa: 8ª série**. São Paulo: Editora Paulinas, 2006.



_____. **Coleção Ensino Religioso Fundamental. 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.** São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CESAR, Alessandro. INCONTRI, D. e BIGHETO. **Todos os jeitos de crer: Ensino Inter-Religioso.** Vols. 02 e 03. Editora Ática, 2006.

_____. **Todos os jeitos de crer.** v.IV. São Paulo: Editora Ática, 2006.

CISALPINO, Murilo. **Religiões.** São Paulo: Editora Scipione, 1994.

Diálogo. **Revista de Ensino Religioso, nº. 50, 51.** Editora Paulinas. Disponível em: < <http://www.paulinas.org.br/dialogo/interessa.aspx> >. Acesso em : 25. Jan. 2013

ECA E LEGISLAÇÃO. Disponível em: <www.promenino.org.br>>. Acesso em 25. Jan. 2013.

FAVERO, Bruno. **QUESTÕES VARIADAS: PENA DE MORTE, EUTANÁSIA, ABORTO, ETC.** Disponível em: < http://protestantismo.ieadcg.com.br/perguntas_e_respostas/questoes_variadas.htm >>. Acesso em: 26. Jan. 2012.

GARDER, Jostein e outros. **O livro das religiões.** São Paulo: CIA DAS LETRAS, 2005.

GRANDA, Fernanda Rodrigues. LIMA, Regina Villaça. PIRES, Cristina do Valle. **O dia -a -dia do professor na Adolescência: Afetividade, Sexualidade e Drogas** Vols. I ao V. Belo Horizonte: Editora Fapi Ltda., 2002.

HADAS-LEBEL, Mireille. Flávio Josefo, o judeu de Roma. Rio de Janeiro, Imago, 1991.

Judaísmo. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Juda%C3%ADsmo> >. Acesso em : 24. Jan. 2013.

Kit A cor da cultura. Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br> >. Acesso em: 01/12/2014;

LIMA, Antônio Carlos Gomes da Costa. **Programa Cuidar – Adolescência, cuidado e vida.** Livro 3. (fotocópia).

LONGEN, Mário Renato. **Redescobrimo o universo religioso.** Vol. 9. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LOPES, Cida. **Coleção Sexo e Sexualidade.** 12. vls. Santa Catarina: Brasileitura, 2006.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Jornal Mundo Jovem. Disponível em: < <http://www.mundojovem.com.br/> >. Acesso em : 25. Jan. 2013.

NETO, Francisco Espirito Santo. **Renovando Atitudes.** Disponível em: < [http://www.pingosdeluz.com.br/ebooks/Chico_Xavier/Francisco%20Do%20Esp%EDrito%20Santo%20Neto%20-%20Renovando%20Atitudes%20\(pdf\)\(rev\).pdf](http://www.pingosdeluz.com.br/ebooks/Chico_Xavier/Francisco%20Do%20Esp%EDrito%20Santo%20Neto%20-%20Renovando%20Atitudes%20(pdf)(rev).pdf) >. Acesso em: 24. Jan. 2013.

NORLOCH, Rogério. **Redescobrimo o universo religioso.** v.8. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

O Judaísmo. Disponível em: < <http://www.suapesquisa.com/judaismo/> >. Acesso em : 26. Jan. 2013.

PASSOS, J. D. **Ensino religioso.** Construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.



PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na Escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação.** São Paulo: Paulinas, 2007. 311p.

RADESPIEL, Maria. **Coleção Alfabetização sem segredos: Ensino Fundamental - Educação Religiosa.** Minas Gerais: IEMAR, 2008.

_____. **Coleção Valores de A a Z.** Minas Gerais: IEMAR, 2009.

Revista Interações – Faculdade Católica de Uberlândia. Disponível em: <
<http://www.catolicaonline.com.br/portal/setor-de-publicacoes/portal-de-revistas-da-faculdade-catolica>>.
 Acesso em: 12. Jan.2013.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca: Conversando dobre o que é ser menino e menina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Formato Ltda,1991.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil.** Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANCHEZ, W. L. **Pluralismo religioso.** As religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2005.

VERMÉS, Geza. **A religião de Jesus, o judeu.** Rio de Janeiro. Imago, 1995.

VILHENA, M. A. **Ritos: expressões e propriedades.** São Paulo: Paulinas, 2005.

WILGES, I. **Cultura religiosa.** As religiões do mundo. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

E- Capa do Material Didático curso de Ciências da Religião – UNIMONTES: 5º Período.



F- Capa do Material Didático curso de Ciências da Religião – UNIMONTES: 2º Período.



G- Material Paradidático



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS -
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- MESTRADO
PROFISSIONAL

Fonte: Google.com.br



Fonte: Google.com.br



RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

CONHECER PARA RESPEITAR

ROBERTO MAGALHÃES DOS SANTOS



Fonte: Google.com.br



Fonte: google.com.br

CATALÃO-GO, 2018

ÍNDICE

Apresentação.....	02
I- Escola, lugar privilegiado para construção de novas visões de mundo.....	04
II- Um pouco de história.....	06
III- Alguns esclarecimentos relativos às Religiões de Matriz Africana.....	07
1. As três principais expressões religiosas afro-brasileiras.	
2. O candomblé ou xangô.	
3. Umbanda: fundação e principais ensinamentos.	
4. A Quimbanda é o mesmo que a Umbanda?	
5. Preconceitos e violências contra as Religiões de Matriz Africana.	
6. Por que as Religiões de Matriz Africanas são classificadas como seitas, por que são associadas ao mal e são desrespeitadas?	
7. Qual cosmovisão ou cosmologia das Religiões de Matriz Africana que embasa sua cultura e suas manifestações religiosas?	
8. Como explicar termos pejorativos como, mandinga, feitiço, macumba, etc?	
9. A heterogeneidade das Religiões de Matriz Africanas assemelha-se a das demais religiões do mundo, especialmente o cristianismo?	
10. Os princípios teológicos diversos, nas perspectivas fundamentadas na superação dos preconceitos e perseguições sofridas pelas Religiões de Matriz Africanas.	
Referências.....	19

APRESENTAÇÃO

A elaboração deste material se deu como parte integrante de minha dissertação de mestrado. A proposta é contribuir para que os professores tenham em mãos um material que ajude a sanar as principais dúvidas sobre as Religiões de Matriz Africana (doravante RMA) de modo simples e, assim, ajudar os alunos a construírem uma “consciência Histórica” sobre a temática que os permita perspectivar para o futuro uma realidade sem racismo e sem preconceitos com relação às RMA.

Minha pesquisa apontou para uma realidade de exclusão, desrespeito, preconceitos e violências contras as RMA, desta forma o principal objetivo deste material paradidático é fornecer informações que possam auxiliar na formação educacional histórica, cultural e religiosa dos alunos e alunas, em relação à presença das RMA, dentro do diversificado quadro religioso de nosso país. Neste sentido, partimos de questões voltadas para o conhecimento sobre tais religiões, destacando as três principais religiões afro-brasileiras escolhidas, a saber, a Umbanda a Quimbanda e o Candomblé, abordando um pouco de cada uma delas, e seus principais ensinamentos e princípios teológicos, reportando sobre os preconceitos e violências que ainda existem sobre essas religiões, registrando a cosmovisão ou cosmologia que as envolvem, e embasam sua cultura e manifestações religiosas. Também buscamos tecer explicações sobre termos pejorativos como, mandinga, feitiço, macumba; para tal utilizamos o dicionário para mostrar os significados de tais termos na língua portuguesa e dar a compreender como termos que originalmente tinham um significado e passaram a possuir outros bastante pejorativos, como consequência das relações históricas de opressão vividas pelos afrodescendentes no Brasil, desde o período colonial até os dias de hoje. Apontamos ainda, para elementos tais como a heterogeneidade das RMA que sempre foi utilizado para desqualificá-las, mostrando que não existem religiões homogenias e que neste quesito se assemelham às demais religiões presentes no Brasil, especialmente o cristianismo.

O formato desenvolvido no material segue a dinâmica ilustrativa, com o propósito de facilitar a aprendizagem, sempre com questionamentos reflexivos, no

intuito de se ampliar o conhecimento sobre essas religiões e superar os preconceitos contra elas.

Reitero que o material é fruto das pesquisas realizadas nessa dissertação, e que todas as informações aqui fornecidas têm como referencial as bibliografias consultadas e as fontes documentais encontradas. Espero estar contribuindo de maneira significativa para um maior conhecimento sobre a diversidade religiosa de nosso país, e pela busca do respeito, tolerância e não violência contra as RMA.

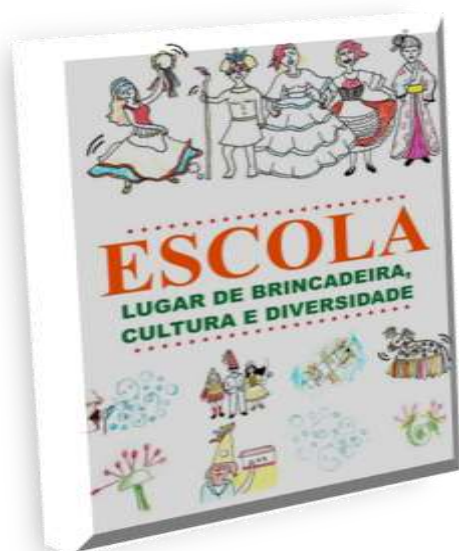
Roberto Magalhães dos Santos

I- Escola, lugar privilegiado para construção de novas visões de mundo.

Dentro desta busca pela superação das violências e preconceitos devotados contra as RMA, já observamos a necessidade de se adquirir novos conhecimentos sobre essas religiões, bem como o que elas representam dentro do quadro diversificado das religiões de nosso país. Assim, além da necessidade da produção de novos conhecimentos, há a necessidade de que tais conhecimentos possam ser compartilhados, e a escola constitui-se em um lugar privilegiado para a circulação destas informações. Contudo, a forma como essas



Fonte: Célula - UFC



Fonte: Célula - UFC

informações são repassadas também é de fundamental importância, uma vez que esse repasse pode vir como forma de reforço aos antigos preconceitos, ou podem ser transmitidos dentro de uma visão crítica reflexiva de superação e mudança de mentalidade.

Desta maneira, ao observar os conteúdos que aqui serão apresentados, poder-se-á entender que as religiões afro-brasileiras em muito se assemelham à dinâmica social existente nas demais religiões atuais em nosso país, pois, assim como nas demais religiões, nas RMA está presente a diversidade teológica, ritualística, a própria cosmovisão delas, tudo isso demonstrando que as diferenças internas dessas religiões não podem as descredenciar como religião.

Assim, esse fato precisa ser levado em conta dentro dos bancos escolares, onde o respeito, tolerância e liberdade de expressão religiosa devem ser

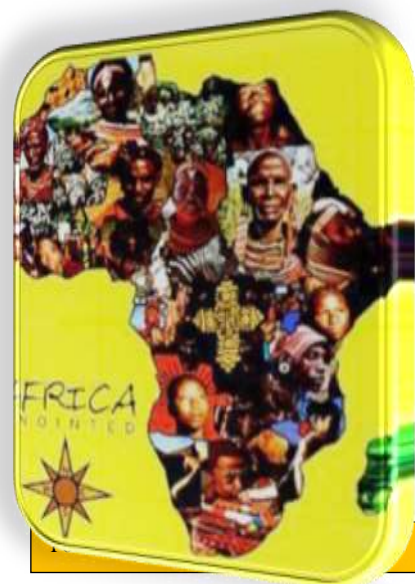
ensinados já dentro de sala de aula. Pois, por mais que haja diferenças de pensamentos e ideias acerca da vida religiosa de cada aluno, professor ou profissional da educação, a escola, assim como a família, torna-se um espaço privilegiado para construção de novos conceitos e desconstrução de preconceitos, não somente em relação às RMA, mas a todas as expressões religiosas que comungam em nosso país.

II- Um pouco de história.

Falar sobre as Religiões de Matriz Africana é falar de uma religiosidade histórica que desembarcou no Brasil juntamente com a chegada dos negros em terras brasileiras. Esses africanos já vieram para cá com seus costumes, que se expressavam fortemente por meio de sua religiosidade. Não era uma religiosidade padronizada, visto o fato de que eles vieram de diversas tribos e regiões da África. Contudo, uma coisa lhes era comum, a sua religiosidade tribal estava ligada diretamente ao conceito de

ancestralidade. “Bantus, Iorubas, Jejes são exemplos de antigos povos que hoje compõem o continente africano e que conseqüentemente vieram parar no Brasil. Tais grupos vieram para o Brasil trazendo sua diversidade de línguas, cultuando cada povo seus próprios deuses” (SANTOS, 2018, p.29).

Esses cultos se expandiram principalmente pela região da Bahia dando origem aos “[...] primeiros candomblés, chamados de calunduns” (PRISCO, 2012, p.3). Assim, a partir do surgimento dos primeiros Candomblés, por diversas regiões de nosso país, outras expressões religiosas afro-brasileiras foram se desenvolvendo como: O Batuque, o Tambor de Mina do Maranhão, o Nagô Pernambucano, a Umbanda e a Quimbanda, etc. É certo que cada religião tem sua história de fundação e desenvolvimento em nosso país, formando assim, o corpo das RMA, que sem dúvida alguma também tanto carregam influências umas das outras, como também de outras religiões, mesmo do cristianismo.



III- Alguns esclarecimentos relativos às Religiões de Matriz Africana.

1. As três principais expressões religiosas afro-brasileiras mais praticadas no Brasil atualmente.

Apesar de uma gama de diversidade religiosa afro-brasileira existente na atualidade, as três principais expressões da Religião de Matriz Africana a que nos dedicamos a estudar foram: O Candomblé, a Umbanda e a Quimbanda; essas três expressões tem se firmado como tradições afro-brasileiras carregando seus ritos, costumes práticas ligadas a ancestralidade africana.

2. O candomblé ou xangô.

O candomblé é a tradição trazida pelos africanos escravizados que se misturou com a realidade brasileira, e que cultua os orixás, deuses das nações africanas de língua ioruba, e se apresenta como uma das principais religiões afro-brasileiras com raízes fortes na cultura e tradição africana tribal. Essa Religião teve sua maior expansão principalmente no território baiano. Apesar desta realidade de maior proximidade com as raízes tribais, isso não impediu que o Candomblé sofresse influência de outras religiões, formando uma nova vertente genuinamente brasileira, com ritos que a identificam como religião afro-brasileira ligada as suas origens tribais Africanas.

Fonte: correiogomande.com.br



3. Umbanda: fundação e principais ensinamentos.



A Umbanda é considerada uma religião de Matriz Africana tipicamente brasileira, assim, diferente das demais religiões afro-brasileiras, tem ocupado um lugar de maior destaque na sociedade, sendo entendida como uma religião inclusiva, aberta a todos os que

Fonte: google.com.br

dela queiram participar. Sua fundação é atribuída ao médium Zélio Fernandino de Moraes na cidade de Niterói-RJ no ano de 1908. Atualmente além de várias casas de Umbanda, esta religião também conta com Faculdade de Teologia umbandista, além de contar com o “Movimento Político Umbandista” MPU, e a “Associação Brasileira de Escritores afroreligiosos”.

Dentre seus principais ensinamentos está à crença nos Orixás, caboclos e guias, e a crença em um ser supremo “conhecida principalmente como Olorum (Influência Ioruba), ou ainda Zambi (Influência da Angola)” (SANTOS, 2018, p.42), e mesmo a busca pela paz e a igualdade entre os seres humanos. E à semelhança do que ocorre no cristianismo e mesmo no Islamismo, ou em outras religiões, a pluralidade doutrinária é fator presente na Umbanda que segue com muitas linhas teológicas.

4. A Quimbanda é o mesmo que a Umbanda?

A Quimbanda também conhecida como religião dos exus, tem sido tradicionalmente atribuída a sua origem ligada a Umbanda, sendo também entendida como uma religião com raízes genuinamente tribal africana, onde o termo Quimbanda ou Kimbanda se referia primeiramente ao sacerdote, chefe religioso do culto Angola Congo, ou curandeiro. Contudo, por mais que rondem muitos preconceitos em relação a Quimbanda, caracterizando-a como religião do mal e a Umbanda religião do bem, sendo uma entendida como de linha preta e outra de linha branca, conforme o autor Mario filho (2018, p. s/n) “O panteão da Kimbanda possui todos os seres que se manifestam na Umbanda e em outros cultos afro-brasileiros ou afro-ameríndios”, ou seja, dentro da dinâmica de manifestações religiosas afro-brasileiras, a Quimbanda tem assim como as demais expressões das RMA a mesma atuação, sendo da mesma forma, um “reduto de resistência e de status social” (FILHO, 2018, p.s/n). Neste sentido, tanto a Quimbanda, a



Fonte Google.com.br

Umbanda e mesmo o Candomblé, caracterizam-se como lugar de expressão da cultura e costumes afro-brasileiros, que representam a própria existência e resistência de um povo que desde os primórdios de sua história em nosso país foram e ainda são vítimas de preconceitos a sua religião, cultura, cor de pele, traços de rosto etc.

5. Existem ainda preconceitos e violências contra as religiões afro-brasileiras?

Seria desejável dizer que a violência e preconceito contra as RMA terminaram. Contudo, a realidade de preconceitos contra as RMA é algo ainda muito presente em nossos dias, essas religiões ainda são tidas como religião do demônio, sendo muitas vezes vítimas de agressões, desrespeitos e muitos preconceitos. Todos esses preconceitos e violências ocorrem como fruto do desconhecimento sobre essas religiões principalmente no tocante a sua história, cultura e formas de resistência que elas representam. Não são poucas as notícias



Fonte: Jornal o Dia.

de agressões e violências devotadas as RMA, isso ocorreu no passado sob o domínio do cristianismo em nosso país, onde, mesmo a própria polícia agredia os terreiros e seus adeptos, como ainda hoje, podemos observar os registros de

agressões contra esses grupos. Um exemplo dessa realidade está no fato que ocorreu em 2017, onde os veículos de informação registraram ações de vandalismo contra grupos religiosos afro-brasileiros no estado do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu, com depredações e destruição dos locais de cultos afro-brasileiros, como ilustrado na figura acima. Na verdade para além deste exemplo, basta acompanharmos os noticiários que com facilidade iremos encontrar notícias de violências, preconceitos e rejeição contra as RMA, sendo

que até mesmo muitos que delas utilizam acabam dando a elas um lugar subalterno.



Fonte: CNE

Desta forma, apesar das mudanças que vem ocorrendo ao longo da história das RMA em nosso país, podemos perceber, que ainda falta muito para que o mínimo de direito constitucional de culto seja garantido para as religiões afro-

brasileiras, como de fato tem sido garantido historicamente o mesmo direito às religiões cristãs. Na verdade ainda falta muito para que o respeito, tolerância e valorização das RMA ocorram plenamente em nosso país. Essa realidade tem levado muitos movimentos afro-brasileiros à busca da paz, do respeito, tolerância e valorização, dando as RMA o mesmo lugar de expressão religiosa que as demais religiões existentes em nosso país, como têm desfrutado principalmente as religiões cristãs.

6. Porque as RMA são classificadas como seitas, porque são associadas ao mal e são desrespeitadas?

Não é surpresa a maneira como as RMA são tratadas em nosso país associadas ao mal, descritas como religiões ou seitas demoníacas. Em muitos noticiários e mesmo na linguagem cristianizada, as religiões afro-brasileiras em todo tempo não são vistas como religiões dignas de respeito e atenção. Na realidade, desde sua chegada ao Brasil as RMA, ou foram religiões com atuação clandestina, ou quando atuantes em locais públicos eram, e ainda são, vítimas de violências e preconceitos. A questão é que essa visão demonizada destas religiões tem sua origem lá atrás na idade média, onde como afirmado por Filho (2018, p.2) no “livro chamado de Grande Grimório, escrito pelo Papa Honorius I ou Honorius III” construiu-se uma visão de um mundo espiritual habitado por seres malévolos, também identificados como demônios, ligados às entidades

espirituais das religiões africanas. Essa visão se difundiu na igreja Católica ao longo da história, sendo reforçada em meio aos protestantes. Pois, autores cristãos como Cabral e Bezerra são exemplos daqueles que ainda na atualidade demonizam as RMA a luz do que era feito pela Igreja Católica na idade média, ou mesmo ainda no Brasil. Cabral (1980, p.131), por exemplo, quando se refere aos cultos das RMA declara: “Nesses cultos demoníacos, há exus protetores [...]”, também Bezerra (1990, p.19), ainda reforçando a posição demonizada das religiões afro-brasileiras afirma: “Houve com o decorrer dos séculos um sincretismo religioso, ou seja, uma mistura curiosa e diabólica de mitologia africana, mitologia indígena brasileira [...]”. Essas posições associadas ao desconhecimento e ao medo devotados as RMA, reforçam o racismo e intolerância que ainda estão presentes fortemente em nosso país contra a população negra e suas religiões. Podemos perceber dessa forma, que uma consciência histórica de rejeição, preconceito e demonização das RMA construíram-se ao longo da história dessas religiões em nosso país, e que para uma desconstrução, ou mesmo uma mudança de mentalidade será necessária o aprimoramento de conhecimentos sobre a religiosidade afro-brasileira.

7. Qual a cosmovisão ou cosmologia das RMA que embasa sua cultura e suas manifestações religiosas?

Para falar sobre a cosmologia, ou mesmo cosmovisão que embasam a cultura e as manifestações religiosas das RMA, primeiro é preciso definir esses dois termos. Onde, conforme o dicionário Houaiss (2007, p.852), Cosmologia é definido como o “[...] ramo da astronomia que estuda a estrutura e a *evolução do universo* em seu todo, preocupando-se tanto com a origem como com a evolução dele [...]”; E a cosmovisão define-se como “visão do mundo” (HOUAISS, 2007, p.852). Neste sentido podemos entender que estudar a cosmovisão ou mesmo a cosmologia das RMA, é estudar sua visão de mundo e do próprio universo. Assim, conforme Prates (2014) a cosmovisão das RMA que fundamentam sua cultura e religiosidade também passa pelo relato mítico fundante e mesmo pelo

mito da criação, como ocorre com as demais religiões. Pois, segundo Prates, (2014, p.13) “Mesmo com todo avanço e conhecimento relacionados à ciência, a tecnologia e as sociedades se estruturam e se organizam em torno do mito e seus ritos para manter a coesão social”.



Fonte: google.com.br

37-38). Aqui vemos a profunda relação que essas religiões estabelecem com a natureza, mesmo em seus relatos de surgimentos do mundo. Na visão de criação dos seres humanos as RMA declaram que “Oxalá precisava de uma matéria-prima para modelar os seres vivos. Assim somos terra, uma das imagens mais bonitas que os diferentes grupos humanos elaboraram em tempos históricos diferentes.” (JUNIOR, 2011, p.40). “*(Oxalá é o nome de um orixá cultuado nos terreiros, cujo dia em que se celebra é a sexta feira, razão pela qual muitos utilizam a cor branca em suas roupas nesse dia. Entretanto no cotidiano da língua portuguesa, oxalá, tornou-se uma expressão cujo significado ‘queira Deus’, ‘permita Oh Deus’)*”(PRISCO, 2012, p.8-9). Percebemos que na língua portuguesa o substantivo “Oxalá” que é o nome de “Deus” nas RMA, passou a ser uma interjeição e seu significado totalmente desconectado de sua origem o nome da divindade Africana. Podemos perceber na língua, que a cosmovisão das RMA se aproxima das teorias cristãs e judaicas da criação e que há uma

Nesta dinâmica, quanto ao início de todas as coisas, “conta-se que nos primórdios o mundo era governado pelas árvores [...] Esta é a razão pela qual desde cedo os ancestrais foram evocados ou cultuados nas árvores, pedras, raios, trovões, rios, etc.” (JUNIOR, 2011,



Fonte: google.com.br

compreensão de Oxalá como Deus, e que a desconexão se realizou na história da opressão dos negros no país.

A partir da ideia da criação mítica africana, surge outro conceito importante na visão das RMA, não só de mundo, antes mesmo do próprio universo, que é o conceito de ancestralidade, onde para essas religiões: “os ancestrais não podem ser entendidos como ‘espíritos’, muito menos seres humanos transformados em deuses. [...] Nas comunidades-terreiros, os ancestrais se vestem de natureza, ora são a terra, o sol, a lua, as estrelas, as árvores, o mar, os rios, os raios, a tempestade, assim por diante”. (JUNIOR, 2011, p.47). Nestas religiões o próprio universo em sua diversidade e complexidade estabelece uma relação do sagrado com o humano. Onde o ancestral não reside necessariamente em um ser humano mortal, embora também estabeleça uma relação com as “[...] pessoas, na comunidade, visivelmente em seus corpos [...]” (JUNIOR, 2011, 47), antes, o ancestral está presente em todos os espaços e lugares, seja na terra ou nos ares.

No tocante aos Orixás, Voduns e Ninkices, (Nkisi), por mais que tenham semelhanças, na verdade maiores são as diferenças, pois conforme Prisco (2012), o Panteão africano tem por volta de 400 divindades, já no Brasil consta-se cerca de 16 principais orixás, ligados diretamente aos cultos do candomblé. Também além destes existe outros 14 orixás conhecidos em diferentes centros de culto. Os 16 principais Orixás cultuados no Brasil são: Essú,(Exu) Ògún, Osossi, Osanyin, Obalúayé, Òsùmàré, Nàná Buruku, Sàngó, Oya, Obá, Ewa, Osun, Yemanjá, LogunEde, Oságuian e Osàlufan.

Quanto aos Nikis estes “são para os Bantus o mesmo que orixá para os Yorubás na cultura Ketu, ou ainda, o mesmo que Vodum para os Daometanos” (EBOMI, 2018 s/n). Apesar disso os três possuem distinção. “Cada Nkisi, orixá ou vodum (vodu) possui peculiaridades próprias, tratamento e culto diferenciados. Pode-se sim, dizer que existem pequenas coincidências, como por exemplo, o fato de Burungunzo, Oxósse e Otulu serem caçadores, ou ainda, por usarem as mesmas cores. Mas não há que se confundir um e outro, pois mesmo

em suas origens na África se diferem, sendo o primeiro (Burungunzo) originário da Angola, o segundo (Oxóssi) originário das terras Yorubás e o último (Otulu) do Reino do Dahomé. Desta forma, elenco abaixo alguns dos Minkisi de Angola e Congo, sem fazer qualquer correspondência entre orixá ou vodum, dando ao lado de seus nomes uma breve descrição: Aluvaiá, Bombojira, Vangira (feminino), Pambu Njila, Nkosi Mukumbe, Mutalambô, Burungunzo” (EBOMI, 2018, p. s/n).

Agora quanto ao vodum, o mesmo “é um ritual de culto a deuses de origem africana e aos santos mais representativos da Igreja Católica. O vodu teve origem na África e foi trazido pelos escravos que vieram para a América, na época da colonização. O vodu é uma religião que cultua os antepassados e entidades chamadas de loas. Cada loa é reverenciada no seu dia próprio, onde animais (galinha, cabra), são sacrificados e oferecidos, junto com frutas e outras comidas. Os rituais de vodu, são acompanhados de danças, cantos e músicas tocadas em instrumentos de percussão. Os participantes, vestidos com roupas típicas, entram em transe e incorporam os loas (os bons e os maus espíritos). No Haiti, país da América Central, o vodu é a religião cultuada pela maioria da população. Desde cedo os governantes proclamavam ser homens sobrenaturais, pois contavam simultaneamente com a força do Estado e com sua condição de bruxos eficientes. Quase todos os homens que governaram o país, comandavam paralelamente as danças cerimoniais” (VODU, 2018, p. s/n).

8. Como explicar termos pejorativos como, mandinga, feitiço, macumba, etc...

Dentro de uma visão estereotipada termos como feitiço, macumba e mandinga, são termos entendidos como sinônimo estando diretamente associadas a práticas maléficas atribuídas as RMA. Mas qual significado destes termos?

Primeiramente vamos analisar o termo *mandinga*, que conforme o dicionário Houaiss (2007, p. 1831) “mandinga. *s.f.* **1** ato ou efeito de mandingar; feitiço, feitiçaria. **3** erva anual nativa do Brasil. **4** *indivíduo do grupo étnico dos mandingas; mandê, mandeu.* **5** *ramo de língua do grupo nígero-congolês, muito disseminado na África ocidental. Desde a Mauritânia até a Nigéria.*” Podemos notar no apontamento do dicionário um percurso linguístico onde este termo passou a ser associado a feitiço. Originalmente se referia a um grupo étnico e um ramo linguístico africano, o que mais uma vez prova que o uso do termo de maneira pejorativa, aponta para forte discriminação devotada aos negros e sua religiosidade.



Fonte: google.com.br

O segundo termo é o *feitiço* “não natural; artificial, **2** não verdadeiro, falso, posticho. **3** bruxaria. **4** utilização de hipotéticas forças mágicas, com finalidade divinatória etc”. (HOUAISS, 2007, p.1322). Aqui, também podemos identificar uma visão preconceituosa por um lado, mas por outro, dentre as definições, uma que se adequa ao entendimento que os adeptos das RMA têm a cerca de si mesmos, a que indica o feitiço como o uso de “forças mágicas com finalidades divinatórias”.

O terceiro termo é a *macumba*, o qual conforme o dicionário Houaiss (2007, p. 1807), “macumba *s.f.* **1** antigo instrumento de percussão de origem africana, espécie de *canzá* que consistia num tubo de taquara com cortes transversais onde se friccionavam duas varetas e que era usado em terreiros de cultos afro-brasileiros **2** designação genéricas dos cultos afro-brasileiros

Macumba- instrumento de percussão, Fonte: google.com.br



originários do nagô **3** ritual celebrados nesses cultos **4** designação leiga dos cultos afro-brasileiros em geral **5** oferenda a Exu nas encruzilhadas **6** magia negra, feitiçaria despacho[...]”. Vemos aqui também, a construção pejorativa ligada ao racismo e ao preconceito que atribuiu o significado de magia negra a macumba e aos cultos afro-brasileiros e mesmo aos despachos nas encruzilhadas. O termo macumba em sua origem designava um antigo instrumento musical africano.

9. A heterogeneidade das RMA a semelhança da heterogeneidade das demais religiões do mundo especialmente com o cristianismo.

Conforme os estudos de vários autores que abordam sobre as religiões afro-brasileiras, quanto à heterogeneidade das RMA, as mesmas acabam por seguir a



Fonte: Google.com.br

dinâmica vista também nas demais religiões presentes no Brasil e no mundo, principalmente no cristianismo. Pois, nas RMA podemos observar esse fenômeno da diversidade plural de credos, doutrinas, costumes, ritos e práticas, a semelhança do que ocorre no cristianismo. Este fato corrente no cristianismo, que a priori se divide entre Católicos e Evangélicos, multiplica-se na diversidade de pensamentos a medida das divergências existentes entre os vários segmentos cristãos, desta mesma forma ocorre com as religiões afro-brasileiras que desde sua chegada ao Brasil espalharam-se em sua diversidade de credos, doutrinas, costumes, ritos e práticas vistas na infinidade de grupos religiosos afro-brasileiros como a Umbanda, Quimbanda, Candomblé, Batuque, Nango ou mesmo o Tambor de Mina. Esse fator plural pode ser visto não só nas RMA e no Cristianismo, mesmo o Islamismo possui diversas vertentes que também sustentam credos diversos, e que mesmo com sua diversidade tem avançado por várias partes do

mundo. Desta maneira, a heterogeneidade das religiões afro-brasileiras não pode as descredenciar como religião, antes, assim como no cristianismo indica a formação de uma religião firmada no Brasil, e que a partir de diversas experiências formam-se um seguimento próprio com sua própria significação.

10. Os princípios teológicos diversos, na perspectiva fundamentada na superação dos preconceitos e perseguições sofridas pelas RMA.

No tocante aos princípios teológicos presentes nas RMA podemos em primeiro lugar destacar sua diversidade, que pode variar de uma expressão religiosa para outra. Contudo, alguns pontos lhes são comuns, e de fato constitui-se em elementos fundamentais na luta pela superação dos preconceitos e perseguições sofridas por essas religiões. Um dos princípios teológicos mais importantes destas religiões está na crença tradicional nas divindades africanas, que no Brasil aparecem cultuadas nos orixás, presentes na ancestralidade que dialoga com as diversas formas de expressão desta religiosidade. Onde cada divindade associa-se a alguma parte da natureza ou do cosmos, estabelecendo relação com os humanos. É certo que muitas das tradições e práticas das RMA estão firmadas nos mitos e rito que são recontados e praticados através da tradição oral, que ocupa lugar de suma importância na propagação dos princípios teológicos dessas religiões. Esses mitos remontam temas como a criação, à relação do humano com o divino, as culturas difundidas ao longo da história do povo afro-brasileiro. Na verdade os mitos, ou mesmo a cultura construída em torno deles pela oralidade, são diversos, uma vez que cada tribo possuía sua tradição e seus costumes, semelhantes, porém diferentes em alguns aspectos. Sua teologia também passa pela questão da língua que em cada povo africano carrega sua diversidade a exemplo do “iorubá (Nigéria) e do quimbundo (Angola)” (PRISCO, 2012, p.07), e que acabaram funcionando como reduto de resistência e preservação da cultura destes povos. Ainda neste sentido encontra-se na teologia destas religiões a presença do sacrifício e das oferendas que são destinadas as divindades e entidades, sempre através do uso

das mãos, tanto na preparação como na oferta dos elementos, ou na oferenda dos animais sacrificados. O uso das mãos é elemento fundamental na ritualística das RMA. Sendo que nestes rituais também não ficam de fora as canções que carregam uma visão teológica profunda dos rituais afro-brasileiros.

Não podemos deixar de citar o lugar das vestes litúrgicas nesta dinâmica ritualística teológica das RMA. “Durante o período da escravidão, era comum perceber as diferenças entre as culturas africanas trazidas ao Brasil através de detalhes da roupa. Entre as nagôs, o ojá era amarrado com várias voltas ao redor da cabeça” (PRISCO, 2012, p. 33). Essa assertiva nos ajuda a compreender a importância das vestes litúrgicas como forma de identificação para esse povo, e mesmo como forma de preservação de sua cultura e identidade.



Vestes litúrgicas- Fonte: Prisco, 2012. 2012,

Sacralidade do Pilão- Fonte: Prisco, 2012.



Ainda existem outros elementos importantes dentro à teologia das religiões afro-brasileira, elementos como a sacralidade do uso do pilão, onde “a festa do pilão dedicada ao ancestral fundador do imponente Reino de Elegibô, Oxoguiã. Nesta celebração, os passos lentos são substituídos por caminhadas mais firmes. Tudo se desenrola em torno de um pilão. Ele é o símbolo maior de manutenção da comunidade” (JUNIOR, 2011, p.144). Também tem a celebração da festa do “ano bom”, mais conhecido como a festa do ano novo, que “[...] reveste-se de grande significado para o povo de candomblé. Como os demais momentos de passagem, nesta ocasião se aproveita para reforçar os laços entre os iniciados (as) e seus ancestrais, daí a

observância de alguns ritos como o de trocar as águas das quartinhas dos orixás, vodus e nikices". (JUNIOR, 2011, p.141-142).

Referências

BEZERRA, Edir Macedo. *Orixá, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios? Bispo Macedo*. (Coleção Reino de Deus). Rio de Janeiro- RJ: Universal Produções, 14ª Edição, 1990.

CABRAL, J. *Religiões, Seitas e Heresias- A luz da Bíblia*. (Coleção Reino de Deus), Rio de Janeiro-RJ: Universal Produções, 1980.

EBOMI, Alberto. *Candomblé e a NAÇÃO ANGOLA: Nkisi*. Disponível em: <http://www.juntosnocandomble.com.br/2016/04/candomble-e-nacao-angola-nkisi.html>. Acesso em: 05 abril. 2018 às 13h.

FILHO, Mario. *Chega de Estultice – estudo etimológico das palavras Umbanda e Kimbanda | Parte 1*. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/2017/05/15/chega-de-estultice-estudo-etimologico-das-palavras-umbanda-e-kimbanda-parte-1/>. Acesso em: 26 fev. 2018 às 15h 52 min.

JUNIOR, Vilson Caetano de Sousa. *Na Palma da Minha Mão: Temas afro-brasileiros e questões contemporâneas*. Salvador-BA: EDUFBA, 2011.

PRISCO, Yá comendadora Carmen S. *As religiões de matriz africana e a escola: Guardiãs da Herança cultural, memória e tradição africana*. Praia Grande-SP: Ilê Asé e Instituto Oromilade, 2012.

SANTOS, Roberto Magalhães. *O Processo de Construção da Consciência Histórica em Relação às Religiões de Matriz Africana no Ensino Religioso Escolar em Uberlândia MG-2016-2017*. Dissertação de Mestrado- UFG/RC. Orientadora: Profª Drª Luzia Marcia Resende Silva. Catalão-GO, 2018.

Fontes

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2ª reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PRATES, Admilson Eustáquio; DIVINO, Harlen Cardoso; SANTOS, Shirlene dos Passos Vieira. Cosmovisão das religiões Africanas e Orientais. Material Didático do curso de Licenciatura em Ciências da Religião 2º Período. Montes Claros-MG: Editora Unimontes, 2014.

SIGNIFICADOS. O *que* é *Vodu*. Disponível em:
<https://www.significados.com.br/vodu/>. Acesso em: 05 abril. 2018 às 16hs.